

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DAS FESTAS AOS BOTEQUINS:
ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DOS DIVERTIMENTOS NO RECIFE
(1822-1850)

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

Recife

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DAS FESTAS AOS BOTEQUINS:
ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DOS DIVERTIMENTOS NO RECIFE
(1822-1850)

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Doutor Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Recife
2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237d Santos, Lídia Rafaela Nascimento dos.
Das festas aos botequins : organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850) / Lídia Rafaela Nascimento dos Santos. – Recife: O autor, 2011.
144 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. História social. 3. Lazer – Aspectos sociais. 4. Festas. 5. Usos e costumes. 6. Controle social. I. Carvalho, Marcus Joaquim Maciel de (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-102)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA LÍDIA RAFAELA NASCIMENTO DOS SANTOS

Às 14h do dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Lídia Rafaela Nascimento dos Santos** intitulada **"DAS FESTAS AOS BOTEQUINS: ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DOS DIVERTIMENTOS NO RECIFE (1822-1850)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito **"APROVADA"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (orientador), Tanya Maria Pires Brandão e Rita de Cássia Barbosa de Araújo. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 24 de agosto de 2011

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão

Profª. Drª. Rita de Cássia Barbosa de Araújo

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

Resumo

Este trabalho analisa a organização e o controle dos divertimentos no Recife entre os anos de 1822 e 1850. Fonte de tensão e extravasamento, o lazer está intimamente ligado ao contexto histórico e social. Os anos analisados, nesse trabalho, foram marcados por conflitos e transformações. As diferentes manifestações de contestações à ordem interferiam diretamente nos divertimentos, bem como nas regras de controle estabelecidas para tais momentos do cotidiano. Buscava-se além de evitar desordens, modificar as práticas de diversão. Inúmeras são as formas e os significados que estas podem assumir em uma sociedade. Participar dos festejos; realizar batuques, danças; ir a teatros, botequins, casa de jogos e pontes foram apenas algumas das formas usadas pela população durante o período estudado. Associar os costumes criticados aos problemas sociais foi uma das estratégias de combate a esses hábitos. Grupos dominantes e autoridades públicas também buscaram cercear as atitudes dos “homens comuns” em seus momentos de lazer através de leis, posturas, além de um policiamento cotidiano, visando atenuar os riscos de manifestações contra a ordem e a tranquilidade pública que costumeiramente ocorriam e adequar os hábitos da sociedade pernambucana a imagem do que se acreditava “civilizado”. Havia uma preocupação em controlar o tempo que poderia ser disponibilizado para os divertimentos, seja controlando o acontecimento das grandes festas, momentos em que os divertimentos ganhavam um maior destaque frente à sociedade ou quanto à relação entre a disponibilidade de divertir-se e a obrigação de se trabalhar. Outra preocupação era o controle das práticas que as pessoas escolhiam para aproveitar o tempo dedicado aos divertimentos, de tal modo que estivessem de acordo com parâmetros estabelecidos no processo de construção, organização e consolidação do Estado Nacional.

Palavras- chaves: Divertimentos- Sociabilidades-Controle Social.

Resumé

Cet travail analyse l'organisation et le contrôle du divertissement à Recife, entre les années 1822 et 1850. Source de tension et extravasation, le loisir est étroitement lié au contexte historique et social. Les années analysées, dans ce travail, ont été marquées par des conflits et des transformations. Les différentes manifestations de l'opposition à l'ordre interféré directement dans le divertissement, ainsi que dans les règles de contrôle établies pour de tels moments de la vie quotidienne. Ils ont cherché à prévenir les troubles, modifier les pratiques de s'amuser. Il y a des nombreuses formes et les significations qu'ils peuvent prendre dans une société. Participer à la fête, l'exécution des tambours, la danse, aller au théâtre, bars, maison de jeu et les ponts ont été seulement certains des moyens utilisés par la population pendant la période étudiée. Associé Coutumes critiqué aux problèmes sociaux a été une des stratégies pour lutter contre ces habitudes. Groupes dirigeants et les pouvoirs publics ont également cherché à restreindre l'attitude des «hommes ordinaires» dans leur temps libre à travers des lois, plus d'une travail policier au quotidien, pour atténuer les risques de manifestations contre l'ordre public et la tranquillité qui se produisait généralement et adapter les habitudes de la société Pernambuco à l'image de ce qu'on croyait «civilisés». Il y avait un souci de contrôler le temps qui pourrait être disponible pour le divertissement, ou de contrôler l'événement des grands fêtes, le temps d'amusement qui lui a valu une plus importante avant que la société ou que la relation entre la disponibilité de plaisir et de l'obligation de travailler. Une autre préoccupation a été le contrôle des pratiques que les gens ont choisi pour profiter du temps passé sur le divertissement, alors qu'ils étaient en conformité avec les paramètres établis dans le processus de construction, l'organisation et la consolidation de l'Etat National.

Mots-clés : divertissement-sociabilités- contrôle social

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida.

Ao meu orientador, Marcus Carvalho, pelo bom acolhimento, pelas horas de conversas, pelo carinho, atenção, broncas, leituras, conselhos e principalmente por acreditar em mim. As componentes da banca, Rita de Cássia Barbosa de Araújo que desde a qualificação contribuiu com importantes dicas para realização deste trabalho e a Suzana Cavani que além das contribuições desde a qualificação contribuiu com minha formação desde a graduação.

A Secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Sandra Regina, pelo humor, paciência e atenção, além é claro de estar sempre pronta para ajudar a resolver todos os problemas que surgiram durante a realização dessa dissertação. Aos funcionários dos arquivos que muito me ajudaram nesse trabalho. Aos funcionários do setor de manuscritos do APEJE, especialmente a Hildo Leal Rosas. A Noêmia Luz pelas conversas, indicações e ajuda na localização da documentação da Hemeroteca e da biblioteca do APEJE. Aos funcionários do Memorial da Justiça Ivan Oliveira, Carlos Vilarinho, Ricardo Hermes e Mônica Pádua por facilitar as minhas pesquisas e pelas inúmeras conversas que muito me ajudaram. A Levi Rodrigues que durante muito tempo facilitou as pesquisas no LAPEH.

A aqueles que entre pesquisas e tentativas de organização de um grupo de estudos sobre o século XIX, ajudaram não apenas a pensar esse trabalho, mas a própria vida. Bruno Câmara, Sandro Vasconcelos, Tatiana Lima, Valéria Costa, Wellington Barbosa. Entre esses agradeço em especial a Paulo Cadena e Ezequiel Canário que além desses encontros também ouviram muito, foram colegas de turma do mestrado e ajudaram na elaboração do meu texto, além é claro de Grasiela Florêncio com a qual construí uma especial amizade.

Aos colegas do mestrado, Augusto Neves, Tiago Nunes, Breno Lisboa, Eliana Sales, Daniela, Em especial a Pedro Falk que ajudou com leituras atentas, sugestões importantes e amizade essenciais para realização dessa dissertação. A todos os que me abraçaram e me fizeram rir nesse período, alguns apenas de maneira efêmera. São tantos nomes que seria impossível citar, mas destaco Charlene Cunha, Gabriela Lima, Juliana Almeida, Rodrigo Albert. A minha família, que de uma forma ou de outra me apoiaram para a conclusão desse curso, em especial a meu pai.

Lista de Ilustrações

- Figura 1: Convite para solenidade de Aniversário da Independência do ano de 1838
APEJE Secretaria de Segurança Pública 1076 p.34
- Figura 2: Villeneuve, Louis-Jules-Frédéric, Messe dans l'église de N. S. de Candelaria a
Fernambouc in: Rugendas, Johann Moritz, Viagem pitoresca através do Brasil Lith. de
G. Engelmann, 1835. disponível em
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_153.htm p.41
- Figura 3: DEBRET, Scène du Carnaval, disponível em:
<http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/dgkeysearchdetail.cfm?trg=1&strucID=569336&imageID=1224110&total=1&num=0&word=Carnival&s=3¬word=&d=&c=208&f=2&k=0&lWord=&lField=&sScope=Collecti on%20Guide&sLevel=&sLabel=The%20Luso-Hispanic%20New%20World%20in%20Early%20Prints...&imgs=20&pos=1&e=w> p.49
- Figura 4: Praça da Boa Vista Desenho e Litografia de Luís Schlappriz, colorida à mão
Editada no Recife por Francisco Henrique Carls e publicada em Memória de
Pernambuco - Álbum para os amigos das artes (1863). 20 x 28,5 p.54
- Tabela 1: Dias de Gala instituídos pela lei de dezembro de 1822 em comparação com as
festas registradas no Almanaque Carioca de 1816 p.61
- Tabela 2: Dias de Gala na Corte do Rio de Janeiro de acordo com o decreto de 30 de
março de 1844 p.64
- Tabela 3: Dias de Gala para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do
Norte, Ceará e Alagoas previsto nas Folhinhas de Algibeira de 1847, 1848 e 1849 p. 64
- Tabela 4: Dias de Festa Nacional relacionados nas Folhinhas de Algibeira de 1847 p.65
- Tabela 5: Dias Santos na Província de Pernambuco (1847-1849) p.68
- Gráfico 1: Festas previstas para ocorrer no Recife no ano de 1848 de acordo com a
Folhinha de Algibeira de 1847 p.86
- Mapa1: Localização dos Engenhos Uchôa, Peres e São Paulo Mapa Aproximativo do
município do Recife e parte dos municípios contíguos. APEJE SSOMA Sem
Catalogação, 1858 p.87
- Figura 5: Schlappriz, Luis Ponte da Boa Vista [1863-68] Biblioteca
Nacional Brasil p.99
- Figura 6: RUGENDAS, Venda no Recife. Disponível
em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=3849> p.111
- Tabela 6: Preços anunciados do Botequim da Cova da Onça em 1830 p.114

Lista de Siglas

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)
- Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPPE)
- Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE)
- Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPEH)
- Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Sumário

Introdução.....	p.9
Capítulo 1: Festas no Recife da Primeira metade do século XIX.....	p.22
1.1 Comemorando a Independência.....	p.22
1.2Festas religiosas e sociedade no século XIX.....	p.37
1.3O Entrudo entre proibições e excessos.....	p.46
Capítulo 2: Normatização do tempo de diversão.....	p.59
2.1 Organização do calendário festivo no Brasil império.....	p.60
2.2 Apropriações dos calendários	p.72
2.3Tempo, trabalho e divertimentos.....	p.79
Capítulo 3: Espaço urbano, cotidiano e divertimentos	p.92
3.1 Divertimentos Apropriados: tentativas de implementação.....	p.92
3.2Divertimentos perigosos: entre a convivência e as proibições.....	p.100
3.3 Espaços perigosos: Casa de jogos, vendas, tabernas e botequins.....	p.108
Considerações Finais.....	p.121
Documentação Consultada.....	p.124
Referências Bibliográficas.....	p.127

INTRODUÇÃO

O lazer é sobretudo expressão da variedade, do dinamismo e da complexidade da sociedade

Andrea Marzano e Victor Andrade de Melo- Vida Divertida

Essa dissertação versa sobre a organização e o controle aos divertimentos no Recife, tecendo uma relação de como as peculiaridades do período estudado interferiram nas formas de divertimento dos que participavam destes, visando elucidar questões referentes ao controle social e as tentativas de implementação de uma nova identidade impostas pelo Estado e pela elite, bem como a resistência a esse processo. Buscou-se, com a análise das diferentes interferências nas formas de festejar nesse período, discutir as tentativas de adequação à imagem que se buscava imprimir ao Brasil.

Os divertimentos são *locus* privilegiados para percepção dos acontecimentos sociais. “Recreação, distração, a coisa que diverte” são as palavras que definem o que seria divertimento no início do século XIX de acordo com o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832.¹ Todos se divertiam, seja seguindo os velhos costumes ou se adaptando aos novos, ainda que algumas dessas formas de diversões fossem combatidas. Os momentos de divertimento são partes fundamentais da vida humana e estão intimamente associados ao contexto histórico e social, em uma análise histórica, segundo E.P. Thompson, “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.”²

A primeira metade do século XIX foi de vital importância para a formação da identidade nacional brasileira. Como afirma Denise Moura, a “sociedade brasileira vivia impulsos de fundação das suas instituições, simultaneamente a um contexto de desagregação lenta e recuada da herança colonial.”³ Precisava-se equacionar questões referentes a organização das esferas social e econômica, questões institucionais a

¹PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/divertimento>

²THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001 p.243

³MOURA, Denise Controle social no uso do espaço público (São Paulo, 1808-1850) in: Revista **Dimensões**- Revista de História da UFES n°12 p.131

respeito das estruturas constitucionais e organizacionais. A independência consolidou um processo de expansão urbana. Quer seja por questões econômicas, pós-abertura dos portos houve um revigoramento dos núcleos urbanos do comércio transatlântico, que ganhou fôlego com a independência. Ou por problemas do meio rural, a seca, o declínio do algodão, entre outros faziam da cidade do Recife um pólo de atração, um eixo econômico, social, político e cultural.

O Recife, na primeira metade século XIX, era um centro exportador e redistribuidor de mercadorias importadas e escravos tanto para o interior de Pernambuco como para fora da província. Houve um significativo crescimento populacional; em 1828 a população dos bairros centrais de Recife era de 25.678 habitantes, saltando esse número para 40.977 em 1856. Segundo Marcus Carvalho, “somada esta população aos moradores dos subúrbios haveria uns cem mil habitantes em torno do eixo Recife/Olinda por volta da metade do século”⁴. Apesar desse aumento no número de pessoas que moravam na cidade, segundo Bruno Câmara

as pessoas se conheciam relativamente bem e se relacionavam de alguma forma, provavelmente devido à proximidade dos bairros centrais. No tocante às pessoas de baixa condição social, esse contato era maior, pois tinham que ‘ganhar a rua’ e outros logradouros públicos para garantir a sobrevivência diária.⁵

A cidade cresceu, passou por uma série de mudanças, seja de comportamento ou na estrutura física, mas ainda enfrentava sérios problemas. Além do contraste entre as modernidades que se implementavam e a realidade de uma sociedade escravista, enfrentava-se um desequilíbrio econômico. O grave problema das moedas falsas, o famoso xexém, trazia enormes dificuldades para o cotidiano da população. . Era preciso também enfrentar problemas de saúde, segurança, urbanização, os problemas decorrentes da expansão da cidade, como afirma Wellington Barbosa “o Recife de meados do século XIX ainda era um centro deficitário de progressos urbanos”⁶.

Também é preciso se considerar que o período da independência e organização do Estado Nacional foi marcado por diversos movimentos que contestavam a ordem vigente. Não faltaram motivos para a perturbação da ordem, as elites disputavam no

⁴ CARVALHO, Marcus J. M. De portas a dentro e de portas a fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, v. 1, n. 30, p. 41-78. 2003, p.44

⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros na época da Insurreição Praieira**. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005 p.128

⁶ SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia... Op. Cit* p. 13

âmbito do poder central e local. Recife era uma cidade em brasas. Podemos dizer que este foi um dos momentos mais turbulentos de história pernambucana.⁷ Tais movimentos foram essenciais para determinar a maneira com que os divertimentos eram tratados nessa sociedade.

Nesse contexto, as elites buscaram implementar ações que, a seu ver, permitiriam que a civilização adentrasse pela cidade, inspirada principalmente em valores da Europa não-ibérica. Uma dessas foi a nova forma de relação entre as pessoas e o espaço público. Durante a primeira metade do século houve significativas tentativas de modificações na relação com os espaços públicos e nos padrões de comportamento. Como afirma Gilberto Freyre, os “momentos de confraternização entre os extremos sociais, a que nos referimos – a procissão, a festa de igreja, o entrudo – é que foram fazendo das ruas e praças mais largas– da rua em geral– zonas de confraternização.”⁸ Para parte da população, as mudanças propostas para suas formas de comportamentos podiam não ser interessantes.⁹

No ano de 1850, ocorreram alguns marcos que impulsionaram esse processo. O teatro de Santa Isabel foi inaugurado e passou a servir como um novo reduto para uma suposta diversão “civilizada”. Também nesse ano, segundo Raimundo Arrais “o discurso forjado no interesse de moldar a cidade aos imperativos do progresso, assumiu, pela primeira vez, uma expressão material, com a demolição do arco do Bom Jesus”¹⁰.

⁷O movimento de 1817, Confederação do Equador, Praieira, Guerra dos Cabanos, Setembrizada, Novembrada, Abrilada, foram apenas alguns dos movimentos que alteraram a ordem pública na capital de Pernambuco no período abordado por nosso trabalho. Ver ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia Maria; ACIOLI, Vera Lúcia Costa . Pernambuco entre confrontos e motins: o testemunho dos promotores públicos in: ACIOLI, Vera Lúcia costa e ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **A face revelada dos promotores de justiça: o Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores**. Recife: MPPE, 2006 e FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

⁸FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano** 16ªed. São Paulo: Global, 2006 p. 31

⁹Natalie Davis ao analisar a reação dos oficiais gráficos na Europa do século XVI as modificações ocorridas no período, apresenta um interessante argumento para se pensar em uma explicação para essa resistência a mudanças nos costumes: Banqueiro ou sapateiro, ninguém gostava de ser arrastado diante do consistório e ter a Santa Ceia negada por bebedeira, gula, bater na esposa, namoricos e coisas do tipo. Mas, pelo menos, muitos integrantes da Igreja sentiam-se culpados pelo que haviam feito: com os oficiais gráficos isto raramente acontecia. Ainda que eles pudessem ser disciplinados em torno da prensa ou na organização de uma greve, havia muitos impulsos sensuais aos quais, para eles, não era feio ceder DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 pp18-.19

¹⁰ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX** São Paulo : Humanitas, 2004

Na década de 1850 já podia se observar as elites ocupando os espaços públicos. Rita de Cássia Barbosa de Araújo ao analisar o comportamento dos transeuntes durante o carnaval afirma:

A elite passeava pelas vias públicas da cidade, com fantasias, disfarces e trajes a caráter. Mas só o fez nos anos que se seguiram a 1850, quando, com a derrota da Revolução Praieira em 1849, encerrou-se o ciclo de movimentos sociais e políticos, de fortes conotações étnicas, que havia caracterizado aquela primeira metade do século XIX no Brasil e, especialmente em Pernambuco. Antes disso, optou-se pelos bailes de máscaras nos teatros e nos recintos fechados¹¹

As novas formas de sociabilidade¹², segundo Istvan Jancsó e Iris Kantor “tornaram-se indicadoras da emergência de novas identidades simultaneamente políticas, religiosas, sociais e étnicas, configurando parte importante do processo de construção e legitimação, tanto do regime imperial brasileiro, quanto da dinastia reinante”.¹³ As formas com que as pessoas aproveitavam seu lazer¹⁴ são um forte indicativo das tensões sociais. O lazer é um campo de tensão no âmbito da cultura. É preciso prestar atenção a esses momentos para poder se ter uma compreensão do cotidiano e da lógica de funcionamento de qualquer sociedade.

No Brasil, segundo Victor Andrade de Melo e Christianne Luce Gomes, “desde o século XIX, as preocupações com o lazer da população já estavam presentes nos discursos de engenheiros e sanitaristas”, mas os estudos sistemáticos sobre esse assunto só surgiram nas primeiras décadas do século XX e a partir da década de 1970, passaram a serem vistos como uma área capaz de aglutinar e impulsionar pesquisas. Nos últimos

¹¹ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. A redenção dos pardos; a festa de São Gonçalo no Recife, em 1745 in: JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001 p.187

¹² A sociabilidade pode envolver diversos tipos de práticas, desde as mais informais como os encontros cotidianos ao formalismo de algumas associações. Existem inúmeras formas de sociabilidade(s), nem todas elas envolvem a diversão. Nesse trabalho vamos usar esse termo fazendo referência as relações tecidas entre as pessoas que propiciavam a conversa, o jogo, à dança, enfim, o entretenimento. Ver:ARRISCADO, José Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX : a assembleia vianense in: **Revista da Faculdade de Letras**. História. - Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. - Série III, vol. 6, 2005, BOSCHI, Caio César . Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. **Varia História**, v. 22, p. 291-313, 2006, SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX In: **Dimensões**- Revista de História da UFES nº16, LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998

¹³ JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. Falando de Festas In: JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Op.Cit** p.12

¹⁴ O lazer é pensado nesse trabalho de maneira semelhante ao conceito utilizado por Nelson Carvalho Marcelino, que o define como a cultura vivenciada no tempo disponível, tendo como foco básico de intencionalidade a própria vivência. MARCELINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade.in: **Animador Sociocultural:Revista Iberoamericana** v.1, n.2 2007

anos, vários trabalhos tem posto em evidência a complexidade sociopolítica do lúdico. Torna-se visível a maior sofisticação das abordagens e a confrontação crítica dos documentos. Mas, como alerta Caio Boschi¹⁵, o estudo acerca das sociabilidades tem sido bastante trabalhado por outros cientistas sociais e não tão fortemente como objeto de estudo específico do historiador.

Há uma polêmica acerca do lazer ser um fenômeno temporal ou extratemporal. No dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto tal vocábulo aparece como: Vagar. Tempo disponível para fazer alguma coisa. Significado semelhante ao do conceito usado pelas primeiras investigações sistemáticas sobre essa temática, que ocorreram na segunda metade do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, acrescentou-se a esse significado a necessidade de haver uma entrega espontânea a atividades realizadas durante o tempo não ocupado pelo trabalho ao entendimento do que poderia ser entendido como lazer.¹⁶

Uma parte dos estudiosos associa o lazer à sociedade industrial, só podendo se afirmar que existiria lazer no Brasil em meados do século XX.¹⁷ Na introdução do livro *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX*, esse questionamento é ressaltado: “Seria adequado usar o termo ‘lazer’ para designar as diversões de uma sociedade que ainda não conhecia a limitação legal das jornadas de trabalho e, com ela, o reconhecimento do direito ao tempo livre? Não haveria aí um equívoco conceitual?”¹⁸

Oriunda do latim *licere*, lazer, segundo Mary Del Priore, era entendido como “o estado no qual era permitido a qualquer um fazer qualquer coisa. O senso comum consagrava um período de tempo fora do trabalho.”¹⁹ Com a Revolução Industrial houve uma artificialização do tempo e uma modificação no entendimento do que se compreendia por lazer. Precisamos pensar que os conceitos têm história. Victor Andrade de Melo e Andrea Marzano definem que a diversão é uma busca desde épocas remotas, mas o lazer enquanto algo distinto do trabalho, direito de todos e exercido em

¹⁵BOSCHI, Caio César .*Op. Cit* p. 291-313

¹⁶GOMES, Christianne Luce e MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. In: **Movimento**. Porto Alegre, v.9, n.1, 2003 p.25

¹⁷SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Recife, UFPE, Tese de Doutorado em História. 2002.

¹⁸MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX**. 1 ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010 p.12

¹⁹ PRIORE, Mary Del. “EM CASA, FAZENDO GRAÇA”: domesticidade, família e lazer entre a Colônia e o Império in: MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX**. 1 ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010 p. 17

momentos limitados, é recente.²⁰ Segundo Nelson Carvalho Marcelino “o lazer sempre existiu, variando apenas o conceito sobre o que era e quais seus significados.”²¹, essa visão é compartilhada por diferentes autores²².

Mary Del Priore define que no Brasil, “nos primeiros séculos, nosso lazer começou a se construir modelado por muitos constrangimentos”²³, devido a sermos uma colônia de exploração, em se ter pouco tempo livre e pelo cristianismo zelar por seus preceitos, entre eles o combate ao ócio. No Brasil do século XIX, segundo Andrea Marzano e Victor Andrade de Melo a ideia de lazer chegou como mais um símbolo dos novos tempos e “adentrou o desejo de reproduzir ou recriar a nova dinâmica da diversão das modernas aglomerações urbanas.”²⁴

No que tange a temática trabalhada nessa dissertação, as universidades brasileiras foram bastante influenciadas pela perspectiva da História das mentalidades, que enxerga a festa como problema histórico. Um exemplo de livro feito à luz da História das Mentalidades é *Festas e Utopias no Brasil Colônia* de Mary Del Priore. A questão central do livro é entender os diferentes significados da festa para os diferentes segmentos que dela participavam, mostrando o que acontecia dentro das festas quem e como participava. Analisa a festa tanto como uma expressão teatral de uma organização social, como também um fato político, religioso e simbólico. Enfim, apesar de não seguirmos essa linha de abordagem, essa obra é importante para pensarmos um pouco do que é o tempo da festa e seus significados para os que dela participavam.

A publicação, em 2001, de *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*, resultante de um seminário ocorrido na década de 1990 na Universidade de São Paulo, é uma das principais referências da historiografia no Brasil sobre o tema. A coletânea de artigos organizada por Jancsó e Kantor, foi uma importante contribuição teórico-metodológica ao trazer um panorama das diversas possibilidades de estudo da temática, sendo praticamente um manual teórico-metodológico.

²⁰MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida**. Op. Cit. P.18

²¹MARCELINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade in: **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana** vol1, n.2 2007 p. 4

²²Ver: FALEIROS, Maria Isabel Leme Repensando o Lazer in: **Pespectivas**, São Paulo, 1980, GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte. Ed, UFMG, 2008 e MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX**. 1 ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010

²³MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida** p.18

²⁴*Ibid*1p.13

Alguns livros que versam sobre tipos de festas específicas foram de essencial importância para a análise dos significados dos divertimentos no período estudado. Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho fez uma importante análise acerca das festas cívicas da Independência, no seu livro *A pátria Coroada* realizou um estudo acerca da construção da figura do soberano, de 1780 a 1831. Discutindo sobre a construção do poder do rei, ela tece uma análise sobre as festas como importante ferramenta desse processo. Além de tudo, é importante destacar nessa obra a percepção da multiplicidade de elementos que compunham as festividades, bem como os diferentes sentidos que poderiam assumir para os diferentes atores sociais.

Marta Abreu em *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, discute a festa do Divino Espírito Santo e suas transformações na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Buscou traçar o perfil dos que circulavam pelas diferentes dimensões do divino, desvendando mecanismos de controle e brechas de tolerância. Busca o significado da diversão e abandona a ideia de que a festa em si seja um problema histórico relevante, estuda a festa para entender a história do Rio de Janeiro.

O livro de Rita de Cássia, *Festas: máscaras do tempo*, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia, é de fundamental importância, não apenas por ser um dos poucos que estudam as festas no século XIX em Pernambuco, mas devido a abordagem usada pela autora. Observou o carnaval como uma manifestação social e cultural em seu contexto histórico, observando o seu processo de construção, tendo por tema central a reconstrução e reinterpretação do Carnaval do Recife e suas transformações desde a colônia até 1914. A autora vê a festa como uma representação simbólica da totalidade social vista em um dado momento de sua história.

Outra obra de essencial importância para o estudo dos momentos de diversão é *Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaios de História Social da Cultura*, reunindo artigos de diversos especialistas que traz importantes perspectivas de análise do lazer pela História Social, como afirma Maria Clementina Pereira da Cunha na Introdução da dita obra:

Ao escrever, todos olhamos para a festa em busca dos sujeitos, das tensões, da constituição das relações e das formas pelas quais, nestas ocasiões, privilegiadas em que se costuma encenar um risonho congraçamento, processa-se um diálogo social tenso e intenso. Perseguimos também as identidades múltiplas e cambiantes que se estabelecem entre os seus

participantes e procuramos focar nossas lentes no detalhe, na especificidade e naquilo que é capaz de diferenciar uma festa da outra e dissociar um festeiro de outro em uma mesma celebração.²⁵

Vale lembrar que “as festas tem sido objeto de particular predileção dos estudiosos brasileiros no que tange às manifestações de sociabilidade.”²⁶ No entanto, as práticas que compõe o lazer vão além das festas. O lazer faz parte do cotidiano²⁷ de todo dia, é uma escolha de aproveitamento do tempo que está presente tanto nos especiais das festas, como nos dias corriqueiros.

O livro organizado por Victor Andrade de Melo e Andrea Marzano, *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX*, publicado em 2010, destaca que a nova organização da diversão surgiu do ideário das elites e das pressões dos trabalhadores. Os lazeres, que foram associados a um dos símbolos da “civilização”, inscreviam-se nas disputas em torno dos usos do espaço público, nos modos dos grupos inscreverem suas presenças na cidade. Além do que as práticas de lazer são trabalhadas de tal forma que demonstram as divergências no interior dos grupos sociais, além, é claro, do conflito entre as diferentes camadas da sociedade.

Entre os teóricos que abriram perspectivas para se pensar os diversos momentos de lazer como um campo de tensão social, teve destaque E. P. Thompson. No tocante a análise do lazer destacamos a sua percepção de que o lazer faz parte do controle social, e que também reflete os domínios sociais mais amplos. A inserção da noção de um tempo respeitável criou uma barreira entre trabalho e vida. Bem como a análise da mudança na relação da sociedade com o tempo, e a forma com que tais mudanças modificaram a organização da sociedade, ressaltando que em uma mesma sociedade as reações quanto a essa mudança foram diferenciadas.²⁸ Sua obra possibilitou análises dos momentos de lazer como são carregados de elementos de manutenção da ordem, da subversão do trabalho, bem como um importante campo de vivência cultural, sendo

²⁵CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas** - Ensaios de História Social da Cultura . Campinas. Ed. Unicamp. 2002 p.17

²⁶BOSCHI, Op. Cit. p.299

²⁷Apesar de muitas vezes o cotidiano ser pensado como o tempo das permanências e ser naturalizado este era um construção social. É uma instância temporal que possibilita explicar permanência e mudança, estrutura e ação, desde que seja indagado “como tempo qualitativo, investigando o que compõe esse tempo de que é duração.” GUARINELO, Norberto Luiz História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo v.24, n°48, p.13 a 38-2004 p. 24

²⁸Ver: THOMPSON, E.P. Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra in: THOMPSON, E.P **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**.Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 2001 e THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial in: THOMPSON, E.P **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

dessa forma campo privilegiado para se discutir as diferentes formas de apropriações culturais existentes na sociedade.

Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* faz uma utilização sistemática dos processos criminais e de fontes judiciais para contar a história dos trabalhadores da perspectiva deles, visando uma interpretação global do sentido da cultura popular. Tal empreitada não seria possível sem a análise do “o mundo do lazer popular, dos botequins e das ruas, assim como a sua contrapartida inevitável: a repressão policial”.

A obra de João José Reis é de fundamental importância na análise desse período. Alguns artigos publicados tratam diretamente sobre a temática “festa negra”.²⁹ Destacamos a sua análise acerca da relação entre o contexto sociopolítico e a repressão e a permissividade às festas negras. Assim como a noção da festa como elemento de rebeldia escrava, como o mesmo diz: “A religião e a festa, a festa religiosa inclusive, sem dúvida, funcionaram como elementos essenciais da política de rebeldia dos escravos.”³⁰

Marcus Carvalho é um historiador de vital importância para qualquer análise acerca de Pernambuco no período estudado. Suas obras revelam importantes aspectos da vida da sociedade, inclusive em seus momentos festivos, apesar de ter trabalhado o lazer apenas de forma terciária no conjunto de sua obra. Trata, por exemplo, dos chafarizes: importantes pontos de encontro do Recife, das festas como obrigações sociais em meados do século, além de associações desse universo lúdico com a resistência escrava. Sua concepção de liberdade como “um processo de conquistas que podiam ser graduais ou bruscas, avançarem ou recuarem.”³¹ é essencial para pensarmos os diversos aspectos da vida dos cativos, especialmente as suas escolhas para os momentos de lazer.

Os textos de Wellington Barbosa tratam das questões da repressão em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Mostra-nos contradições e

²⁹ REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**. Op.Cit e

³⁰ SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989 p.41

³¹CARVALHO, Marcus Joaquim M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Universitária da UFPE, 2002. p. 15

ambiguidades entre a idealização e a realidade do controle social. Sua perspectiva de análise é primordial para o entendimento do cotidiano da cidade, na medida em que, tendo por foco a repressão policial, o autor tece os fios de muitas vidas dos que circulavam no Recife da primeira metade do século XIX. Entre os seus textos, é relevante ressaltar: “*Cada taberna nesta cidade é um quilombo...*” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista³², onde o autor analisa a realidade desse espaço tão importante para o mundo do lazer do Recife desse período.

A dissertação de Clarissa Nunes Maia *Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX-1850/1888* é um dos primeiros trabalhos a tratar sambas, batuques e vozerias como instrumentos de resistência. Analisa como as autoridades do Recife buscavam normatizar a cidade e controlar a vida dos segmentos sociais tidos como mais perigosos, bem como as brechas conseguidas por estes. Ao trabalhar com o controle social aos escravos em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, constatou em diversas posturas municipais a preocupação em controlar os momentos de lazer dos cativos, bem como a necessidade de ser necessário controlar os homens livres, para controlar os escravos.

Para a escrita do trabalho que se segue se faz necessário recorrer a diversos tipos de fontes. Uma das normas centrais do trabalho do historiador é o trato com a documentação. Mesmo sendo a base da realização para qualquer trabalho historiográfico, como afirma Koselleck as “fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer.”³³ As informações disponibilizadas pelas fontes foram essenciais para as escolhas dos divertimentos e das parcelas da sociedade que serviram como lente para análise das questões discutidas nessa dissertação.

Um dos tipos de fontes usados para construir esse trabalho foi a legislação que normatizava a sociedade em formação. Esse tipo de fonte possibilitou entendermos os ideais dos dirigentes sociais. As fontes produzidas pelas autoridades locais permitiu-nos a análise das tensões que envolviam os divertimentos. Entre os documentos produzidos

³²SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna nesta cidade é um quilombo...” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de **História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

³³KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006 p.188

pelas autoridades locais, foram usados com destaque, nesse trabalho, aqueles produzidos pelas Câmaras Municipais e pelas autoridades policiais.

Entre os principais tipos documentais usados nesse trabalho, também é preciso ressaltar o uso de autos judiciais. Estes são janelas que nos possibilitam ver diversos aspectos da vida dos querelantes, podendo assim nos revelar situações do cotidiano, que de outra forma estariam esquecidas. Apesar da diversão não ser um crime, é um espaço privilegiado para conflitos e constantemente conflitos se iniciam nas práticas características do tempo de lazer. Sabemos que essas fontes tratam de momentos que são exceção na vida delas, mas acredita-se que através desses momentos, que se fizeram registrar, pode-se perceber algumas das demandas sociais.

Os jornais da época foram fontes que possibilitam a análise do cotidiano de Pernambuco, trazendo a nós do século XXI as necessidades das pessoas do século XIX. Tivemos acesso a apenas um ou alguns poucos exemplares de alguns jornais que circulavam no Recife. Em parte devido à política de arquivamento e condições precárias dos arquivos pernambucanos, em parte porque no período estudado muitos jornais tinha uma circulação efêmera. Dois jornais foram consultados em uma maior quantidade de números. O Carapuceiro, jornal que tinha grande atenção aos hábitos e costumes da sociedade pernambucana. O Diário de Pernambuco, por ser o jornal que existiu durante praticamente todo o período estudado, também teve um maior uso nesse trabalho. Além do que nesse jornal além dos textos dos editores, também pudemos ter acesso a publicações oficiais e anúncios publicados pela população.

O primeiro capítulo “Festas no Recife da Primeira metade do século XIX “ versa sobre as festas, mais especificamente sobre alguns dos tipos de festas que se destacavam no cotidiano do Recife na primeira metade do século XIX e ocupavam parte significativa da vida da população do Recife. Analisando algumas peculiaridades dos principais tipos de festas que envolviam a cidade como um todo e não apenas alguns grupos particulares. O item 1.1 trata das comemorações pela Independência do Brasil, abordando as diferentes datas que fazem referência a essa festa, bem como algumas das maneiras que a população do Recife a comemoravam, buscando trazer à tona peculiaridades dessa comemoração cívica. Tais festas tinham como principal objetivo

comemorar a própria nação, mas teciam uma série de outras tramas que possibilitam percebermos algumas características típicas do período.

Se as festas cívicas eram os momentos oficiais para a comemoração do Estado, os poderes deste muitas vezes era também exaltados por outro tipo de festa que fazia parte dos hábitos de comemoração do segundo quartel do século XIX: as festas religiosas, estas serão o objeto principal desse item 1.2. Outro tipo de festa que se destacava na sociedade era a festa carnavalesca, houve uma tentativa de modificação na forma de se brincar esse festejo. Esse é o objeto de análise do item 1.3.

O capítulo dois “Normatização do tempo de diversão” trata sobre as tentativas de normatização do tempo que poderia ser legitimado e aceito como dedicado aos divertimentos. Importante ferramenta nesse processo foi a organização dos calendários festivos. Dias de Gala, dias de festa nacional e dias santos compunham os dias reconhecidos como feriados durante o Império. Mais do que simplesmente definir alguns dias que oficialmente se parava o trabalho, a definição desses dias buscava ritmar e organizar o cotidiano.

O calendário era apropriado de diferentes formas pelos que precisavam vivenciá-los, esse é o assunto do item 2.2. Dentre as diversas apropriações destacamos a relação entre festas e revoltas, e o hábito comum no período de se festejar as festas nos arrabaldes entre o fim de um ano e o começo do vindouro. O controle do tempo dedicado ao trabalho e ao lazer dependia de diversos poderes. Alguns hábitos dos populares foram combatidos buscando estabelecer ainda que minimamente a separação dessas atividades. Essa é a temática do item 2.3.

No capítulo três “Espaço urbano, cotidiano e divertimentos” iremos tratar da relação das diferentes camadas da sociedade, com o espaço público nas suas práticas de lazer cotidiano. No dia-a-dia, dentro das limitações do período, as ruas da cidade atraíam seus moradores para inúmeras atividades, algumas dessas voltadas para o divertimento. O item 3.1 trata dos divertimentos que costumeiramente eram praticados pela sociedade pernambucana, bem como sobre o discurso de civilização tecido em torno desses e as dificuldades de implementação desse anseio da elite. As críticas tecidas a esses espaços voltavam-se ao que entendiam seu uso não apropriado.

O item 3.2 trata de outros espaços e hábitos que eram combatidos como fonte de problemas não apenas para a “civilização”. Grupos dominantes e as autoridades públicas buscaram cercar as atitudes dos “homens comuns” em seus momentos de lazer. Havia um discurso sistemático de necessidade de controle, porém ainda se percebia relativa tolerância e mesmo uma convivência de parte da elite com esses hábitos. Para conseguir atingir tal objetivo, se fazia necessário regulamentar o cotidiano dos espaços que possibilitassem o ajuntamento de pessoas, especialmente das classes subalternas. O item 3.3 versa sobre a convivência e os conflitos nas casas de jogos, vendas e tabernas da cidade.

Capítulo 1: Festas no Recife da Primeira metade do século XIX

Todas as Nações da Europa culta nos oferecem análises de suas festas dadas por ocasião d'algum dia de glória; ou mesmo em honra de seus Príncipes: a relação de muitas foi julgada digna de uma particular menção ao Dicionário da Enciclopédia.³⁴

Tempo de alegria e diversão, as festas são mais que simples divertimentos, apesar de serem espaços privilegiados para estes, fazem parte da tradição inventada de um poder ainda em construção. Construídas em meio às atividades corriqueiras, estão entre as práticas que tem um significado especial no tempo concreto das relações sociais³⁵. No Brasil Império, como em qualquer outra sociedade, havia inúmeras motivações para as festas e consequentemente vários tipos de festejos. Cada tipo de festa é dotado de tantas possibilidades, quanto permite a criatividade dos que delas participam. Neste capítulo iremos tratar de três tipos de festas comuns ao período estudado: cívica, religiosa e carnavalesca. Trabalhando peculiaridades desses diferentes tipos de festas, visando assim analisar algumas das maneiras que a população do Recife aproveitava e construía esse tempo diferenciado do cotidiano.

1.1 Comemorando a Independência

Entre as diversas festas cívicas que ocorriam no Recife da primeira metade do século XIX, tiveram grande destaque as festas pela Independência do Estado Brasileiro. O Brasil, nesse período, foi marcado por inúmeras transformações, entre as mais importantes está a abandono da situação colonial e a formação de uma nação. Os marcos desse processo precisavam ser comemorados de tal forma que funcionassem como uma maneira de reafirmar tais conquistas, como afirma Iara Lis Schiavinatto Carvalho “o espetáculo público das festas oficiais se revelou uma solução interessante pela sua visibilidade, pela agilidade de sua expansão, por ser celebrativo do próprio

³⁴ LAPEH Diário de Pernambuco 21.04.1838

³⁵ GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, Trabalho e Cotidiano”. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001, v. 2 p.,971

país, porque o processo de adesão se tornava assim, um público regozijo”.³⁶

O ano de 1822 foi de intensas conquistas nesse processo, que resultou na Independência do Brasil. A aclamação do Imperador foi um momento chave para a afirmação e legitimação da Independência do Brasil, como lembra Emílio Carlos Rodrigues Lopes “era o momento em que se demonstrava a irreversibilidade da ruptura com as cortes e o apoio popular ao soberano e as decisões tomadas”.³⁷ As festas de aclamação ocorreram em diversas províncias. Pernambuco, enquanto uma das principais províncias do Brasil, onde anos antes tinha acontecido uma Revolução que ameaçou a integridade territorial da então América portuguesa, não poderia ficar de fora.

Em novembro deste ano a Câmara Municipal do Rio de Janeiro enviou dois ofícios à Câmara Municipal do Recife com a finalidade de que na Província de Pernambuco fosse “aclamado Imperador do Brasil o Sereníssimo Senhor Dom Pedro de Alcântara, regente e defensor Perpétuo do Brasil”.³⁸ As câmaras municipais tiveram papel importante na instauração da soberania e legitimidade de Dom Pedro I no poder. Em vereação acordou-se que “no dia 8 de dezembro se fizesse a festa da Aclamação de Sua Majestade o Imperador Constitucional na Igreja Matriz do Corpo Santo”.³⁹ Essa data já era significativa no calendário social, por ser o dia dedicado a comemoração de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal, cuja festa era bastante celebrada. Talvez essas duas comemorações possam ter se mesclado e transformado o Recife em uma grande festa.

Esta solenidade fundamental para a afirmação da independência não foi a única ocorrida na Província que celebrava a Independência de Portugal. Ao menos temos notícia de que, em 17 de outubro de 1822, o povo se reuniu para o juramento da adesão e união à causa geral do Brasil. Tal celebração ocorreu pouco depois do aniversário, do então regente, D. Pedro, que era comemorado no dia 12 de outubro. Nessa ocasião, cerca de mil seiscentas e cinquenta e cinco pessoas reuniram-se para jurar⁴⁰. Para a

³⁶CARVALHO,, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999 p.256

³⁷LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822** São Paulo: Humanitas.2004 p.317

³⁸IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 DATA f. 114 v

³⁹IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 DATA f. 114 v

⁴⁰COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 8 p.365

aclamação de Dom Pedro I reuniu-se cerca de quarenta e cinco pessoas⁴¹ no pátio da casa da câmara aonde o Juiz de Fora,

[...] deu por três vezes os seguintes vivas que o foram correspondidos por todo o povo, de todas as classes e ordens que se achavam no pátio da casa do mesmo, com muito entusiasmo e prazer Viva a nossa Santa Religião, Viva o Augusto Senhor Dom Pedro Alcântara, 1º imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil.⁴²

Neste dia a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo Santo, “mandou ornar com suntuosidade e grandeza os altares e mais compartimentos de toda a igreja”.⁴³ A tarde foi celebrado um *Te Deum*, a mando da Câmara do Recife, com assistência da Junta Provisória, do recém criado tribunal da Relação, do clero, da nobreza e do povo. Além dessa comemoração houve salvas e outras demonstrações militares, iluminação geral pela cidade. Houve três noites de espetáculos de gala no teatro público, sendo a primeira custeada pelo governo, além de espontâneas manifestações populares.

Apesar da novidade que representava a comemoração pela Aclamação, não se pode afirmar que não era um fato conhecido. A Câmara resolveu em vereação que a decisão da Aclamação seria oficiada a todas as “autoridades civis e militares, tribunais e corporações”.⁴⁴ Em fins de novembro, os membros da Câmara Municipal do Recife escreveram a Junta Provisória, informando que sairiam “em corporação no dia 7 de dezembro a anunciar ao Público a solenidade da Aclamação do Senhor Dom Pedro 1º Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”.⁴⁵ Precisava-se que a população se fizesse presente para aclamar uma situação nova que buscava firmar-se. Possivelmente o convite público e ruidoso seria mais eficiente, e prático para alcançar este fim. Afinal, como afirmara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, tal gênero de festa procurava obter a anuência os espectadores “com a sua presença e participação nesta ocasião pública”.⁴⁶

Para terem condições adequadas para este anúncio ao público, solicitaram apoio

⁴¹ Ibid p.361

⁴² IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 DATA f. 115 v

⁴³ COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Op. Cit p.365

⁴⁴ IAHGPE Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829 DATA f. 115

⁴⁵ APEJE Câmaras Municipais volume 03 f.70 29.11.1822

⁴⁶ Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: Op. Cit..** p. 235

de uma guarda de Cavalaria, e duas companhias de músicas dos Batalhões. Uma banda de música deveria ir a frente da corporação e a outra no fim desta, ambas a cavalo. Possivelmente havia nessa disposição uma preocupação de ordem prática visando a melhor propagação desse anúncio, em uma estrutura muito parecida com a do Bando, onde se contava com a presença de uma banda militar, uma comitiva de vereadores que saíam pela cidade e um pregoeiro lia o proclame.⁴⁷

Os motivos para se festejar a independência não se limitaram as comemorações dos fatos ocorridos em 1822. O reconhecimento internacional quanto a nova situação do Brasil era um importante motivo para celebração. Em 1824 houve um festejo pela comemoração do reconhecimento da independência pelos Estados Unidos da América. Os oficiais foram convidados a comparecer no dia 26 de setembro, às nove horas ao Palácio do Governo⁴⁸. Foi publicado um Bando, com o qual se determinava que o referido Reconhecimento fosse solenizado, “com as públicas demonstrações de contentamento”.⁴⁹

Cada conquista que ajudasse a consolidar a nova situação do Brasil precisava ser comemorada e deveria servir para reforçar a unidade ainda não consolidada, seja no cenário externo ou mesmo no interno. Em uma época em que o Estado ainda se formava e, em uma Província que nesses primeiros anos protagonizou um dos movimentos que alcançou maior repercussão no questionamento da forma com que se organizava a jovem nação, fazia-se essencial as comemorações pelas datas celebrativas da conquistas da independência do Brasil. Esse processo de conquista da legitimidade nacional, como bem afirmou Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, “também implicou uma dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, procissões não são apanágios ou tem peso menor”.⁵⁰

Pernambuco protagonizou junto com outras províncias do Nordeste a Confederação do Equador no ano de 1824. Após a derrota desse movimento tornava-se ainda mais importante reafirmar em Pernambuco a legitimidade do Estado Nacional e a derrota desse movimento que pôs em risco a unidade do país. A execução do Frei

⁴⁷KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX in: **Afro-Ásia** n°23, 1999 p.54

⁴⁸APEJE Ofícios do Governo26 f.4v e 5 25-09-1824

⁴⁹APEJE Ofícios do Governo26 f.4v e 525.09.1824

⁵⁰Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: Op. Cit** UNESP, 1999 p.36

Joaquim do Amor Divino Caneca, em janeiro de 1825, transformou-se em um grandioso espetáculo público,⁵¹ demonstrando a força do governo. Mas após esse momento inicial com rigorosas punições, estando assegurada a vitória da nação, era preciso realizar outros espetáculos que fizessem a população esquecer não apenas os espetáculos punitivos, mas também os problemas ocasionados pelo tempo de conflito armado: carestia, violência, restrições das liberdades eram apenas alguns destes. A festa é uma forma de tentar conquistar o povo. Quando as tropas comandadas por Luís do Rego conseguiram entrar no Recife em 1817, uma das primeiras providências foi a organização de um festejo para celebrar o governo interino.

Em 1825, datas importantes desse processo político foram comemoradas de forma conjunta pelas Câmaras Municipais de Recife e Olinda, possivelmente reforçando a vitória do Império sobre a Confederação do Equador. Em 05 de novembro, os membros da Câmara do Recife convidaram os membros da Câmara de Olinda para comparecerem às festividades programadas para ocorrerem entre os dias 13 e 15, na Igreja Matriz de São Frei Pedro Gonçalves, “pelo feliz reconhecimento do Brasil a categoria de Império Independente”.⁵²

Em 08 de novembro, os membros do Senado de Olinda aceitaram tal convite e também convidaram os membros da Câmara do Recife para as festividades que iriam acontecer entre os dias 10 e 12, em comemoração aos Tratados da Independência do Império.⁵³ Em um ano que se comemorava a unidade, faz todo sentido que pessoas distintas da sociedade, como os membros das duas principais Câmaras da Província, se mostrassem ao público juntas em tais comemorações. Tanto que, os membros da Câmara do Recife, justificaram o convite enviado por reconhecerem, nos membros da Câmara de Olinda, “um alto conceito por suas distintas qualidades pessoais, como

⁵¹ No dia 13 de janeiro de 1825 deixou o oratório para o cumprimento de sua sentença de morte. Seguiu para a execução em um cortejo que durou mais de uma hora, e passou por importantes ruas da cidade, como a Rua do Crespo, Rua do Queimado, Rua do Livramento, Rua Direita. Ainda teve que participar da cerimônia de degradação e depois as recusas dos algozes, até a sua execução por fuzilamento. O povo lotou as ruas da cidade, segundo Gilberto Vilar uns choravam outros aplaudiam a vitória do Imperador. Ver: VILAR, Gilberto. **Frei Caneca**: gesta da liberdade 1799-1825. Rio de Janeiro, Mauad, 2004 e MOREL, Marco. **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria Rio de Janeiro. FGV. 2000

⁵² APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda f.37 05.11.1825

⁵³ APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 11 f.38 08.11.1825

porque nos achamos ligados por iguais laços de representação municipal”.⁵⁴

Passado esse momento inicial de confirmação da independência, se impunha a instituição de um dia para que se comemorasse anualmente a Independência do Brasil. Uma lei de 1826 instituiu o 07 de setembro como festa nacional “e a partir de 1827 começou a ser uma data comemorada”.⁵⁵ Devido a necessidade de localizar um ato fundador da separação, o grito de “Independência ou Morte” à beira do Ipiranga foi sendo incorporado, exaltando-se o seu aspecto heróico. Nos primeiros anos da nova situação político-institucional do Brasil, de acordo com Iara Carvalho o sete de setembro fazia parte de uma dinâmica de viagens que foram responsáveis pela fundação de uma relação política entre o príncipe e seus súditos, não como a data de comemoração da Independência.⁵⁶ Segundo Hendrik Kraay, a força do sete de setembro era sua natureza polivalente, tanto exaltava uma origem monárquica, como a partir de fins da década de 1820, podia ser interpretado pelos exaltados como uma resposta de Dom Pedro I a demandas populares por se romper com Portugal, sendo o monarca visto como servidor da nação.⁵⁷

Os primeiros relatos que encontramos da comemoração do sete de setembro em Pernambuco foram no ano de 1829, quando aparecem alguns relatos no Diário de Pernambuco acerca desses primeiros anos de comemorações em Pernambuco. “Por que apareceram tão extraordinários festejos no dia 7 de setembro, Aniversário da nossa Independência. V.m. já viu desde que esta se proclamou regozijo igual?”.⁵⁸ Não sabemos como se deram os festejos na Província entre os anos de 1827 e 1828, mas este questionamento indica que não foram comemorados com suntuosidade. Essa grande dedicação aos festejos no ano de 1829 incomodou a alguns, possivelmente devido a questões políticas.

Senhor Editor- Estamos perdidos! Que querem os Farroupilhas? Onde vai

⁵⁴ APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda f.37 05.11.1825

⁵⁵ CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada** Op. Cit p.253

⁵⁶ Em 1822 o imperador foi a São Paulo para travar e fincar alianças políticas, além de resolver problemas com as tropas. O famoso ato da independência a beira do Ipiranga que consistiu no famoso grito de “Independência ou morte”, em jogar fora o laço azul português que trazia no chapéu, desembainhar a espada e fazer um juramento de honra, compor um hino e ordenar o uso da fita verde com a legenda “Independência ou Morte”. Ver: CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada**: Op.Cit pp.237-256

⁵⁷ KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência do Rio de Janeiro, 1840-1864 in: **TOPOI**, v.8, n.14 2007 p.10

⁵⁸ LAPEH Diário de Pernambuco 24.09.1829

parar o sofrimento da gente de bem? Que significam estas alegrias? Estas luminárias? Estes fogos do ar? Estas músicas? Estes vivas? Estas Pirâmides? Estes jantares? Todas estas cousas nunca vistas?”⁵⁹

O fim da década de 1820 foi um período tumultuado em Pernambuco. Havia vários problemas entre as elites que por vezes ganhavam as ruas. Ainda nesse ano houve em Pernambuco a República dos Afogados, movimento que reuniu alguns remanescentes da Confederação do Equador, que foram às ruas agitar e distribuir panfletos⁶⁰. Promover festejos como esses custavam tempo e dinheiro, e o termo Farroupilha tem um tom fortemente depreciativo, associado a pobreza⁶¹, além de segundo Marco Morel também se associar aos liberais exaltados.⁶² Independente das associações políticas dos responsáveis por organizar os festejos ou dos que dela participavam, as festas eram formas de demonstração de poder que modificavam as ruas da cidade.

As comemorações tiveram início na noite do dia 6. A cidade recebeu uma iluminação especial. No ano de 1829, em Pernambuco, alguns cidadãos decidiram não participar dessa manifestação de contentamento e não iluminaram suas casas. Colocar luminária não significava simplesmente enfeitá-las para participar dos festejos. “A iluminação funcionava como um sinal de regozijo público”.⁶³ Entre os que não deitaram luminária, “uns esconderam-se em casa, outros foram para os sítios”.⁶⁴ Apesar de parte da população ter se eximido de participar desses festejos, os relatos publicados no Diário de Pernambuco mostram que mesmo os festejos da véspera transformavam as ruas da cidade.

O Governador das Armas teria dado ordem para que todas as bandas de músicas

⁵⁹ LAPEH Diário de Pernambuco 16.09.1829

⁶⁰ Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. (org) **Ordem & Polícia: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX**. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007. e CARVALHO, Marcus J. M. de “ Ai Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. **Tempo**- UFF- Departamento de História. Vol 7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002

⁶¹ Segundo o dicionário de Antônio Moraes significava pessoas esfarrapadas disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/1%2C2%2C3%2C4/farroup%C3%ADlha>, segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto significa vestido de farrapos. disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/3/farroupilha>

⁶² MOREL, Marco **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005 pp.116-117

⁶³ CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: Op.Cit** p.225

⁶⁴ LAPEH Diário de Pernambuco 16.09.1829

Militares fossem “distribuídas pelos diversos bairros”.⁶⁵ Mesmo em dias corriqueiros alteravam a rotina da sociedade. O Prefeito da Comarca do Recife comunicou ao Presidente da Província sua observação de que “a Musica e Cornetas que às oito horas da noite se recolhem aos quartéis chamam atrás de si grande concurso de moleques, e dai tem provido em todas estas noites brigas, e desordens”.⁶⁶

No ano de 1829, umas dessas bandas militares foi criticada, por querer, em sua execução em homenagem a Independência do Brasil, destoar do tipo de música que se esperava ser tocada nesse dia. Segundo a crítica publicada no Diário de Pernambuco, “preparou-se a Música de certo Corpo (o da Artilharia, ouviu!) para tocar por achincalhe uma composição das quadras de Candomblé nesse dia, e não sei, se chegou a tocar”.⁶⁷ Para quem escreveu a carta, não seria algo adequado se executar tal tipo de música em um dia em que a população das diversas regiões do Brasil reunia-se para comemorar o status de Estado Independente. A dita ofensa agravava-se ainda por ser pensada por um Corpo de Artilharia que deveria evitar tais achincalhes em tão importante comemoração.

Infelizmente por meio do texto publicado no Diário de Pernambuco não foi possível definir se a música preparada pelo Corpo de Artilharia era de fato semelhante às quadras de Candomblé. Mas ao aproximar o som planejado para a festa de uma religião característica dos escravos e “gente de cor” da cidade, possivelmente queria se criticar e mesmo depreciar o som executado pela Música deste corpo, posto que para os que formavam a elite daquela sociedade os costumes das camadas populares, especialmente dos escravos, eram comumente associados à barbárie. O som tocado pelas bandas influenciava os que a assistiam. É importante ressaltar que tais bandas eram de acordo com Raimundo Arrais “constituem um dos pontos fundamentais de onde se projeta a trama cultural que percorre um amplo território social e cultural da cidade”.⁶⁸

Ao menos no bairro da Boa Vista foi preparado um cortejo nessa noite de comemoração que saiu da Praça do bairro e tinha como destino a casa do Governador das Armas. “Marchava na frente uma guarda do 5º Batalhão com a respectiva música,

⁶⁵ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁶⁶ APEJE Polícia Civil 01 f.21 28.04.1836

⁶⁷ LAPEH Diário de Pernambuco 16.09.1829

⁶⁸ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911**. Natal: Editora da UFRN, 1998. p. 88

seguia o Estandarte Nacional carregado por um Índio ricamente vestido”.⁶⁹ Desde a época joanina, era corriqueiro o uso do índio como símbolo do Brasil, como uma forma de expressar o sentimento de pertencer à terra natal e, segundo Emílio Carlos Rodrigues Lopes, muitas das identidades desse período “foram recriadas para confirmar uma nova ideia de ‘Nação’ e de ‘Pátria’”.⁷⁰

Após essa primeira parte do cortejo seguia-se o “carro da Pirâmide, puxado também por índios”.⁷¹ O nacional era somado a um tradicional símbolo de poder. As “pirâmides eram comumente utilizadas para imortalizar as ações dos governantes”.⁷² Nessa situação, a seu uso como símbolo de poder foi ainda reforçado pelas peculiaridades de sua composição. Era preciso estar atento às minúcias na sua tessitura. A figura do imperador foi reforçada por vários elementos que ressaltavam o poder e a nacionalidade.

Tinha na frente da base um quadro de Sua Majestade Imperial recebendo nos braços o Brasil representado por um jovem Índio, e Calcando aos pés o despotismo figurado por um dragão, de um lado via-se uma coroa de fumo e café, de outro uma espada e balança, e no fundo as Armas do Império.⁷³

Um cortejo como esse chamava atenção, além disso, ainda foi seguido por um número significativo de pessoas. Segundo o relato publicado “perto de cem pessoas vestidas uniformemente marcharam em ordem militar atrás do carro.”⁷⁴ Possivelmente um número bem maior deve ter acompanhado tal cortejo, pois como publicou o Diário de Pernambuco esse ato festivo “chamou todo o Povo a Boa-Vista onde também houve fogo; muita gente voltou da Ponte por se não poder transitar pelo grande concurso”⁷⁵ e devem ter aproveitado a festa em outros bairros.

Ao chegarem à casa do Governador das Armas, onde já se encontrava o Presidente da Província, a oficialidade da Guarnição foi convidada para um copo de água aonde se cantou um “novo hino” acompanhado por uma grande orquestra.⁷⁶ Se a multidão era importante para assistir aos cortejos, não o era em todos os momentos da

⁶⁹ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁰ LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas** Op. Cit p.311

⁷¹ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷² LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas** Op. Cit. -p.317

⁷³ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁴ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁵ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁶ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

festa.

Depois de servirem-se a mesa do Governador de Armas, seguiram para o bairro de Santo Antônio. Ao passarem por algumas das igrejas do bairro foram recebidos pelas respectivas confrarias com grande aparato e repiques de sinos. No Pátio do Palácio, o hino foi cantado e foram “postar a Pirâmide no porto de saída”⁷⁷ sobre uma grande base circulada de arvoredos.

Em toda esta noite não cessaram os vivas a INDEPENDÊNCIA, a Sua Majestade Imperial e Constituição, a Liberdade legal etc. etc. Os fogos do ar girândolas, e por si inumerável povo pelas ruas, tudo respirava alegria, o entusiasmo não é para descrever-se; em toda a parte reinou a ordem⁷⁸

Os festejos transformaram a noite do dia 06 de setembro em um grande espetáculo público que modificou momentaneamente os significados dos espaços públicos da cidade. Sob essas comemorações, que aparentavam uma cidade em ordem, podiam ter se escondido diversos episódios de desordem. Muitas coisas podem ter acontecido sem que os que publicaram nos jornais tenham percebido, ou simplesmente o narrador pode ter optado por omitir alguns problemas que por ventura tenham ocorrido. Alguns pequenos imprevistos e desordens podiam ser ofuscados pela grandiosidade do que foi preparado para as comemorações da véspera da independência. Talvez a imagem da maioria dos que participaram desses momentos celebrativos seja de fato de uma noite alegre, aonde a ordem tenha reinado.

As ruas podiam estar tomadas pelas festas, mas para quem sofreu algum atentado esse pode ter sido o destaque da noite. Se os relatos sobre as ruas do Recife ressaltavam a grandiosidade dos festejos e o júbilo da população, alguns acadêmicos reuniram-se ainda no dia 6 para festejar o aniversário da independência e sofreram alguns percalços nessas comemorações e resolveram publicar no jornal:

Andávamos pelas ruas na melhor ordem possível, eis se não quando passando pela rua dos Quatro Cantos indo para a casa de um dos nossos dignos lentes, sentimos algumas pedradas, mas como não continuaram supomos ser ilusão, e que seriam algumas pedras movidos pelos pés, mas qual foi a nossa admiração, quando de volta na mesma rua levamos um chuveiro de pedras!!!! que dando nas ruas, paredes, e portas, e mesmo em algumas pessoas, excitou, um grande rancor e ódio, que só a lembrança do dia 7 foi capaz de aplacar!⁷⁹

⁷⁷ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁸ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁷⁹ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1829

No dia 7, dia comemorativo a Independência do Brasil, “as Fortalezas salvaram ao amanhecer, as Músicas nos bairros, que lhe foram destinados romperam a alvorada e correram as ruas”.⁸⁰ As salvas de artilharia ao amanhecer eram parte dos ritos de comemoração dos dias de Gala.⁸¹ Ainda pela manhã, “houve grande parada”,⁸² que foi assistida pelo Presidente da Província.

Por volta das nove horas, outra Companhia encaminhou-se até a cadeia para levar esmolas aos presos pobres, o Presidente “mui contente acompanhou a súa que foi a cadeia”.⁸³ As músicas e algumas autoridades da oficialidade, entre outras pessoas distintas, também participaram desse momento. Levaram para a cadeia Salvas e bandejas com a roupa destinada “aqueles desgraçados”, além de carroças com “muitas arrobas de carnes, galinhas, farinha, arroz, feijão, pão, frutas, etc, etc”.⁸⁴ É relevante pensar que para “a nobreza e ‘homens de negócio’, a distribuição de esmolas era um tempo menor da festa, que até talvez os pusesse numa situação de embaraço”.⁸⁵ Tanto que depois de “depositado tudo na Cadeia regressaram as suas casas”.⁸⁶

À noite houve um novo jantar no Palácio do Governo, para o qual foram convidadas as autoridades e “pessoas de representação”. Nos locais onde houve ajuntamento de pessoas ocorreram peças poéticas. É razoável pensar que podem ter ocorrido várias outras manifestações espontâneas, mas o relato tratava dos ritos organizados pelas autoridades que compunham a celebração de forma a reforçar o poder. Os hábitos festivos, especialmente das camadas populares, geralmente eram lembrados quando eram associados a questão de desordem. Não se pode esquecer, como afirma Marina de Mello e Souza: “Nas comemorações de rua, fossem festas de brancos ou de negros, havia sempre danças, músicas, cortejos, teatralização, ingestão de comida e bebida”.⁸⁷

Boa parte das pessoas não conseguiu chegar a participar dos eventos na Boa

⁸⁰ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁸¹ Ver LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas** Op. Cit. p.320

⁸² LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁸³ LAPEH Diário de Pernambuco 16.09.1829

⁸⁴ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁸⁵ PAIVA, José Pedro Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Op.Cit** p. 87

⁸⁶ LAPEH Diário de Pernambuco 10.09.1829

⁸⁷ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 p.255

Vista devido a grande quantidade de pessoas presentes. Elas devem ter aproveitado esses dias de festa a seu modo, como sugere o texto publicado sobre as peças poéticas. A realização de espetáculos teatrais era um importante elemento das festas nesse período. Esse era um importante elemento das festas oficiais. Nas peças teatrais a mensagem poderia ser passada de forma mais direta que em símbolos presentes em outros momentos dos festejos, que nem sempre eram bem compreendidos pelos que os viam. Uma peça de teatro bem executada era um dos pontos altos dos festejos oficiais, depois dessas poder-se-ia voltar para casa e por vários dias ainda lembrar-se dos espetáculos.

Em 1829 apenas registrou-se que houve também teatro na noite do 7. No ano seguinte foi publicado um anúncio do que consistiria o Espetáculo Imperial em homenagem ao Aniversário da Independência. “Uma numerosa orquestra acompanhada de Instrumentos Marciais desempenhará a Grande Semiramides, e logo um novo Drama– O Brasil Salvo .”⁸⁸ Também seriam representadas Aventura Americana e o Triunfo da Independência.

No ano de 1834 o Carapuceiro resolveu ressaltar que os “Acadêmicos Baianos” comemoraram o dia 02 de julho em Olinda e para tanto realizaram bailes particulares em suas casas e “uma brilhante representação no Teatro, à qual assistiram muitas famílias da Cidade, e tudo foi feito com grande regozijo, com muita pompa e decência”.⁸⁹ O Carapuceiro afirmou que a peça além de excelente teve a execução digna de superiores elogios. Esta data apesar de comemorar a independência, apenas foi reconhecida como feriado para a Bahia em 1831, apesar de ressaltar a baianidade, pelo que comentou o Padre Lopes Gama, as pessoas frequentaram as festas promovidas pelos estudantes baianos que habitavam no Recife, resta-nos saber se devido ao nacionalismo da data, ou pelo prazer de frequentar uma bela execução teatral. Vale ressaltar que Hendrik Kraay afirma que os brasileiros não viam nada de nacional nesse dia.⁹⁰

⁸⁸ LAPEH Diário de Pernambuco 06.09.1830

⁸⁹ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro: crônicas de costumes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 12.07.1834

⁹⁰ KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX in: **Afro-Ásia** n°23, 1999 pp 50-51.

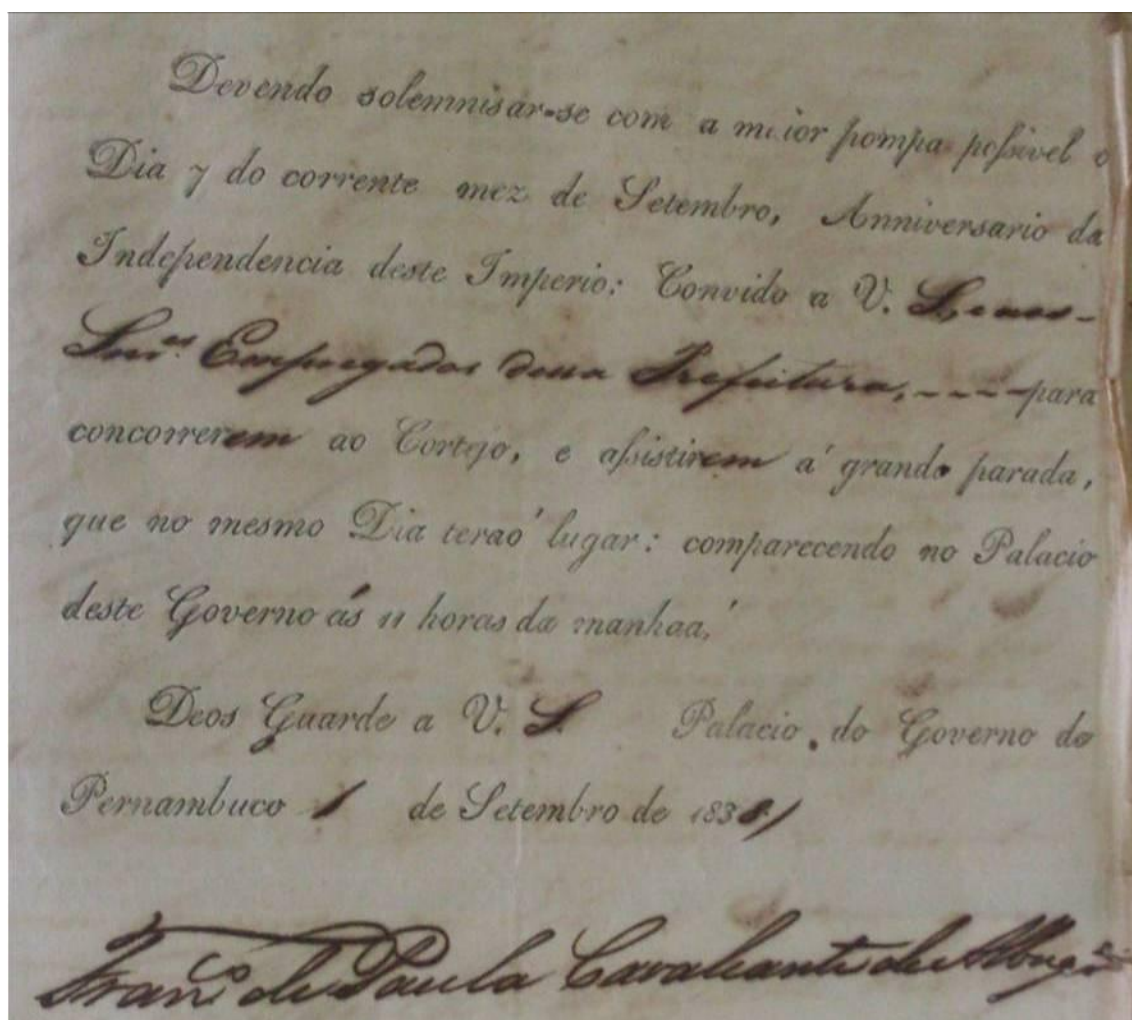


Figura 1:Convite para solenidade de Aniversário da Independência do ano de 1838.

O Cortejo público e a Grande parada eram as principais preocupações das autoridades. Segundo Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, dias antes das festividades uma ordem definia a ordem do cortejo e “fincava uma correlação entre os homens, demarcando seu lugar social dentro do cortejo que, analogamente, deveria nomear a sua posição na ordem social vigente”.⁹¹ A ordem do Comando das Armas para a formação do cortejo era expedida nas vésperas da Grande Parada. As paradas cívicas eram formadas por diversas forças que compunham o aparato policial distribuídas ordenadamente. Na primeira comemoração da independência durante a regência, determinou-se que, no dia 07 de setembro, às dez horas da manhã, os “Batalhões 13 e 14 de Caçadores e 4º Corpo de Artilharia, de Posição de 1ª linha, com oito bocas de fogo, I Esquadrão do Regimento 17, e os Batalhões 53, 54, 55, de 2ª linha”⁹² deveriam

⁹¹Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria coroada*: Op. Cit. p.228

⁹²LAPEH Diário de Pernambuco 07.09.1831

formar duas brigadas e uma bateria de reserva. Em 05 de setembro de 1848, também se publicou uma ordem, convocando os oficiais dos Corpos da Guarda Nacional, do exército e do corpo policial que deveriam formar quatro brigadas. O Comando das Armas determinava quem comandaria cada brigada, bem como deveria ser composta.

A boa conduta dos que participavam dessa parada era um fator a se considerar para se pensar na atração que tal espetáculo despertaria na população. Em 1848, o Comandante das armas recebeu elogios do Presidente da Província, que “observou com prazer o garbo, asseio, e boa ordem, com que se apresentaram em grande parada do dia 7 do corrente, não só a guarda nacional que formou nesse dia, senão também a tropa de primeira linha, e o corpo de polícia”.⁹³ É razoável pensar que o prazer com que o Presidente observou tal comportamento é um indicativo de que nem todas as paradas seguiam-se exatamente como se esperava. As críticas ao comportamento dos que compunham os aparatos repressores eram recorrentes.⁹⁴

Apesar das ordens publicadas preocuparem-se em desenhar o cortejo, os imprevistos sempre podiam ocorrer. Um desses era a falta dos que deveriam ocupar as fileiras das brigadas. Em 1836, no jornal a Ponte da Boa Vista reclamava-se que alguns oficiais da Guarda Nacional haviam faltado às paradas de 11 e 25 de março e não foram presos, mas os que faltaram a do dia 7 de abril foram todos presos.⁹⁵

Em 1848, o presidente da província convidou os oficiais do exército que não tivessem lugar no cortejo a comparecerem às 11 horas no Palácio do Governo para assistirem a parada em um local de destaque. O palácio deveria ser o ponto auge do cortejo e talvez os observadores que publicavam no Diário de Pernambuco se concentrassem nesses locais privilegiados e podiam nem tomar ciência dos problemas que aconteciam em diversos aspectos dos festejos em pontos distantes.

Outro ponto que teve grande destaque no relato de 1829 e que também se destacou no ano de 1848 foi a iluminação pública. Foi publicado que “iluminaram-se quase todas as casas da cidade e os edifícios públicos”.⁹⁶ Entre todas as iluminações se sobressaiu a do Arsenal de Guerra, cujos empregados deram um copo de água “⁹⁷ a

⁹³ LAPEH Diário de Pernambuco 11.09.1848

⁹⁴ Ver SILVA, Wellington Barbosa da . **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX.** Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003 passim

⁹⁵ APEJE Ponte da Boa Vista 1836

⁹⁶ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

⁹⁷ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

todos que se fizeram presentes por algum tempo. Água fresca para beber não era algo simples de ser obtido na cidade do Recife. Apesar de a cidade ser cercada por água, sofria um sério problema de abastecimento de água potável. Poucas eram as cacimbas na cidade, e a água dos rios que ficavam próximas aos núcleos de maior concentração de pessoas era inadequada para o consumo.⁹⁸

Em uma cidade às claras, a iluminação do Arsenal destacou-se logo que o sol escondeu-se no dia seis de setembro. Eram compostas por “três elegantes arcadas guarnecidas de muitas luzes”.⁹⁹ Na Arcada Central, “via-se um quadro encerrado, que todos supuseram ser de Sua Majestade o Imperador”.¹⁰⁰ O retrato do imperador era uma presença constante nos espetáculos oficiais, era mesmo uma forma de trazê-lo para a localidade.¹⁰¹ O quadro continuou encerrado, aguardando os convidados ilustres desse festejo.

Por volta das sete e meia da noite o Presidente da Província teve sua chegada anunciada por uma girândola. Este sinal foi uma maneira de destacar a importância de quem se aproximava e também funcionava como uma forma de alertar os distraídos seja admirando a iluminação da cidade ou mesmo aproveitando a bela noite. O Diretor interino do Arsenal de Guerra e os demais empregados da repartição “pressurosos correram ao encontro de Sua Excelência, e receberam-no com vivas e demonstrações de júbilo”.¹⁰²

Após essas boas-vindas, o diretor pediu licença para desencerrar o quadro sobre a arcada central e então se encaminhou com o Presidente da Província para frente desta e finalmente o retrato de D. Pedro II foi “patenteado aos olhos do povo, ao som de muitos rojões, e do hino nacional, tocado por uma banda de música marcial.”¹⁰³ Após esse ritual, o Presidente foi convidado para ir a um das salas da diretoria do Arsenal para servir-se de um copo de água. Na sala ainda encontrou o Comandante das Armas onde puderam se servir dos manjares que lhes foram oferecidos. Por volta das nove horas da noite retirou-se para ir ao Teatro de Apolo aonde houve representação.

⁹⁸Ver: CARVALHO, Marcus Joaquim M. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Universitária da UFPE, 2002. pp.21 a31

⁹⁹ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

¹⁰⁰ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

¹⁰¹ Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada:** Op. Cit. p.258

¹⁰² LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

¹⁰³ LAPEH Diário de Pernambuco 09.09.1848

Podemos pensar que de uma maneira geral, como fora publicado no Diário de Pernambuco, nos anos de 1849 e 1850, o aniversário da independência tinha contado com as Salvas de estilo, parada e cortejo ao retrato ou a efígie do Imperador, iluminação, além de representação teatral¹⁰⁴, elementos estes que faziam parte dos ritos das festas oficiais. As festas cívicas eram um tipo de comemoração associadas aos poderes existentes. Também estavam intrinsecamente relacionadas aos poderes da sociedade as tradicionais festas religiosas que ocorriam na cidade durante a primeira metade do século XIX.

1.2 Festas religiosas e sociedade no século XIX

No Recife do século XIX as festas religiosas eram um dos regentes do ritmo das datas comemorativas durante o ano. Várias eram as formas de celebrar as datas solenes do calendário litúrgico. Um tipo de festa religiosa que tinha destaque era a procissão. Uma procissão que tinha uma ligação com o poder real era a procissão de *Corpus Christi*. Esta era uma tradicional festividade, existente no Brasil, desde os idos da colônia. O ato religioso tinha como função exaltar o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, mas a eucaristia em trânsito era um dos momentos ímpares de exaltação da figura régia. Em uma sociedade em que Estado e Igreja eram unidos, era mesmo natural que a religião e o poder cívico se mesclassem em momentos de representação do poder.

Em fins da década de 1840, a folhinha de algibeira anunciava que as festividades de *Corpus Christi* ocorreriam na matriz do Santíssimo Sacramento do Recife e na Catedral da Sé, em Olinda, mas apenas nesta última ocorreria a procissão. A importância dessa festividade, na sociedade pernambucana, pode ser discutida por meio de uma disputa entre diversas autoridades pela realização dessa festa cerca de duas décadas antes. No ano de 1827, a Câmara de Olinda organizava-se para a realização da festa do Corpo de Deus, quando o Bispo da Diocese, após ter acertado diversas questões para a organização dessa procissão em Pernambuco, enviou um ofício em 30 de maio para a Câmara Municipal de Olinda, aonde informava que: “tenho tratado e acertado com Excelentíssimo Governo desta Província celebrar a Festa de *Corpus Christi*: na

¹⁰⁴ FUNDAJ Diário de Pernambuco 10.09.1849 e 09.09.1850

Igreja do Santíssimo Sacramento do Recife”.¹⁰⁵

A Câmara de Olinda respondeu que anteriormente já se havia tentado realizar a festa do Corpo de Deus no Recife e não se obtivera êxito e reafirmou que realizaria a referida procissão no dia 14, argumentando “que a mais de um século sempre nesta cidade se tem solenizado o Divino Culto da Festa de Corpo de Deus com aquela pompa, devida aonde existe a Catedral”.¹⁰⁶ Foi enviado um ofício solicitando explicações acerca do motivo da mudança de local de realização da Procissão. O Presidente então explicou que se tratava de uma decisão do Bispo, e que nessa questão ele era a autoridade máxima da Província, além do que quando procurado pelo Bispo não vira motivo para questioná-lo nesse assunto.

Sabemos que as disputas de poder entre as duas Câmaras Municipais eram antigas. No começo do século XVIII ocasionou inclusive a Guerra dos Mascates. Em 1827, Olinda já havia perdido a prerrogativa de ser a capital da Província para o Recife. Manter esse tradicional rito festivo podia ser uma forma de sustentação do *Status quo* para a cidade de Olinda. Também é preciso considerar que apenas um ano depois dessa contenda, a lei que regulamentava as funções das Câmaras Municipais não atribuía mais a elas a organização das festas públicas.¹⁰⁷ Entretanto já era um hábito que as Câmaras organizassem algumas festas anualmente. Durante alguns anos após a publicação da referida lei, a Câmara Municipal de Olinda receberia do Governo Imperial uma quantia anual para a realização de festividades. Em 15 de novembro de 1831, tal verba foi cortada para o ano de 1832, e em 12 de abril de 1835, um decreto declara tal decisão como permanente. Em 1838, no orçamento anual da legislação estadual entre as despesas com o culto público, estava a quantia de trezentos mil réis com a Procissão do Corpo de Deus, que se realizaria na Catedral da Sé em Olinda.

Ao que tudo indica durante o período estudado a procissão realizou-se em Olinda, onde já acontecia há vários séculos. Mas não podemos afirmar aonde ocorreu em 1827, talvez devido ao fato de nesse ano a cidade do Recife ter sido elevada a Capital da Província. É razoável pensar que tenha havido no Recife, posto que fosse o

¹⁰⁵ APEJE, Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30.03.1827

¹⁰⁶ APEJE, Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30.03.1827

¹⁰⁷ SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco 2002

Bispo a autoridade responsável por essa decisão, quer por questões eclesiásticas ou mesmo pela divisão de poderes, como bem afirmou o presidente da província.

A Câmara de Olinda teve a cera e dinheiro negado pela Fazenda Estadual para realizarem essa procissão. Tal negativa é um indicativo de que o Governo não estava disposto a apoiar o posicionamento da Câmara Municipal. Os membros do Senado de Olinda ainda enviaram ofício para o Comandante das Armas solicitando que “se digne expedir as ordens necessárias para fazer postar as Tropas em adoração e reverência ao mesmo Senhor e dar as competentes Salvas do Costume”.¹⁰⁸ Os quartéis eram essenciais em uma festa. Essa prática de solicitar apoio aos homens de armas para os dias de festa era comum na sociedade e não apenas pela função principal desses homens de controlar eventuais desordens tão comuns em locais onde se reúnem grupos de pessoas para festejar. Eles eram também responsáveis pela execução de parte dos ritos que compunham as festas.

Produzir uma festa capaz de mobilizar uma cidade ou parte dela, interrompendo o funcionamento das instituições públicas, a rotina de trabalho, alterando o fluxo e o movimento das ruas, implicava um esforço conjunto de três instituições basicamente: a Câmara, a Igreja e os Quartéis.¹⁰⁹

O Bispo Alertou que caso se insistisse em realizar a procissão em Olinda, não contariam com a assistência do “clero secular e regular do Recife e os Cavalheiros das três ordens militares, os quais costumam levar as varas do Pálio”.¹¹⁰ Realizar uma procissão sem o apoio desses significaria uma perda ao prestígio da procissão, caso ela tenha sido realizada em Olinda.

A boa relação entre as autoridades civis e eclesiásticas era importante para realização das festas, e se ao Bispo cabia a decisão do local da realização, e a efetiva prática do ato litúrgico, ele precisava entrar em contato com as autoridades civis competentes para definir como poderiam pôr em prática tais festas. Em fins da década de 1820, o Bispo parecia decidido a celebrar as solenidades no Recife. Tendo que escolher em qual Igreja deveria celebrar a missa votiva do Espírito Santo que se celebraria no dia seguinte ao da verificação dos Diplomas dos Conselheiros da

¹⁰⁸ APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 02.06.1827

¹⁰⁹ CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria Coroada: Op. Cit** pp214-215

¹¹⁰ APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30.03.1827 f.136v

Província, optou por realizá-la no Recife. Coube ao Presidente da Província informar aos Conselheiros a decisão do Bispo,

[...] cumpre-me participar a Vossas Senhorias para sua inteligência que de acordo com Vossa Excelência Reverendíssima o Bispo eleito desta diocese, que tem de celebrar esse ato foi designada a Igreja Matriz de São Frei Pedro Gonçalves por ser a principal do lugar onde está a sala de sessões do mesmo conselho e por existir a Catedral na Cidade de Olinda uma légua distante desta cidade do Recife.¹¹¹

Antes da realização da missa votiva do Espírito Santo, o Bispo enviou um ofício ao Presidente da Província, buscando esclarecimentos sobre como ocorreria a referida missa naquele ano, posto que a anterior, na opinião do mesmo, foi celebrada,

[...] sem o aparato conveniente a este ato religioso, faltando a música e cera própria a este ato e até mesmo com muita falta de decência para os membros do Conselho Geral desta Província porque nem mesmo lhe puseram bancos para se assentarem, devendo ter um lugar destinado e separado, arranjado em quadratura junto da Capela Mor.¹¹²

Nessas celebrações religiosas, o local ocupado durante a celebração e a forma com que se apresentava era um importante indicador social. Diversos sinais eram importantes nessa celebração. No Caso da Missa do Espírito Santo, acima citado, o Bispo ressaltou a importância de se preparar o ambiente da Igreja para essas festas. Segundo ele, faltou música, iluminação e mesmo um local adequado e separado para que os membros do Conselho Geral da Província pudessem participar de tal celebração. Na Imagem de Rugendas, podemos perceber que a ausência dessa organização poderia fazer de uma missa mais um ajuntamento, onde várias pessoas misturavam-se, e essa não era a imagem que semelhante celebração deveria passar a sociedade.

¹¹¹ APEJE Ofício do Governo 33 f.151 24.11.1830

¹¹² O Bispo enviou um ofício ao Presidente da Província buscando esclarecimento sobre a realização da Missa do Espírito Santo, argumentando que os gastos para a realização de uma adequada solenidade deveria ser da Fazenda Pública. No ofício a preocupação do Bispo fundamenta-se em a lei de 27 de agosto de 1828 que não prevê os gastos com a missa e apenas que deve ser celebrada pelo prelado da diocese e no raciocínio da autoridade eclesiástica, já incluía pagar as despesas necessárias para ter a celebração do prelado. Cúria. Correspondência eclesiásticas Olinda 22.11.1830 p.335-336

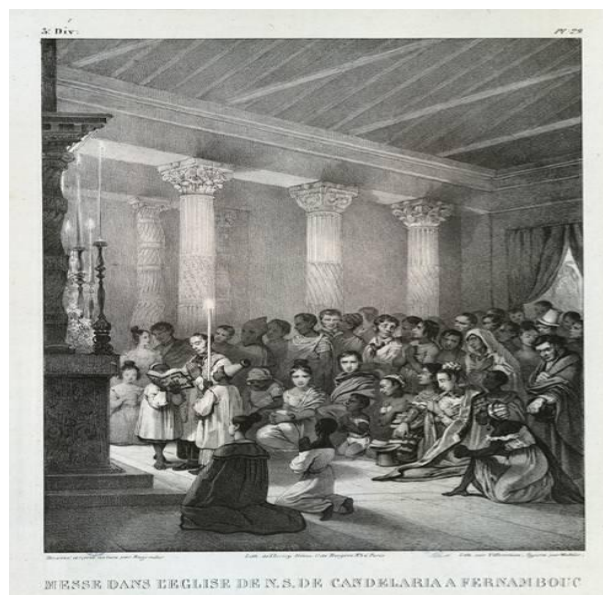


Figura 2: Messe dans l'église de N. S. de Candelaria a Fernambouc

A escolha do local mais adequado para uma solenidade importante tornava-se um desafio em cidades com sérios problemas na estrutura urbana. O trajeto de uma procissão era o local aonde aconteceria o festejo. Tanto que o argumento principal do bispo no ofício enviado a Câmara de Olinda sobre a escolha da realização da procissão de *Corpus Christi* no Recife foi o de que,

[...] em Olinda nem há ruas direitas, nem há boa Ordem e falta tudo o necessário, para que esta primeira das solenidades se possa fazer com a pompa e decência com que se fazem em todas as outras partes, e decerto se fará no Recife.¹¹³

Os insultos à ordem, tranquilidade e moral pública eram presenças constantes nas festividades religiosas quer seja no Recife, ou em Olinda. Os problemas acerca da estrutura urbana indicados pelo Bispo para a cidade de Olinda poderiam facilmente ser aplicados à cidade do Recife do mesmo período, entre os quais podemos destacar o traçado urbano irregular.

Espaços adequados para a realização de uma festa por certo facilitariam o seu bom andamento. É importante pensarmos que as festas modificavam esses espaços. Como bem diz Emílio Carlos Rodrigues Lopes, “o espaço urbano ganhava um novo

¹¹³ APEJE. Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda 30.03.1827 f.136v

significado com as alterações promovidas pelos festejos públicos”.¹¹⁴ Havia melhorias, mesmo que momentâneas. Um tal Major Faria mandou que seus escravos limpassem a localidade em que morava antes da festa, posto que tal região “já estava pior que a praia”.¹¹⁵ As ruas tornavam-se mais iluminadas, cheirosas e também contavam com um barulho diferente, além de haver uma maior concentração populacional. O ritmo da cidade mudava nesses momentos.

“Alvíssaras! Alvíssaras! Tocam os sinos, soam tambores, ecoam as cornetas, estouram os foguetes! Corre muita gente, apinham-se, admiram, riem uns, escarneiam outros”.¹¹⁶ A situação extraordinária descrita no jornal foi uma forma de promover o interesse pelo exemplar do “Mesquita Júnior” que entre tantos outros era vendido pelas ruas da cidade. O editor comparou tal situação com a descrição do que ocorria quando de algumas festas religiosas presentes no calendário festivo anual da sociedade pernambucana. Sobre a situação descrita acima, questionava-se: “O que é? O que é? É Aleluia? Não, quem dá fé disso... É algum Judas? Pouco mais”.¹¹⁷

No Brasil do século XIX o espancamento de Judas era tradicional na cidade no sábado de aleluia. Em maio de 1829, o Juiz de Paz de Afogados relatou ao Presidente da Província o aparecimento de um “calunga”, “que se dá o nome de Judas e que está em uso aparecerem no Sábado de Aleluia e depois de tocarem os sinos ser espancado pelos meninos até os desfazer de todo”.¹¹⁸ A simples disputas para desfazer rapidamente o boneco já era um desafio a ordem e a moral pública.

O motivo que fez esse Judas ser digno de relato a presidência da província foi o fato de ser interpretado como um insulto “em razão da semelhança com que as feições, e trajos o dito calunga” com alguém da região. Carlos Eugênio Líbano Soares afirma que:

A preocupação das autoridades da novíssima polícia da Corte não era apenas com as desordens que podiam advir das concentrações populares, mas com o momento em que o lúdico podia dar lugar ao político ou, em outras palavras, que a brincadeira degenerasse em crítica, mesmo velada, aos donos do poder. Como explicar um Judas queimado em Sábado de Aleluia com as insígnias da Ordem de Cristo, uma das mais importantes comendas da alta

¹¹⁴ LOPEZ, Emílio Carlos Rodriguez. **Festas Públicas, Memória e Representação**: p.67

¹¹⁵ FUNDAJ Diário de Pernambuco 11.02.1834

¹¹⁶ APEJE O Mesquita Junior 07.03.1836

¹¹⁷ APEJE O Mesquita Junior 07.03.1836

¹¹⁸ APEJE JP1 04.05.1829 p.168

burocracia?¹¹⁹

Além desses problemas havia também a preocupação com o desrespeito a moral pública e com a necessidade de civilizar tal costume. Outro costume popular explicita melhor tal preocupação. Em 1834, o Juiz de Paz de Olinda reclamava do hábito de alguns que “em lugar de respeitarem os dias da Santa Quaresma, os tem profanado licenciosamente.”¹²⁰ A quaresma é um período de recolhimento e reflexão proposto pela Igreja Católica. Se a proposição era para se recolher e refletir, a população parecia ter uma forma bastante ruidosa de fazê-lo. O Juiz de Paz de Olinda reclamou em um ofício ao Presidente da Província que alguns homens da cidade pretendiam “na quarta feira próxima 9 do corrente mês fazer da noite a mais insultante ação chamada serração da velha”. Segundo o Juiz de Paz,

pois com palavras injuriosas e em altas vozes, se ataca não somente as mulheres velhas, que em suas casas vivem descansadas, mas também as moças, que por algum motivo particular desagradam aos mesmos, vindo estas para a dita ação com armas ofensivas e defensivas, temerosos da grande afronta que fazem; e como se reúnem em número considerável sem temor, e sem respeito as leis, e as autoridades a fim de executarem e satisfazerem as suas paixões.¹²¹

Essas “ridicularizações” não estavam de acordo com a imagem da sociedade que se almejava. O código de Posturas Municipais do Recife do ano de 1831 proibia “o trístissimo brinquedo público de Judas nos Sábados de aleluia, assim como os Furnicosos, e Papangus,; figuras de mortes, e de tiranos, nas procissões que a Igreja celebra no tempo da Quaresma”.¹²² O Código de Posturas de 1849 reiterava tais restrições, proibindo “os Papangus, mortes, figuras semelhantes nas procissões e os Judas nos sábados de Aleluia”.¹²³ Os códigos de posturas municipais foram legislações importantes para o controle do cotidiano. As posturas, segundo Clarissa Nunes Maia, funcionavam como reguladoras da vida cotidiana, buscando, dessa forma, agir como

¹¹⁹SOARES, Carlos Eugênio Libano. Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro(1809-1890) in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaio de História Social da Cultura**. Campinas. Ed. Unicamp. 2002 p.287

¹²⁰ APEJE Juiz de Paz 3 07.03.1834 f.34

¹²¹ APEJE Juiz de Paz 3 07.03.1834 f.34

¹²²LAPEH Diário de Pernambuco Posturas de 1831

¹²³LAPEH Diário de Pernambuco Posturas de 1849

uma forma de disciplinamento urbano.¹²⁴ A proibição de tais práticas por uma lei que regulamentava o dia-a-dia é um excelente indicativo de que práticas que contrariavam as determinações religiosas para certas festas não eram casos isolados no Período, apesar de não haver um controle sistemático a esses hábitos.

A situação político-social de Pernambuco podia agravar essas restrições. Entre os anos de 1832 e 1835, houve em Pernambuco um movimento que se somou às constantes perturbações das ordens dos populares e ocupou significativamente o aparato repressor da província: a Cabanada, movimento de caráter absolutista e restaurador que se desenrolava no interior.

Segundo Wellington Silva, enquanto durou o conflito “diversas posturas municipais e editais tentaram normatizar ainda mais o dia-a-dia da população - principalmente com o intuito de evitar que os recifenses pudessem de alguma forma, auxiliar os rebeldes”.¹²⁵ Um edital que tinha claramente esse intuito foi publicado em 27 de janeiro de 1834, por Manoel Carvalho Paes de Andrade, então Vice-Presidente da Província, e proibia a venda de salitre ou enxofre a fim de continuar o fabrico de pólvora, enquanto durasse a guerra de Panelas e Jacuípe, “visto que dele tem tirado proveito os malvados Cabanos”.¹²⁶

Diversas normas foram publicadas no ano de 1834 proibindo os fogos e a pólvora.¹²⁷ O costume do uso de fogos já combatidos tornava-se mais perigoso frente aos desvios do uso da pólvora por eles utilizados. No dia seguinte assinou outro Edital no qual proibia a venda de pólvora seja a grosso e a miúdo e de soltarem-se busca-pés.¹²⁸ Um edital publicado em junho de 1834 pelo Juiz de Paz do Distrito do Colégio, na Freguesia de Santo Antônio, que proibia a venda de pólvora e de soltarem-se foguetes de ar e busca-pés, denunciava que “não obstante a dita proibição, tem continuado o uso de tais foguetes”.¹²⁹

Os fogos de artifícios eram um dos pontos de destaque das festividades, mas

¹²⁴ MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas**: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX-1850/1888. São Paulo; Annablume, 2008, p.45

¹²⁵ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário** Op. Cit pp.20-21

¹²⁶ FUNDAJ Diário de Pernambuco 29.01.1834

¹²⁷ Ao menos seis editais foram publicados entre os meses de maio e junho do referido ano reiterando a proibição dos fogos, ver Diário de Pernambuco 12.06.1834, Diário de Pernambuco 14.06.1834, Diário de Pernambuco 09.05.1834

¹²⁸ FUNDAJ Diário de Pernambuco 29.01.1834

¹²⁹ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário** Op. Cit p,21

nessa situação se transformavam em um meio de ceder pólvora aos inimigos que resistam há um bom tempo à repressão. Essa conturbação apenas endureceu o controle já existente. Nas posturas de 1831 proibiu-se a fabricação de fogos artificiais dentro da cidade e nos seus arrabaldes, bem como o uso de “roqueiras, fogos soltos e de bombas, assim como os fogos do ar, proibidos desde o toque de recolher até a alvorada”.¹³⁰

Não se devia igualar todos os tipos de fogos, segundo o Padre Lopes Gama, “de todos os regozijos o único perigoso, e péssimo é o dos foguetes chamados busca-pés porque é um folgo solto, e violento que tem produzido inumeráveis desgraças”.¹³¹ Ele sugere que se deveria pregar ao povo para que ele se abstinhasse desse divertimento, bem como recomendava uma maior cautela da polícia com esse costume. A população insistia em soltar os fogos.

Vauthier comenta em seu diário “Cada Igreja de Pernambuco tem seu santo que é festejado com grande reforço de foguetes e fogos de artifício. Singular maneira de queimar sua pólvora”.¹³² Presentes em diversas festividades, não faltavam nas comemorações do mês de junho. O barulho e algazarra provocados por essa prática poderiam servir como disfarce para alguns atos criminosos. Em uma Apelação Crime sobre um crime de morte ocorrido no Capim de Cheiro, uma das testemunhas estava andando com a vítima e após ter se afastado por um bom tempo “ouviu adiante um tiro, e como era dia de Santo Antônio o tiro não lhe causou espanto”.¹³³

Podia-se também aproveitar da prática de soltar esses fogos para pregar um susto em alguma autoridade e dessa forma questionar a hierarquia social em um tom cômico. O Bispo queixou-se de que haviam atirado busca-pés nele. O Presidente da Província expediu ordens para que se descobrisse e prendesse quem tivesse praticado esse ato.¹³⁴ Foi denunciado o Mestre de primeiras letras Tristão Cardins de Oliveira, que foi recolhido à prisão da Polícia e ao ser preso, afirmou “já sei é por causa dos fogos.”

135

Não fosse a queixa da autoridade eclesiástica ele podia não ter sido preso. Havia

¹³⁰ LAPEH Diário de Pernambuco 09.12.1831

¹³¹ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro: crônicas de costumes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 volume 205.07.1837

¹³² FREYRE, Gilberto **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960 p.557

¹³³ Memorial da Justiça Recife 1861 Apelação Crime, Apelante Ignácio Gomes Marinho (Caixa Recife 1848-1878 CR) F.28v

¹³⁴ APEJE Polícia Militar 01 f.39 29.10.1826

¹³⁵ APEJE Polícia Militar 01 f.39 29.10.1826

prisões devido à decisão de soltar fogos. Na noite de 23 de junho de 1836, foram presos “29 indivíduos, por haverem soltado fogo, proibido pelas Posturas da Câmara Municipal desta Cidade”.¹³⁶ Mas essas prisões não eram comuns. Até porque, “muitas vezes os que compõem as Rondas são os primeiros soltadores de busca-pés”.¹³⁷ Apesar do montante de leis e regras que deveria cumprir “a polícia também praticou repetida e inequivocamente atos para os quais não havia base legal”.¹³⁸

Para controlar as festas dos populares era preciso recorrer ao policiamento. Foram comuns os pedidos das autoridades locais para o reforço no “policiamento” nos tempos festivos. Um dos que fizeram tal solicitação foi o Subdelegado de Afogados, no ano de 1848, quando informou que “tendo de se fazer a festa da Padroeira desta Matriz, domingo próximo vindouro, e a noite ouvir fandangos, ou congos, é bem presumível, que haja grande concorrência do povo, todo da Praça, como da Povoação e seus subúrbios”¹³⁹ a subdelegacia não dispunha de “destacamento suficiente para manter a boa ordem, e prevenir qualquer distúrbio.”¹⁴⁰

Além de que eram os próprios diretores da festa também responsáveis por dar “exuberantes provas de perturbadores do sossego público”. No período estudado podemos afirmar que, como diz Socorro Ferraz, as “festas religiosas eram ocasiões para extravasamento da licenciosidade”.¹⁴¹ Também eram associadas a ocasiões para se extravasar as festas carnavalescas, que foram um importante espelho para a inserção das novas formas de se organizar a sociedade, como se discutirá no item a seguir.

1.3 O Entrudo entre proibições e excessos

O Carnaval é uma importante festa no cenário anual brasileiro. Esses dias do ano são conhecidos por possibilitar uma maior liberdade. A estrutura da festa e mais especialmente “a estrutura da forma carnavalesca pode evoluir de modo a servir tanto

¹³⁶ APEJE Prefeitura de Comarca 01 24.06.1836 f.94

¹³⁷ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuço**: Op. Cit volume 2 05.07.1837

¹³⁸ HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas.. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 25

¹³⁹ APEJE Polícia Civil 20 21.03.1848 f.60

¹⁴⁰ APEJE Polícia Civil 20 21.03.1848 f.60

¹⁴¹ FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais**: guerras civis em Pernambuco no século. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996 p.183

para reforçar quanto para sugerir alternativas à ordem existente”.¹⁴² No Brasil há uma tendência em pensar que algumas manifestações adquirem um caráter nacional e, por isso, agregam todos em uma só festa. Muitas vezes essa tendência se prolonga até o passado. No período estudado, diversas eram as formas de se brincar o carnaval. Houve tentativas de se modificar a forma com que esses dias eram aproveitados pela população. O Padre Carapuceiro publicou no seu jornal uma sugestão de como se aproveitar tal festejo:

Que pelo tempo de carnaval hajam diferentes folgares, hajam forças, e bailes mascarados, com na Itália, como em Paris, etc. etc., ainda bem, são divertimentos, são passatempos, que podem ter graça e realmente causar muito prazer; mas que recreio, que gosto pode haver em molharem-se, e emporcalharem-se uns aos outros?¹⁴³

As práticas reprovadas pelo crítico de costumes eram características de um folguedo tradicional no Recife na primeira metade do século XIX: o Entrudo. Este, segundo Patrícia Vargas Lopes de Araújo, “foi a primeira manifestação carnavalesca do Brasil”.¹⁴⁴ Tratava-se de um divertimento que agradava grande parte da população e que consistia essencialmente em atirar líquidos nos outros.

Esse brinquedo possibilitava uma maior liberdade aos que brincavam, era uma importante forma de socialização. É importante ressaltar que cada grupo que se dispunha a praticar o entrudo dotava-o de novas feições e lhes atribuía novos significados. É relevante ressaltar que, como afirma Leonardo Affonso de Miranda Pereira, era “um jogo que, embora fosse praticado por todos, definia claramente seus espaços de distinção”.¹⁴⁵ Apesar das peculiaridades diversas que podia assumir, e das inúmeras diferenças nos modos de se brincar o Entrudo, podemos afirmar que, segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo:

A festa era relativamente simples em sua composição e contava com alto grau de espontaneidade e de improviso por parte de seus partícipes. Distante

¹⁴² DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 p.106

¹⁴³ Diário de Pernambuco 14/02/1844 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa**. Recife: FUNCULTURA, 2004 p. 48

¹⁴⁴ ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças Populares**. Festejos de Entrudo e de Carnaval em Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Annablume, 2008 p. 38

¹⁴⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004 p. 65

estava daquelas faustosas festas públicas, especialmente as reais, cujos preparativos incluíam as construções de praças e teatros ao ar livre, as montagens de custosos cenários e de engenhosos carros alegóricos, os ensaios das danças coletivas a serem apresentadas, bem como a confecção das máscaras e dos trajes a caráter que as acompanhavam. As únicas disposições preliminares que se verificavam e que exigiam certa organização prévia aos jogos eram a confecção de alguns quitutes e a fabricação das laranjas ou limas de cheiro. O mais eram as famílias amigas comunicando umas às outras que iriam às respectivas casas, brincar o Entrudo.¹⁴⁶

Se a cidade não se vestia para os festejos do Entrudo, este ocupava e compunha um novo significado ao espaço público. As confecções dos artefatos que seriam usados na brincadeira começavam com meses de antecedência. Segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, eram produções que envolviam uma fabricação simples e mesmo artesanal, realizada nas casas, ocupando especialmente as mulheres, “era comum encontrar algumas casas tomadas por intensa labuta, ocupadas com a confecção de laranjinhas”.¹⁴⁷

Os anúncios de vendas de lima de cera, ou mesmo oferecendo os serviços para o seu preparo ou a venda de materiais eram comuns no Diário de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX. Era mesmo uma maneira de ganhar um dinheiro extra nessa época do ano.¹⁴⁸ Os que tinham habilidade e disposição para fabricação dos itens que se usariam nesses dias especiais podiam trabalhar intensamente na confecção.

No ano de 1841, o morador do terceiro andar do terceiro sobrado, localizado no fundo do Livramento na Rua da Penha anunciou que precisava “alugar 3 ou 4 pretas ou moleques para venderem limas de cheiro, ficando seus Senhores obrigados pelo importe das mesmas, dando-se de vendagem 80 réis de cada Pataca.”¹⁴⁹ O aluguel de cativos era uma prática comum no Recife desse período, especialmente quando se tratava da execução de um serviço específico. Um escravo era um bem caro e representava um alto custo durante o ano inteiro. É possível que para esses fabricantes artesanais de lima de cheiro fossem propriedades de difícil manutenção.

Entretanto nesse período de festa seria necessário contar com seus serviços, inclusive para vender as limas pelas ruas da cidade. Talvez devido à peculiaridade da

¹⁴⁶ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo : entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996 p.123

¹⁴⁷*Ibid.* pp.123-124

¹⁴⁸Ver: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit**

¹⁴⁹Diário de Pernambuco 20.02.1841in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** p.46

mercadoria e ao interesse dos próprios cativos em usarem as limas se explique o interesse do alugador em que os donos dos cativos fossem responsáveis por cuidar da boa conservação das mercadorias. Quem sabe os cativos não podiam guardar algumas limas para eles próprios brincarem o Entrudo.



Figura 3: Scène de Carnaval

As limas não eram a única forma que os escravos aproveitavam para brincar o folguedo: usavam polvilho, água ou mesmo outras substâncias que podiam encontrar pela cidade. Mesmo os que se dispunham a comprar as limas também usavam e adquiriam outros produtos nesse período do ano. “Na loja que foi de Alph Saint Martin, esquina da rua do Cabugá, existem a venda máscaras lindas e esquisitas, mui próprias

para entrudo”.¹⁵⁰ As máscaras eram um dos itens que ajudava a modificar e esconder as pessoas nesses dias. A estética diferenciada é ressaltada nesse anúncio, não se tratava apenas de esconder a identidade, o ato de mascarar-se nesses dias de festas podia adquirir diferentes significados. O mascarar-se podia permitir uma auto-afirmação.¹⁵¹ ou mesmo a possibilidade de uma maior liberdade de ação, dependendo do personagem que se assumisse.

As roupas usadas nessas brincadeiras eram diferentes das usadas no cotidiano. O “Otel Teatro”, no ano de 1834, anunciou a partir de janeiro aluguel de roupas jocosas para a brincadeira de Mascarados.¹⁵² Apesar de declarar que essas roupas eram próprias para brincadeira de mascarados comuns nos dias que antecederiam a quaresma, eram também usadas em outras festas que aconteciam na cidade. O responsável anunciou nos avisos particulares do Diário de Pernambuco que “As pessoas que tem levado do Otel Teatro vestuários alugados desde o dia 8 de Dezembro, próximo passado, e até agora o não tem entregado, o deverão fazer imediatamente”.¹⁵³ Sabemos que tal data é o dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, quando eram realizadas festas por diversas localidades de Pernambuco¹⁵⁴ e em algumas destas devem ter aparecido pessoas trajando as roupas alugadas no “Otel Teatro”.

O responsável pelo aluguel avisou que contaria “tantos aluguéis quantos os dias Santos que forem decorrendo até que os venham entregar”.¹⁵⁵ Nesses primeiros meses do ano havia diversas festas espalhadas pelo Recife, talvez por isso houvesse o interesse maior na devolução dessas peças, além do que o carnaval aproximava-se e as brincadeiras de mascarados deveriam se intensificar pela cidade. Tanto que dias depois de publicar esse aviso, publicou outro avisando que cobraria o aluguel das roupas pelos dias santos e domingos que decorressem, “por isso que se estão impedindo novos alugueis”.¹⁵⁶ Possivelmente não se esperaria mais para a chegada dos dias estabelecidos para se realizarem as festas.

¹⁵⁰Diário de Pernambuco 03.02.1842 in: RABELLO, Evandro. Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife:FUNCULTURA, 2004

¹⁵¹MITCHEL, Reid. Significando: carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX.in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas – Op. Cit** p.58

¹⁵² FUNDAJ Diário de Pernambuco 25.01.1834, Diário de Pernambuco 11.02.1834

¹⁵³ FUNDAJ Diário de Pernambuco 25.01.1834

¹⁵⁴APEJE. Folhinha de Algibeira,1847

¹⁵⁵ FUNDAJ Diário de Pernambuco 25.01.1834

¹⁵⁶FUNDAJ Diário de Pernambuco 29.01.1834

No momento de pegar as roupas, as pessoas precisavam pagar o preço do aluguel e também deixar seus nomes para poderem levar as roupas e aproveitarem as brincadeiras vestidos a caráter. Uma das pessoas que responderam ao anúncio e foram ao “Otel Teatro” pagou o aluguel e afirmou chamar-se Victorino Joze Carneiro Monteiro. Um mês depois de ter fechado esse negócio, André Tubino fez um anúncio cobrando que o referido alugador fosse ao teatro devolver as peças. O hábito de cobrar as dívidas por meio do jornal era uma prática corriqueira no período.

Ser convocado por meio do jornal a devolver as roupas, podia não ser bom para a imagem dos cidadãos. Segundo o anunciante “o anúncio foi assaz simples, mas quando chocasse o amor próprio dessa pessoa, era lhe mais honroso restituir a roupa alugada pois que de nada lhe serve”.¹⁵⁷ Ao invés de receber as roupas, ele recebeu a visita de um homem vestido de preto que o atacou junto a guarda da Cadeia, insultando-o de maroto e patife, e afirmando que a imprensa “só servia para mim e outros patifes como eu”.¹⁵⁸ Toda essa cena foi presenciada pelo Sentinela da cadeia e os oficiais das tendas de sapateiro e alfaiate das casas contíguas a do guarda. As roupas que serviam para fantasia no carnaval podiam servir também de disfarces para diversas práticas. O fato de esconder a identidade de quem as porta poderia ser potencialmente perigoso, ou mesmo para um comportamento não adequado nas práticas festivas.

Essa preocupação com o que essas roupas poderiam esconder foi acentuada com a implementação das novas formas de brincar o carnaval, que buscavam trazer uma imagem de cidade ordenada e “civilizada”. Em 1848, o mestre-sala responsável pela organização do baile que iria ocorrer na casa do “Ilustríssimo Senhor José Batista Ribeiro de Farias”, localizada na Estância, informava pelo Diário de Pernambuco “que não poderá entrar mascarado algum, sem que primeiro seja reconhecido pelo mestre-sala ou seus ajudantes, e para isso haverá lugar separado”.¹⁵⁹

Não se queria que as preocupações em ter ciência de quem participasse do baile estragasse o disfarce dos que participariam desse festejo. Os responsáveis pela organização de um baile carnavalesco, em 1847, alertavam que apenas seriam “aceitas as pessoas cujo comportamento esteja livre de notas, e os convites das famílias serão

¹⁵⁷FUNDAJ Diário de Pernambuco 01.03.1834

¹⁵⁸FUNDAJ Diário de Pernambuco 01.03.1834

¹⁵⁹Diário de Pernambuco 04.03.1848 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** PP. 63-64 e p. 194 e APEJE Diário Novo 04.03.1848

sujeitos a aprovação da diretoria, afim de não haverem dúvidas na escolha de pares para as quadrilhas”.¹⁶⁰ Esse não era o primeiro baile em que se preocupava em controlar os participantes. Esse cuidado tinha destaque na organização desse tipo de festejo.

Outrossim, o mestre sala participa aos senhores sócios, que deverão receber do senhor tesoureiro o cartão, com o qual terão ingresso na casa do baile, apresentando-o ao mestre sala na ocasião da entrada. Adverte mais o mestre sala, que só tem entrada os senhores convidados que apresentarem o cartão de convite, e forem reconhecidos os próprios, não sendo admitidos agregados, que não pertencerem as famílias convidadas.¹⁶¹

Essas novas formas de festejar o período momesco buscavam estar de acordo com as tentativas de implementação de uma “civilização” inspirada principalmente na Europa não-ibérica. Houve uma tentativa de tirar as festas das ruas da cidade, tentando estabelecer um novo padrão de sociabilidade que buscava separar os espaços da elite e do popular. Celine Sala define que os bailes eram característicos “desse espaço público, mais ou menos aberto ou fechado”.¹⁶² Tentava-se reproduzir nesses ambientes franceses, como comenta Vauthier em seu diário, ao escrever sobre um dos bailes que foi no Recife: “Golpe de vista da sala perfeitamente francês. Vestidos feitos em Paris ou pelo menos talhados pelos modelos do jornal *Le Furet des Salons* ou qualquer outra publicação do gênero”.¹⁶³

Conseguir de fato realizar um baile poderia ser um passo importante, mas ainda era preciso contar com o que aconteceria nesses bailes, e se estaria de acordo com a “civilidade esperada”. Um dos cerca de trinta presentes em um baile de mascarados ocorrido na passagem da Madalena resolveu publicar no Diário de Pernambuco: “O divertimento inocente, inteiramente novo para esta província, teve estas feições: ordem, decência, regozijo e bom gosto”.¹⁶⁴

Os bailes passaram a ser uma realidade na sociedade, não apenas no período carnavalesco, eram uma forma comum de a elite festejar. É preciso pensar que, por mais que nesses ambientes mais ou menos fechados de festa se reproduzissem espaços

¹⁶⁰Diário de Pernambuco 11.01.1847 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** p. 62

¹⁶¹Diário de Pernambuco 10.02.1846 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit**

¹⁶²“Le bal est encore caractéristique de cet espace public plus ou moins ouvert ou clos” Tradução livre da autora. SALA, Celine. Lumières et espace public à Perpignan au XVIII^e siècle in: **Le Franc-Maçonnarie em Méditerranée (XVIII-XX siècle)** vol 72. 2006 p. 10

¹⁶³VAUTHIER in: FREYRE, 1960, *Op. Cit.* p555

¹⁶⁴Diário de Pernambuco 13.02.1845 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** p.56

“civilizados”, a realidade da sociedade escravista, com diversas disputas político-sociais, impunha-se. Bruno Câmara destaca que, na época da Praieira, alguns bailes em homenagem a independência foram palco de alguns mata-marinheiros.¹⁶⁵

Era ainda preciso considerar a persistência das antigas práticas que ocorriam em paralelo a esses divertimentos fechados. Enquanto os que tinham o convite podiam desfrutar do baile, muitos se reuniam em seu entorno. Muitos cativos que acompanhavam seus donos esperavam-nos do lado de fora e aproveitavam o momento festivo a seu modo. Alguns curiosos deveriam se concentrar na entrada do baile, seja para ouvir um pouco do que se passava, para ver os modelos que estavam se usando, enfim para se divertirem a sua maneira.

Ao que parece que durante a época era mesmo corriqueiro que nas festas acontecesse a mescla entre práticas novas e arcaicas. O Carapuiceiro relata que “nas festanças de maior porte, como casamento e batizados, tinham o seu lugar com o buliçoso lundum”.¹⁶⁶ Mas ao lado desse costume dos “tempos dos avós”, também “se tocava e cantava, não árias de Rossini ou *Bellini* ao piano, porém modinhas a duo, acompanhadas na cítara ou na viola”¹⁶⁷. Muitas vezes essas práticas tradicionais inviabilizavam que as novas formas de se festejar acontecessem.

Há alguns anos a esta parte que não haviam espetáculos nos dias do Carnaval, por causa das limas de tintas, pitombas e seringas que traziam para a platéia, hoje, porém, a reprovação que a maioria do público mostra a algum galanteio de limas de água de cheiro, mostra que a civilização vai progredindo entre nós.¹⁶⁸

Se houve um progresso na “civilização”, devemos perceber que ela não se fez com a extinção do Entrudo, que adentrou esse novo espaço de sociabilidade no carnaval. O diretor, ao agradecer aos espectadores pela atenção com que assistiram à companhia das pastoras, aproveitou para se desculpar pelo comportamento de alguns

¹⁶⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial**: o caso dos caxeiros na época da Insurreição Praieira. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005.pp.118-120

¹⁶⁶ Diário de Pernambuco 07.09.1834 In: Mello, José Antônio Gonsalves de, O carapuiceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana,1996, pp.50 a 57 Título: O nosso progresso

¹⁶⁷ Diário de Pernambuco 07.09.1834 In: Mello, José Antônio Gonsalves de, O carapuiceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana,1996, pp.50 a 57 Título: O nosso progresso

¹⁶⁸ Diário de Pernambuco 19.02.1847 in: RABELLO, Evandro. Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife:FUNCULTURA, 2004 PP. 62-63

meninos que não levaram “os seus papéis bem sabidos, pois que, além de sua pouca idade, o brinquedo do entrudo os distraiu bastante”.¹⁶⁹

O Entrudo era muito associado à comemoração dos dias de carnaval. Um suposto incêndio criminoso foi a motivação para a publicação de um folheto onde podemos perceber que o Entrudo era ainda uma prática central nesses dias. O folheto relata que muitas pessoas circulavam pelas ruas da Boa Vista, quando um prédio foi incendiado, “não em qualquer dia, nem em qualquer lugar, nem de qualquer casa; mas um incêndio horroroso em um dia de entrudo, em um dos lugares mais públicos – a Praça da Boa Vista”.¹⁷⁰



Figura 4 Praça da Boa Vista- Luís Schlappriz

Ver um prédio pegando fogo gerava muita correria, mas é preciso também somar a isso o barulho causado. Segundo os relatos tratava-se de “uma labareda imensa, cujos estalos se ouviram de grande distância”. Era então necessário avisar a população de que algo perigoso estaria acontecendo, e então mais um barulho somava-se a correria

¹⁶⁹ Diário de Pernambuco 19.02.1847 in: RABELLO, Evandro. Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife: FUNCULTURA, 2004 PP. 62-63

¹⁷⁰ APEJE Caixa 13 2287/85 nº550 Razões na causa de Libelo Cível de Francisco Jozé Barboza contra Antonio Gomes Villar Publicado por Benjamin Franklin de Sá Cavalcante Tipografia Nazarena, 1847 p.3

causada em um prédio que possivelmente alastrou-se por outros, levando a correria dos vizinhos: “o toque de alarma, que davam os sinos da Cidade”.¹⁷¹

As ruas estavam mais cheias, as pessoas mais agitadas e os alertas para a população de que havia um acidente na cidade poderia ser confundido com algum hábito festivo. É preciso lembrar que os sinos eram presenças constantes nas comemorações da cidade do Recife neste período, “no auge da festa, os sinos repicavam”.¹⁷² Um incêndio dessas proporções já causaria um alvoroço tamanho nas ruas da cidade, mas é preciso somar a todo esse tumulto “a agitação de povo nesses dias de carnaval, parte do qual corria aos bailes de máscaras ficando em sua passagem esse espetáculo de dor”.¹⁷³

Segundo o autor do Folheto, a movimentação extraordinária se dava pelo fato das pessoas estarem ocupando as ruas para se dirigirem aos bailes de mascarados. Se de fato esse foi um incêndio criminoso podemos pensar que em um dia como esse seria mais fácil esconder a identidade, haja vista que muitas das pessoas que ocupavam as ruas estariam portando máscaras e alguém vestido de forma esquisita ou escondendo o rosto não seria alvo de atenção em um dia como este. Tratava-se de um dia bastante confuso na sociedade em que as desordens já eram recorrentes nas ruas da cidade.

Esse hábito festivo tomava as ruas, que serviam para o lazer, mas também eram focos de tensão social e de conflitos. Os dias de entrudo eram facilmente associados à desordem, ainda que não ocorresse nada de excepcional nesses dias. O Chefe de Polícia foi informado que no 1º distrito do colégio não “houve novidade, nos dias de entrudo”.¹⁷⁴ Certos comportamentos “agressivos”, ou como afirmou o Matuto, “bárbaros” já eram esperados nesse dia:

[...] porém que além de toda a barbaridade do brinquedo, ou melhor da patifaria, que além de um pobre matuto ser apapado, emporcalhado com água suja, e lama, de se lhe dar com tintas até de óleo na cara, e na roupa, de se lhe deixar a perder seus efeitos, que conduzem muitas vezes de padecer avarias, de se arremessarem na rua cordas de um a outro lado para espantar e fazer recuar os seus cavalos, ou a eles mesmos se passam a pé, e de todas as outras insolência, que lembram a um bando de biltres réus de polícia que vadiam quando deviam trabalhar, que além de tudo isto, digo, tenha o atrevimento essa gente, ou esses brutos de espancar, e apedrejar aqueles pacíficos homens, que não muito prudentes representam o seu incomodo, ou prejuízo, e

¹⁷¹Ibid p.3

¹⁷²Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroadas**: Op. Cit p.233

¹⁷³APEJE Folhetos Raros Op. Cit p.3

¹⁷⁴BPPE 05.03.1835 Documento do arquivo p.405

repelem tantos insultos com vãos impropérios.¹⁷⁵

Segundo o Matuto, a “rua direita é o principal Teatro destes fatos”.¹⁷⁶ Localizada no Bairro de São José essa rua era um importante corredor de passagem e por estar ocorrendo num local como esse, possivelmente não seria desconhecido das autoridades. Os dias de entrudo não traziam tumulto apenas nessa rua, obviamente a agitação causada por esses dias podia ser aumentada quando associada a um acidente ou crime. As brincadeiras, ainda que consideradas inapropriadas, continuavam a ocorrer e em ruas que faziam parte dos grandes corredores de circulação.

Os motivos para a crítica a essa forma de brincar eram variados. Ora na prática do Entrudo as pessoas tomavam as ruas da cidade, além de atirar lima de cheiro, também se atirava “com lama; e com imundícies nos que passam”.¹⁷⁷ Uma carta publicada no Diário de Pernambuco, assinada por “EU” tecia algumas perguntas sobre esta prática com forte tom crítico.

Que golpe não sofre a moral pública? Que ataque o decoro da Sociedade? Os vínculos da subordinação, e do respeito uma vez alaçados, dificultosamente se reapertam. A turbulência se disfarça em galanteria. A perversidade toma o nome engraçado de brinquedo.¹⁷⁸

Outro motivo para as críticas era o respeito aos padrões de comportamento da religião. Segundo Marina de Melo e Souza houve um empenho desde começo do século XIX em controlar a religiosidade popular¹⁷⁹, mas as pessoas às vezes ainda insistiam em esquecer os preceitos impostos, para aproveitar alguns momentos de alegria.

Mas quem se recorda da Religião no meio da embriaguês dos prazeres? Que vergonhoso é o preludiar o tempo das mortificações, dos jejuns, da abstinência, por três dias de desenvoltura, de maganagem, de excesso; não só isso, de mortes, de grandes moléstias? Grandes urcas sofrem as gavetas dos patrões, e dos pais; que grandes proporções para a desonra das famílias! E contudo estes são os resultados e o sal do entrudo, de que todos gostam.”¹⁸⁰

¹⁷⁵ FUNDAJ Diário de Pernambuco 23.02.1827

¹⁷⁶ FUNDAJ Diário de Pernambuco 23.02.1827

¹⁷⁷ Diário de Pernambuco 14/02/1844 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** p.51

¹⁷⁸ FUNDAJ Diário de Pernambuco 27.02.1827

¹⁷⁹ SOUZA, Marina de Melo e História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX in: JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Op.Cit** p.259

¹⁸⁰ Diário de Pernambuco 06.02.1837 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: Op.Cit** p. 41

Os divertimentos têm inúmeras dimensões. A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era importante cuidar para que se tivesse adequadas manifestações de público regozijo para bem se comemorar datas importantes do calendário, e era relevante cuidar para que as comemorações existentes na sociedade não se transformassem em fontes potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Entretanto, o excesso é intrínseco a realização das festas.

Especialmente quando pensamos que a festa “é cenário conveniente às afirmações de supremacia e destemor: é oportunidade para a realização de façanhas perante audiência numerosa e que tem alta conta o valor pessoal”.¹⁸¹ Por vezes essas manifestações eram aceitas como parte da festa e nem mesmo eram considerados motivos para retaliações. No ano de 1835, o Presidente da Província foi informado que no 4º distrito da Ribeira “Não houve novidade. E apenas alguns motivos por causa do entrudo”.¹⁸² Uma quadra publicada no Diário de Pernambuco dizia:

Por ter dado três facadas
Prezo certo fañanhudo
Cuidava (diz) não ser crime...
Foi um brinquedo do Entrudo.¹⁸³

Mesmo que não houvesse brigas e enfrentamentos físicos, as festas podiam facilitar diversos crimes. Nos dias Santos de Páscoa furtaram “um barquinho com uma tesoura de espevitar velas, tudo de prata, com as seguintes iniciais F.A.A.”¹⁸⁴ A agitação desses dias podia facilitar o furto de objetos ou mesmo as fugas. “No dia Domingo de entrudo desapareceu um menino pardinho de nome Francisco da casa de seu Tutor indo vestido de uma camisa velha”.¹⁸⁵

O Entrudo era alvo de críticas desde a época do Brasil Colônia, mas segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, apenas após 1822 as proibições aos jogos de Entrudo se fizeram “acompanhar de uma rígida ação prática por parte dos setores públicos

¹⁸¹FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Ed.UNESP, 1997. p. 40

¹⁸² BPPE 05.03.1835 Documento do arquivo p.406

¹⁸³FUNDAJ Diário de Pernambuco 27.02.1827

¹⁸⁴ FUNDAJ Diário de Pernambuco 04.04.1834

¹⁸⁵ FUNDAJ Diário de Pernambuco 19.02.1834

competentes”.¹⁸⁶ Após a independência, buscou-se afastar de alguns dos costumes herdados da antiga metrópole. O Entrudo continuava forte em meados do século XIX, ainda que tivesse conquistado novos espaços: os teatros e bailes. Em 1845, decidiu-se que a festa de São Brás, que se realizaria na Igreja de Nossa Senhora do Terço, fosse transferida “por causa do entrudo”.¹⁸⁷ Em 1850, uma circular da Repartição de Polícia, publicada no Diário de Pernambuco, assinada pelo Chefe de polícia interino, José Nicolau Regueira Costa, informa que novamente proibiu “o folguedo do entrudo, pelas ruas desta cidade e seus subúrbios”¹⁸⁸ e solicitou as autoridades policiais que expedissem as ordens necessárias para efetivamente cumprir sua decisão.

Se as festas davam uma alegria especial do cotidiano precisava controlar as potenciais desordens por elas provocadas. As festas, como foi observado nesse capítulo, eram dias especiais, importantes para o funcionamento da sociedade e precisavam ser normatizadas. Nesse processo de organização e controle aos divertimentos, era primordial se estabelecer um controle do tempo que a eles se deveria dedicar.

¹⁸⁶ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras* Op.Cit p.147

¹⁸⁷Diário de Pernambuco 01.02.1845 in RABELLO, Evandro. *Memórias da Folia: Op.Cit* p. 56

¹⁸⁸Diário de Pernambuco 11.02.1850 in Ibid p. 65

Capítulo 2: Normatização do tempo de diversão

Bem é que o Povo se divirta; pois é sinal de que o seu padecimento não tem chegado ao extremo. Devem-lhe-se permitir, e até promover todos os recreios, uma vez que estes não ofendam as leis, a religião, os bons costumes, e a saúde. Ao rico não faltam meios de regozijar-se: deixe-se também ao pobre o esquecer-se por algumas horas de sua pobreza.¹⁸⁹

São inúmeras as atividades que compõem o cotidiano, entre essas o trabalho e o lazer são muitas vezes pensados como partes opostas da vida e entendidas como complementares para o equilíbrio social. Boa parte da bibliografia especializada enfatiza o papel do divertimento como válvula de escape, ainda que percebam outras funções nestas práticas. No trecho acima o padre Lopes Gama justificava a necessidade de estender a permissão dos divertimentos aos “pobres” como uma forma de mascarar alguns problemas e insatisfações da vida deles ou como ele afirmou, um modo de fazê-los esquecer sua pobreza.

Se tais momentos podem ser percebidos como atenuantes frente às pressões do dia-a-dia, também podemos afirmar que era a alegria da vida de muitas pessoas, que talvez acreditassem estar, naqueles momentos, livres das obrigações e cobranças tão perceptíveis em outras ocasiões da vida. Os momentos de lazer são partes diferenciadas do cotidiano, despertavam o encantamento e ocupam papel importante nas escolhas pessoais. As diversas atividades, que compõe o cotidiano, transformam-se em rotina e acabamos por esquecer que a divisão do tempo entre elas é uma criação social. Segundo Paul Courdec, “nosso sistema de medir o tempo nos parece tolerável, porque nós somos habituados a ele desde a infância”.¹⁹⁰ É essencial desnaturalizar esta percepção de que essa divisão das tarefas é algo natural.¹⁹¹

¹⁸⁹GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 05.07.1837

¹⁹⁰Tradução livre da autora. “*Notre système de mesure des temps nous paraît tolérable parce que nous y sommes habitués depuis l'enfance*” COUDERC, Paul.. **Le calendrier**. 7. ed. - Paris: Presses Universitaires de France, 1993 p.5

¹⁹¹Ver: HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. -. São Paulo: Paz e Terra, 2000

2.1 Organização do calendário festivo no Brasil Império

O estratagema de usar as manifestações de “público regozijo” como parte da construção do Estado Nacional não se limitou a uma festa pelo “aniversário do maior dia do Brasil”¹⁹², ou a adequada realização de outras festas. Era importante definir as formas que as festas deveriam ser comemoradas, mas se fazia necessário decidir quais seriam as datas oficiais para comemorações do país. Como bem dizem Istvan Jancso e Iris Kantor “A instituição oficial de novos calendários festivos, após a independência tornou-se parte de uma estratégia de recriação da unidade política vis-a-vis as tensões regionais e sociais”.¹⁹³

Com a independência, o Brasil emergiu como uma entidade política no cenário internacional, “sem unidade constitucional ou cultural consolidada, sem ter resolvido ou sequer equacionado, alguns de seus problemas básicos”.¹⁹⁴ O novo Estado tinha necessidade de estabelecer sua legitimidade, em um momento em que ainda buscava consolidar uma transformação fundamental: a passagem da situação de América portuguesa para a de Brasil. Em 21 de dezembro de 1822 foi decretada a primeira mudança oficial no calendário do Brasil independente. Como justificativa para essa mudança afirmou o Imperador:

Havendo El Rei de Portugal e dos Algarves, Meu Augusto Pai, ordenado pelo seu Decreto de 8 de Outubro passado, que o dia dos Meus anos não fosse mais festejado naqueles Reinos: decoro da Nação, e Império Brasílico; Hei por bem Mandar, que deixem também de ser dias de Gala neste Império todos aqueles, que o eram em atenção ao nascimento e nomes das pessoas da Família Real dos ditos Reinos de Portugal e Algarves; á exceção dos dias natalícios d'el Rei e da Rainha meus muito amados e prezados Pai, que serão sempre de Grande Gala, porém sem arrumamento de Tropa; para que os Povos do Brasil e de todo o mundo civilizado Conheçam, que Sei respeitar, apesar da injustiça e falta de consideração, com que Fui tratado, os deveres de bom Filho¹⁹⁵

¹⁹² GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 07.09.1833

¹⁹³ JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. Falando de Festas In: JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001 p.12

¹⁹⁴ MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850) in: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)** Formação: histórias 2ªed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. p.199

¹⁹⁵ Decreto de 21 de dezembro de 1822 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822 Página 102 disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39069-21-dezembro-1822-568605-publicacaooriginal-91942-pe.html>

Nesse decreto fica nítida a preocupação de diminuir os laços diretos de comemoração da família real portuguesa. Decidir quais dias seriam as datas oficiais para se festejar era uma interferência direta e importante na construção da identidade coletiva da nação que estava nascendo. A definição dos dias de Gala foi o objetivo principal dessa decisão do poder imperial. Estes dias correspondiam, segundo Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, as “datas oficiais promovidas pelo Estado ou a ele ligadas, que movimentavam as personagens da cidade através dos cortejos, das procissões, dos banquetes, cavalhadas, iluminações”.¹⁹⁶ Entretanto, cabe frisar que houve uma continuidade entre muitos dias de festejar, em relação ao que se comemorava na colônia, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 1: Dias de Gala instituídos pela lei de dezembro de 1822 em comparação com as festas registradas no Almanaque Carioca de 1816

Festa	1816	1822
01.01 - Cumprimento de bons anos as Majestades Imperiais.	Pequena Gala	Grande Gala
06.01 - Dia de Reis	Grande Gala	Pequena Gala
22.01 – Aniversário da Imperatriz.	-	Grande Gala
26.02 - Dia em que Sua Majestade Imperial Proclamou no Rio de Janeiro o Sistema Constitucional.	-	Grande Gala
07.03 - Chegada do Imperador na Corte.	Simples Gala	Pequena Gala
11.03 - Aniversário da Infanta Dona Januária.	-	Pequena Gala
13.03 - Primeira oitava da Páscoa.	Grande Gala	Grande Gala
30.03- Domingo de Páscoa.	Simples Gala	Pequena Gala
04.04 – Aniversário da Princesa D. Maria da Gloria.	-	Grande Gala
25.04 – Aniversário da Rainha de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
13.05 – Aniversário do Rei de Portugal e Algarves	Grande Gala	Grande Gala
29.05 - Procissão de Corpo de Deus	Simples Gala	Pequena Gala
05.06 - Procissão de Corpo de Deus na Capela Imperial.	Grande Gala	Grande Gala
06.06 - Coração de Jesus e Festa dos Comendadores na Capela Imperial.	-	Pequena Gala
15.08 - Assunção de Nossa Senhora.	-	Pequena Gala
14.09 - Exaltação de Santa Cruz e Festa dos Cavaleiros de Cristo na Capela Imperial.	-	Pequena Gala
19.09 - São Januário.	-	Pequena Gala
12.10 – Aniversário do Imperador e Sua Aclamação	Grande Gala	Grande Gala
19. 10- Nome do Imperador**	Simples Gala	Grande Gala
05.11 - Chegada do Imperador ao Brasil.	-	Pequena Gala
15.11. - Nome da Imperatriz.	Grande Gala	Grande Gala

¹⁹⁶CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831.** São Paulo: UNESP, 1999 p.53

01.12 - Aniversário da Sagração e Coroação do Imperador e Festa dos Cavaleiros da Ordem Imperial do Cruzeiro.	-	Grande Gala
08.12- Nossa Senhora de Conceição	Grande Gala	Grande Gala
25.12 - Dia de Natal	Simples Gala	Pequena Gala
26.12 - Primeira oitava do Natal.	Grande Gala	Grande Gala
31.12 -São Silvestre*	Pequena Gala	Pequena Gala

* Em 1816 nesta mesma data era comemorado o Dia do Te Deum Laudamus na Real Capela ** A comemoração do nome é referente à comemoração do dia do santo que se identifica com o nome do membro da família real.

Este decreto de 1822 extinguiu dezenove dias de Gala em comparação com os que eram habitualmente comemorados no Rio de Janeiro em 1816¹⁹⁷. D. Pedro I instituiu dez novos Dias de Gala, entre esses dias oficiais de comemoração, quatro foram inseridos como sendo de Grande Gala. Os dias de aniversário da família imperial e de eventos ligados a nova situação política do Brasil eram os destaques deste calendário cívico, que se buscava implementar.

Outra decisão importante na instituição dos calendários festivos após a independência foi a efetiva criação de dias de Festas Nacionais. Como vimos no capítulo 1, nos primeiros anos da nação as comemorações pela nova situação ocorriam de acordo com os fatos que definiam esses processos. Passado esse momento inicial era preciso escolher alguns dias para que se definisse como feriado nacional, e que toda a nação parasse para celebrar a Soberania Nacional do Estado Brasileiro.

Em 1826, uma lei definiu como sendo “de festividade nacional em todo o Império os dias” 09 de janeiro (dia do fico), 25 de março (juramento da constituição), 03 de maio (abertura da Assembleia Constituinte), 07 de setembro (independência do Brasil), e 12 de outubro (aclamação de Dom Pedro I e oficialização do Império)¹⁹⁸. A lei determinava que nesses dias fossem encerrados os despachos nos tribunais e que se fizessem todas as demonstrações públicas que estivessem de acordo com tais solenidades. Esses dias faziam referência a datas importantes para a conquista da soberania nacional e precisavam ser especiais em toda a nação.

¹⁹⁷ ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1816. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 268 jul/set 1965.

¹⁹⁸ Lei de 9 de Setembro de 1826, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1826 Página 7 Vol. 1 disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38600-9-setembro-1826-567169-publicacaooriginal-90570-pl.html

As festas que comemoravam datas cívicas tinham ainda a função de exaltar os poderes que se instauravam. Havia nesse calendário uma forte tendência em determinar como datas festivas os dias em que eventos ligados às conquistas do processo de independência tiveram lugar na Corte. Podemos perceber, por exemplo, que o dia da Aclamação do Imperador no Rio de Janeiro, 12 de outubro foi estabelecido como dia de festa nacional por essa lei, ao passo que o dia 08 de dezembro, dia da Aclamação do Imperador em Pernambuco, não foi lembrado como dia para celebrar a nação.

Nesse segundo quartel do século XIX, a união entre as elites da corte e das diversas províncias era tênue. Pernambuco era uma província na qual havia várias manifestações devido à centralidade do poder na Corte. O “nacionalismo” pernambucano era mesmo lembrado pelas autoridades locais desde a época imperial. Havia também as comemorações cívicas com uma forte cor local. A comemoração pela Restauração Holandesa é um exemplo desse tipo de festa que fazia parte do calendário festivo pernambucano.

Nos tempos coloniais e ainda durante a década de 1820 era a Câmara Municipal de Olinda a responsável por organizar tal solenidade. Em 1829, a Câmara já não tinha certeza se deveria organizar tal comemoração¹⁹⁹. O Aniversário da restauração pernambucana continuou a ser lembrado no calendário pernambucano durante o período estudado, apesar de não encontrarmos referências a como era de fato lembrado pelas ruas das cidades, o aniversário da Restauração Pernambucana era lembrado anualmente pela Folhinha de Algibeira.

Vale ressaltar que nesse período o Estado buscava reforçar a centralidade frente a um clima de fortes tensões regionais. Segundo José Murilo de Carvalho, o problema da unidade nacional só passou para segundo plano após 1850, até essa data “as tendências centrífugas, provinciais e regionais se fizeram sentir”.²⁰⁰ Se apesar das diferenças regionais, quando da independência, a América portuguesa transformou-se em uma única nação, não se pode afirmar que se tratava de uma nação unida.

¹⁹⁹ Neste ano a Câmara enviou um ofício a Presidência da Província questionando se deveria realizar as solenidades do costume, entre estas o aniversário pela restauração holandesa. Ver: APEJE Câmaras Municipais 03.01.1829

²⁰⁰ CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem / Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.133

Não houve até 1844 uma alteração significativa nos dias de Gala proclamados em 1822 durante boa parte da primeira metade do século XIX. Com um decreto de 1844, estes passaram a ser apenas seis. Tratou-se de uma diminuição de mais de 50% em comparação com os primeiros anos do Brasil Império. Como pudemos observar na tabela abaixo, com exceção do dia primeiro de janeiro que já era comemorado desde os idos da colônia, os demais eram datas novas, referentes a homenagens ao casal imperial e ao sucessor do trono. Mesmo com a extinção de datas comemorativas do período colonial, essa decisão ainda manteve alguns aspectos importantes dos tempos de América Portuguesa. Um exemplo disso é o respeito à “tradição ibérica de se comemorar o aniversário de reis e membros da Família Real em duas datas, a do nascimento e a do nome do santo”.²⁰¹

Tabela 2: Dias de Gala na Corte do Rio de Janeiro de acordo com o decreto de 30 de março de 1844

RELAÇÃO DOS DIAS DE GRANDE GALA NA CORTE EM 1844 ²⁰²	
01.01	- Ano Bom.
11.03.	- Aniversário Natalício da Sereníssima Princesa Imperial
14.03.	- Aniversário Natalício de Sua Majestade a Imperatriz
04.09	- Aniversário do Casamento de Suas Majestades Imperiais
15.10	- Dia do Augusto Nome de Sua Majestade a Imperatriz
19.10.	- Dia do Augusto Nome de Sua Majestade o Imperador.

Esta lei apenas define os dias de Grande Gala para a Corte. No entanto, como podemos observar na tabela abaixo, de acordo com a Folhinha de Algibeira, uma espécie de calendário do Período, para Pernambuco os dias de Gala eram semelhantes aos da Corte.

Tabela 3: Dias de Gala para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas previsto nas Folhinhas de Algibeira de 1847, 1848 e 1849

Data	Dias de Grande Gala-1847	Data	Dias de Grande Gala-1848 e 1849
01.01	Ano Bom	01.01	Ano Bom
14.03	Aniversário da Imperatriz	14.03	Aniversário da Imperatriz
29.07	Aniversário da Princesa Isabel	19.07	Aniversário do Príncipe Imperial
04.09	Aniversário de Casamento das	04.09	Aniversário de Casamento das

²⁰¹ LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação**: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822 São Paulo: Humanitas. 2004 p.97

²⁰² Decreto nº 345, de 30 de Março de 1844. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1844 Página 11 Vol. 1 pt. II disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-345-30-marco-1844-560648-publicacaooriginal-83756-pe.html>

	Majestades Imperiais		Majestades Imperiais
15.10	Dia do nome da Imperatriz	15.10	Dia do nome da Imperatriz
19.10	Dia do nome do Imperador	19.10	Dia do nome do Imperador

Não houve mais outra lei que modificasse de maneira significativa o número de Dias de Gala durante os últimos anos da década de 1840. Houve modificações apenas na data referente à comemoração do natalício do herdeiro do trono, devido às incertezas que rondavam tal questão. Por meio de um decreto em 1845, substituiu-se o dia 11 de março pelo dia 3 de fevereiro, em homenagem ao dia de nascimento do Príncipe Dom Afonso, que faleceu devido a cinco horas de convulsões.²⁰³

No mesmo dia do triste acontecimento, um novo decreto transferiu a data de Grande Gala de 23 de fevereiro para 29 de julho, aniversário da Princesa Isabel. Ainda na década de 1840, a família imperial ganhou um novo membro varão. Em junho de 1849 houve então um novo decreto substituindo o dia de Grande Gala de 29 para 19 de julho, devido ao nascimento de Dom Pedro Afonso. Mas as convulsões eram um problema sério para a família imperial. Também foram responsáveis pela morte de D. Pedro Afonso.²⁰⁴ Então houve um novo decreto, em 15 de junho de 1850, que afirmava que por haver cessado os motivos que faziam o dia 19 de julho um dia de Grande Gala, substituía-se novamente esse dia por 29 de julho, dia do aniversário da Princesa Isabel.

Os dias de Festa Nacional alteravam-se quanto a acontecimentos políticos próprios dos acontecimentos políticos do Império, como a decisão de se proclamar dia de Festa Nacional o dia da Aclamação da Maioridade de Dom Pedro II, ou o dia que Dom Pedro I abdicou do trono, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 4: Dias de Festa Nacional relacionados nas Folhinhas de Algibeira de 1847

Dia da festa nacional-1847
25.03 Aniversário do juramento a constituição do Império
07.04 Abdicação da coroa em S.M.I, o Senhor D. Pedro II
23.07 Aclamação da Maioridade do Mesmo Senhor
07.09 Independência do Império
02.12 Aniversário de D. Pedro II

²⁰³BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: Editora da UNESP. 2005 p.43

²⁰⁴Ibid p.45

Vale ressaltar que o dia da Abertura da Assembleia Constituinte deixou de ser de festividade nacional, estando dessa forma os dias diretamente relacionados à figura do Imperador, com exceção do dia 25.03 que era ligado ao juramento da constituição, entretanto é importante ressaltar que a constituição do Império foi outorgada por D. Pedro I. O dia dois de dezembro, nos primeiros anos do Império, era uma das datas mais comemoradas como parte do processo de Independência. Não devido ao aniversário de D. Pedro II, mas sim por ser o dia em que seu pai foi coroado Imperador do Brasil. Em 1848 um decreto modificou os dias de festa nacional.

Art. 1º São somente de Festa Nacional os dias vinte cinco de Março, sete de Setembro, e o aniversário natalício do Imperador: e só estes e os Domingos e dias Santos de guarda serão feriados nas Estações Publicas.
Art. 2º Ficam revogadas quaisquer disposições em contrario.²⁰⁵

Com esta lei, os marcos de transição do poder entre os dois imperadores, o dia da abdicação de D. Pedro I e a Aclamação da Maioridade de Dom Pedro II, deixaram de ser de Festa Nacional. Havia uma preocupação em diminuir o número de festas oficiais no Brasil Império. Além dessas datas marcantes no processo de Soberania Nacional era ainda importante comemorar outras datas, que por vezes eram apenas importantes no cenário local, mas que faziam parte da organização do Estado.

A lei número um da Província de Pernambuco define o dia primeiro de abril como aniversário da primeira representação da Assembleia Provincial e determina que seja “festejado com embandeiramentos e salvas de vinte e um tiros nas embarcações de guerra e fortalezas, sem que por isso seja feriado em Estação alguma”²⁰⁶. No vocabulário de *Bluteau*, um feriado era definido como: “Dia que não é de trabalho, nem de despacho”.²⁰⁷

Não parar a rotina de trabalho, não necessariamente diminuiria a importância das comemorações. Mesmo que a cidade continuasse trabalhando é provável que quando se fossem executadas as salvas, boa parte dos que estivessem executando suas tarefas

²⁰⁵ Decreto nº 501, de 19 de Agosto de 1848, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1848 Página 11 Vol. pt I disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-501-19-agosto-1848-559966-publicacaooriginal-82475-pl.html>

²⁰⁶ APEJE. Setor de Manuscritos. Coleção de leis, decretos e resoluções da Província de Pernambuco. Ano de 1835, lei nº 1 p.3

²⁰⁷ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/feriado>

diárias percebessem tais comemorações. Ademais a forma escolhida para se comemorar o aniversário se assemelha a um dos ritos presentes em outras solenidades oficiais.²⁰⁸ O fato de uma festa não estabelecida como um feriado oficial não significa que não haveria uma pausa no cotidiano de trabalho de alguns, ainda que esta não durasse o dia inteiro.

A Assembleia provincial foi inaugurada em um tempo no qual havia uma tentativa de diminuir essas interrupções no funcionamento das instituições, seja particulares ou públicas. O Calendário não tinha uma importância apenas para façanhas políticas. A determinação dos feriados envolvia além da memória coletiva, “o controle sobre o ritmo da vida cotidiana”.²⁰⁹

A elite pernambucana pode ter aproveitado essa data para organizar suas reuniões e festas. Esse era um excelente motivo para encontrar as pessoas que podiam mesmo vir de outras cidades, era uma oportunidade de ver e ser visto. Um habitante do Recife afirmou no Diário de Pernambuco que o único mau procedimento de sua vida pública era o crime de não ser adulator, “não visitar, nem ser visitado, não me mostrar, e viver meu retiro”.²¹⁰ Até porque, como afirma Marcus Carvalho, as festas nas proximidades do meio do século estavam tornando-se obrigações sociais.²¹¹

Tais festas cívicas não eram as únicas que foram reorganizadas nesse processo de construção de calendários festivos. No Brasil Imperial, como disse Lilia Mortiz Schwarcz, “ao lado de um calendário de datas cívicas, como que na moleza do costume, organizou-se uma agenda de festas”.²¹² Havia diferentes tipos de festas que se organizavam no Recife, muitas, é claro, tinham motivações pessoais, um aniversário, um casamento, ou mesmo alguma conquista importante para um grupo de pessoas. Tinham, entretanto, um grande peso durante o ano as festas religiosas, algo natural em um país onde a religião católica era vinculada ao Estado.

²⁰⁸ Ver capítulo 1 desse trabalho, em especial o item 1.1

²⁰⁹ LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação:** Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822 São Paulo: Humanitas. 2004 p.90

²¹⁰ FUNDAJ Diário de Pernambuco 01.03.1834

²¹¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002

²¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Viajantes em Meio ao Império das Festas. In: JACSÓ, Istvan. KANTOR, Iris (organizadores). **Festa:** Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa, volume II. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. p. 605

Vauthier registra em seu diário: “Dia feriado. Dia santo, como dizem os brasileiros. Não há razão para que em breve todas as datas do calendário estejam invadidas por esta forma.”²¹³ Como afirma Iara Lis Schiavinatto Carvalho, “O calendário litúrgico ritmava o ano, e quase todo mês tinha um rito, um santo, uma data a celebrar, uma ocasião de viés lúdico e que evocava a fé de cada um”.²¹⁴ Em fins da década de 1840 havia em Pernambuco vinte e quatro dias santos, espalhados praticamente por todos os meses do ano.

Tabela 5: Dias Santos na Província de Pernambuco (1847-1849)

1 Circuncisão do Senhor (01.01)	2 Dia de Reis (06.01)
3 Purificação de Nossa Senhora (02.02)	4 São José (19.03)
5 Anunciação de Nossa Senhora (25.03)	6 Quinta das Endoenças*
7 Sexta da Paixão**	8 1ª Oitava, após o domingo de Páscoa
9 Invenção da Santa Cruz (02.05)	10 Ascensão do Senhor (17.05)
11 1ª Oitava após a Páscoa do Espírito Santo	12 2ª Oitava após a Páscoa do Espírito Santo
13 Corpo de Deus	14 Santo Antônio (13.06)
15 Sagrado Coração de Jesus	16 Nascimento de São João Batista (24.06)
17 São Pedro e São Paulo Apóstolo (29.06)	18 São Tiago Apóstolo (25.07)
19 Assunção de Nossa Senhora (15.08)	20 Natividade de Nossa Senhora (08.09)
21 Festa de todos os Santos (01.11)	22 Nossa Senhora da Conceição (08.12)
23 Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo (25.12)	24 1ª Oitava após o Natal (26.12)

* Dia Santo apenas após o meio dia ** Dia Santo até o meio dia

As autoridades eclesiásticas também se preocuparam em diminuir os dias Santos. Uma pastoral de 21 de fevereiro de 1844²¹⁵ dispensou alguns dias santos, sem liberar da obrigação de se assistir missas nesses dias. Uma das justificativas para essa atitude, como bem lembra Emílio Lopes, era a tentativa de que os dias de comemorações “fossem observados de fato, visto que a população trabalhava nos dias Santos, fazendo com que houvesse defasagens e resistências entre práticas cotidianas e

²¹³FREYRE, Gilberto **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960 p.557

²¹⁴CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: Op. Cit.** p.208

²¹⁵APEJE. Folhinha de Algibeira, 1847 p.16

normas da Igreja e do Estado”.²¹⁶

Nem todos aceitaram a diminuição desses tradicionais feriados. Em 1853, no Recife, houve um planejamento de revolta de escravos que foi associado pelas autoridades policiais à supressão dos dias Santos²¹⁷. O calendário era uma lei que interferia diretamente na rotina das pessoas, como afirma Le Goff, a “resistência ao poder do calendário manifestou-se muitas vezes, tão profundamente radicadas estão as tradições no espírito e na prática dos povos, das nações e das sociedades”.²¹⁸

Ao se criar regulamentos era imprescindível considerar os costumes existentes na sociedade, especialmente hábitos dos que frequentariam as referidas instituições para que o regulamento fosse minimamente respeitado. Afinal, como afirmou Michel de Certeau, “a lei é já aplicada com e sobre corpos ‘encarnados’ em práticas físicas, ela pode com isso ganhar credibilidade e fazer crer que está falando em nome do ‘real’”.²¹⁹ Se as leis, quer fossem imperiais ou eclesiásticas, não reconheciam como feriados alguns dias em que era comum se celebrar no Brasil Império, na regulamentação das instituições alguns desses dias eram reconhecidos. Por exemplo, a Academia da Marinha respeitava como feriados,

os dias do Carnaval, os três ultimas da Semana Santa, os domingos, dias Santos, de Guarda, de festa nacional, e de grande gala, e as quintas-feiras das semanas, em que não houver outro feriado.²²⁰

No ano seguinte um novo decreto transfere a Academia da Marinha para terra e estabelece os seus Estatutos, no seu artigo 12 define que

os dias do Carnaval, os da semana Santa, e os da seguinte, e bem assim os Domingos, e dias de guarda, os de Festa Nacional, e as Quintas feiras das semanas, em que não houver outro feriado.²²¹

²¹⁶ LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação**: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822 São Paulo: Humanitas. 2004 p.116

²¹⁷ REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M de Carvalho. **O Alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das letras, 2010 p.325

²¹⁸ LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996 p.482

²¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 p.241

²²⁰ Decreto nº 405, de 6 de Março de 1845 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845 Página 11 Vol. pt II disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-405-6-marco-1845-560484-publicacaooriginal-83340-pe.html>

²²¹ Decreto nº 586, de 19 de Fevereiro de 1849. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1849 Página 25 Vol. pt II disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-586-19-fevereiro-1849-559747-publicacaooriginal-82095-pe.html>

É importante ressaltar que nos Estatutos da Marinha, quando a Academia passou a funcionar em terra, houve um aumento no número de interrupções do cotidiano de funcionamento: ao invés dos três últimos da semana santa, passou-se a interromper em todos os dias da semana santa e nos da seguinte; possivelmente as atividades ficariam mais comprometidas pela intensa movimentação que ocorria na cidade nesse período. Se na liturgia católica entre os momentos de júbilo havia os dias de tristeza e reflexão pela morte de Cristo na Cruz, no cotidiano do Recife essa era uma Semana repleta de festividades.

Interessante ressaltar que mesmo pelas determinações eclesiásticas apenas eram considerados dias santos a quinta-feira depois de meio-dia e a sexta até o meio-dia. Se a Semana Santa era um momento especial no calendário litúrgico anual, durante todo o ano as festas religiosas eram pretexto de diversos encontros. Tais momentos que deveriam servir principalmente para rezar, tinham seus significados dotados de inúmeras possibilidades.

Nem todas as instituições reconheciam como feriado dias como o do carnaval. A Academia da marinha era uma instituição de ensino e pudemos supor que havia uma flexibilidade com os dias de seu funcionamento²²². Ao menos em Pernambuco, segundo Adriana Maria Paulo da Silva, “do ponto de vista do funcionamento das aulas, eram os professores quem decidiam as festas, os horários das aulas e os seus intervalos”.²²³

Outras instituições tinham um controle mais rígido com o seu horário de funcionamento. Em maio de 1836 um Decreto imperial define o funcionamento da Mesa de diversas rendas. “O expediente da Mesa começará em todos os dias que não forem Domingos, Dias Santos de Guardas e de Festa Nacional, às nove horas da manhã,

²²²Decreto de 7 de Novembro de 1831 **ESTATUTOS PARA OS CURSOS DE SCIENCIAS JURIDICAS E SOCIAES DO IMPERIO** Decreto nº 1.134, de 30 de Março de 1853, Dá novos Estatutos aos Cursos Jurídicos do Império. Decreto nº 1.386, de 28 de Abril de 1854 Dá novos Estatutos aos Cursos Jurídicos. Decreto nº 1.387, de 28 de Abril de 1854 Dá novos Estatutos às Escolas de Medicina, Decreto nº 1.568, de 24 de Fevereiro de 1855 Aprova o Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito do Império, Decreto nº 1.603, de 14 de Maio de 1855 Dá novos Estatutos á Academia das Belas Artes, também reconhecem que as instituições devem fechar em dias que não forem feriados, como nos dias de Entrudo.

²²³ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária 2006. p.183

e findará às duas da tarde, salvo nos casos extraordinários”.²²⁴ O expediente podia começar uma hora antes e seguir até as quatro ou cinco da tarde se houvesse necessidade. No mesmo ano, em 22 de junho, foi estabelecido um horário semelhante de funcionamento para as Alfândegas, à exceção que “o inspetor da Alfândega poderá, contudo, prorrogar o expediente mais uma hora, quando houver afluência de despacho”.²²⁵

Além dos feriados e dos dias santos e as datas específicas determinados pelos regulamentos, para pausar o funcionamento, há ainda o reconhecimento de uma suspensão semanal nas atividades, segundo Jacques Le Goff:

A grande virtude da semana é introduzir no calendário uma interrupção regular do trabalho e da vida cotidiana, um período fixo de repouso e tempo livre. A sua periodicidade pareceu adaptar-se muito bem ao ritmo biológico dos indivíduos e também às necessidades econômicas das sociedades.²²⁶

É um costume, em sociedades católicas, ter este dia como dia de descanso. Era nesse dia que as pessoas que ficavam isoladas nos arrabaldes ou trabalhando nos Engenhos circulavam pelas ruas da cidade. Era ainda fluida a separação entre dias de trabalho e dia de descanso. "O Juiz de paz do 5º Distrito das 5 Pontas faz público que quando forem dias Santos, ou feriados os marcados para suas audiências, estas se farão nos seguintes.”²²⁷ Em 1824 fora publicado um Edital sobre os horários de audiências do Presidente da Província que daria “audiência as partes todos os dias, á exceção dos Domingos e Feriados desde as 10 horas da manhã até uma da tarde”.²²⁸

O calendário buscava estabelecer os dias em que se deveria festejar, mas a apropriação desses dias tinha suas peculiaridades em cada local do Brasil. Para as diversas instituições particulares, as decisões do governo não podiam simplesmente decidir quais seriam os dias em que se parariam os trabalhos. O poder do Estado se

²²⁴ Decreto de 30 de Maio de 1836 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1836 Página 34 Vol. 1 pt. II disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37018-30-maio-1836-562679-publicacaooriginal-86774-pe.html>

²²⁵ Decreto de 22 de Junho de 1836 disponível em <http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=562752&seqTe xto=86860&PalavrasDestaque=festa>

²²⁶ LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 4. ed. - São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996 pp.506-507

²²⁷ FUNDAJ Diário de Pernambuco 02.06.1834

²²⁸ APEJE Ofício do Governo 26 f.1v 20.09.1824

fortalecia, mas ainda eram muitos os aspectos em que de fato não predominava sua autoridade. No próximo item vamos analisar algumas maneiras com que a população do Recife se apropriou dos dias estabelecidos como festas pelas autoridades para organizarem-se para os festejos.

2.2 Apropriações dos calendários

O calendário era uma ferramenta importante na regulamentação do cotidiano e consequentemente para o funcionamento da sociedade. É importante considerar que esses dias diferenciados eram apropriados de diferentes formas pela população que aproveitavam esses marcos a seu modo. Segundo João José Reis, os escravos seguiam um calendário da pequena política do cotidiano para atacar, “a hora certa era aquela em que o senhor baixava a guarda, por exemplo, nos períodos de festas, domingos e dias santos”.²²⁹ Não eram só os escravos que aproveitavam essa coincidência dos dias de festas, com a eclosão de protestos coletivos²³⁰ que podiam alterar a ordem e a tranquilidade pública.

Na década de 1830, houve em Pernambuco um movimento conhecido por Carneiradas, o qual, segundo Wellington Silva, tratava-se de levantes militares que defendiam a bandeira liberal e que tinham por líderes os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, comandantes da Guarda Nacional. A primeira Carneirada ocorreu em janeiro de 1834 quando diversos batalhões da Guarda Nacional se reuniram no Campo dos Canecas. O movimento foi reprimido energicamente no dia seguinte, mas sem derramamento de sangue.²³¹

Os irmãos Carneiros não desistiram de tentar fazer outros levantes. O Tenente-Coronel Francisco Carneiro Machado Rios, comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio, que na ocasião liderava a Legião das Guardas Nacionais do Recife, tentou aproveitar a reunião desta e do Quarto Corpo de Artilharia de Posição da 1ª linha, em 02 de dezembro de 1834, “para celebrar o aniversário de Dom Pedro

²²⁹ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995. p.31

²³⁰ FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, (Org.). **Festa: Op. Cit.** p. 265

²³¹ SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no recife do século XIX.** Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003 pp.21-22

Segundo”²³² para promover mais um levante. O Tenente-Coronel contava com o apoio de alguns juizes de paz e do Primeiro Tenente de Artilharia João Ribeiro Pessoa de Lacerda que também foi a paisana até o campo onde estavam reunidas as tropas. Eles tentaram convencer o batalhão a depor o Comandante das Armas.

Segundo o Presidente da Província saíram do campo por não conseguirem adesão ao seu intento. À noite o Presidente da Província afirmou que teve notícias “de que tais oficiais, unidos a gente má, intentavam fazer algum atentado para levarem avante seus danados intentos de perturbar o sossego público”.²³³ Nos primeiros meses de 1835 ainda conseguiram fazer duas carneiradas.

Se era possível aproveitar um dia festivo para por em prática um levante, é relevante lembrar que poderia ter que se interromper o lazer devido aos conflitos. Desde uma simples briga, ou mesmo a algum motim. A festa de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro de 1847, fora suspensa devido a boatos acerca de alguns motins que coincidiriam com o quarto dia de festa. Diante dos fatos, os irmãos resolveram que,

não houvesse festa, mandando por seguinte armar a bandeira e suspender as novenas e como já se tinha encomendado tanto os sermões, como o fogo, músicas, armações mais precisos para a mesma festa, teve de mandar pagar algumas das coisas, como se vê no livro de receita e despesa²³⁴

O fim da década de 1840 foi marcado em Pernambuco por intensas confusões, que culminaram na Praieira. De acordo com Bruno Câmara entre 1844 e 1848 houve ao menos sete manifestações de rua tendo por alvo os portugueses, alguns deles tiveram por foco os espaços onde estavam acontecendo festas. Nas comemorações de Nossa Senhora da Conceição, de 1847, no dia 8 de dezembro, em uma queima de fogos que se realizou no Arco da Conceição, alguns começaram a provocar os portugueses, muitos apanharam, o motim se espalhou para a rua da Cruz, do Vigário e do Encantamento, e mesmo no Forte do Matos houve confusão.²³⁵

²³²BPPE Correspondência do presidente da província para o ministério 17.01.1835 n°1 in: Estado e Pernambuco Documentos do Arquivo do Governo, correspondência de 1835. Imprensa Oficial Recife. 1937

²³³Ibid

²³⁴IAHGPE Série: Manuscritos Caixa 216 Cópia datada de 18.05.1905 referente ao Termo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de data de 1847.

²³⁵CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros na época da Insurreição Praieira**. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005. p.120

Os irmãos deveriam estar cientes do problema que podia significar a junção da desordem de uma festividade com a confusão de um motim. Sabemos que as novenas e as bandeiras atraíam muitas pessoas para as igrejas. O levantamento da bandeira era acompanhado por música e danças, nas quais os participantes causavam um alvoroço nesse momento sagrado.

A prática de mudanças nos dias das festividades podia não ser tão incomum nesse período. Quem se responsabilizava pela organização de um festejo, conta inclusive com a possibilidade de tudo que fora programado e todo o tempo gasto, sejam em vão, porque a festa poderia simplesmente não acontecer. No ano de 1846, anunciava-se no diário de Pernambuco “Carnaval Campestre partindo no dia 23 do corrente, no sítio do cajueiro do Sr. Francisco Ribeiro de Brito, não podendo haver alteração no dia marcado”.²³⁶

Saber quando essas festas iriam acontecer era importante para que as pessoas conseguissem se organizar para desfrutar de algumas das festas que ocorriam, até porque para isso precisava-se de tempo livre, dinheiro, e muitas vezes autorização para se deslocar das atividades cotidianas. A “Folhinha de Algibeira, ou o Diário eclesiástico e civil para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas”, destacava anualmente dia a dia as festas religiosas programadas para ocorrerem, muitas vezes determinando o local de sua realização. Esse era, segundo F.A. Pereira da Costa, o nosso mais antigo calendário, é razoável supor que as festas anunciadas eram festas tradicionais da cidade.

Há uma coincidência do aumento de festas religiosas fora da região central da cidade do Recife, com os meses iniciais ou finais do ano, justamente quando havia uma grande movimentação da população das cidades para ocupar os seus arrabaldes. No ano de 1847, o Diário eclesiástico e civil para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas anunciava que aconteceriam nos arrabaldes do Recife e na cidade de Olinda vinte e oito festas em 1848. Entre essas, vinte estavam concentradas entre os meses de novembro e fevereiro, período marcado por um ciclo de festas que tinha grande repercussão na Recife da primeira metade do século XIX. Segundo o célebre crítico de costumes o Padre Lopes Gama,

²³⁶DP 13.02.1846 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia**: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife: FUNCULTURA, 2004 p.58

É este o tempo da mór parte da gente sair da capital para o campo, a fim de fugir à intensa calma e por outra parte espairecer pelos aprazíveis sítios dos nossos arrabaldes. Os mais procurados são os que bordam as graciosas margens do Capibaribe desde o lugar de Benfica até os Apipucos. Mas alguns gostam do Beberibe, de Boa Viagem, e não falta quem saia da cidade do Recife para passar a festa na cidade de Olinda. São gostos e em gostos não deve haver disputar.²³⁷

Vale ressaltar que as festas religiosas eram apenas algumas das que se realizavam nesses arrabaldes que eram tomados por um intenso clima festivo. “Muito bom e louvável é o festejar os santos, e para isso é que a igreja tem estabelecido o seu culto aniversário”,²³⁸ afirmava o crítico de costume Padre Lopes Gama, mas ele reclamava que a população usava os momentos de celebrações litúrgicas como pretextos para diversões contrárias ao que se esperava encontrar no espaço sagrado da Igreja, “para muita gente, as procissões, as novenas e festividades dos santos não são mais do que um pretexto, um motivo para súcias, patuscadas e pagodes”.²³⁹

Durante esse ciclo festivo podemos pensar que as festas dos Santos eram até mesmo um pretexto para a reunião das pessoas que muitas vezes moravam distantes umas das outras. Pode-se mesmo afirmar que um dos mais fortes atrativos dos arrabaldes era o intenso calendário patusco-religioso que era posto em prática nesse período do ano. Até porque um dia de festa poderia significar vários dias de interrupção no cotidiano. Uma única festa poderia durar vários dias e muitas vezes uma festa poderia estar separada de outra apenas por alguns dias,

as festas entre si enredavam uma racionalidade própria, de modo que uma data festiva poderia ser reevocada noutra. Entre as datas desse calendário social, de cunho político, nascia uma coerência interna na qual uma data remetia para outra, importando menos o tempo cotidiano, do trabalho, da produção, decorrido entre elas.²⁴⁰

Algumas famílias mudavam-se para as regiões mais distantes do núcleo central

²³⁷ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuço**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 p.57

²³⁸ 26.01.1844 in: Mello, José Antônio Gonsalves de, **O Carapuço**: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996 pp.65 e 66 título: As Devoções Patúscas

²³⁹ 26.01.1844 in: *Ibid.* pp.65 e 66

²⁴⁰ Carvalho, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada**: Op.Cit. p.226

da cidade do Recife durante esse ciclo festivo. Os que se fixavam nessas regiões organizavam recepções, bailes, ceias largas, “jantares profusos”, “almoços ajantarados”, presépios, jogos de prendas, Voltarete, Manilha ou o “esfolador gagau”²⁴¹ entre tantas outras opções.²⁴² Havia uma preocupação em receber bem nessas casas de temporadas, buscava-se surpreender e impressionar os convidados. No diário de Pernambuco foi publicado que o ilustre rabequista Noronha havia sido apresentado ao público pernambucano em uma apresentação no dia da festa do Poço da Panela, na casa de um “amador de belas artes”.²⁴³

Durante esse tempo em que muitos mudavam de vizinhança, como afirma Leandro Carvalho “intensificava-se a convivência entre pessoas de diversas procedências, que se reuniam sob os mesmos interesses”.²⁴⁴ Ainda que fossem segundo, o Padre Lopes Gama, “amizades de passatempo: a água deu, á água levou”.²⁴⁵ Um momento como esse era propício para impressionar a sociedade e de se tornar uma pessoa reconhecida ou de enfatizar os seus dotes de forma a saber que, quando esse ciclo acabasse, pessoas de diversas localidades da cidade comentariam tais feitos.

Quem patrocinou a apresentação do ilustre rabequista possivelmente acreditava que esse empenho lhe valeria algum reconhecimento público, ou ao menos alguns momentos de deleite. A música além de ser uma forma diferenciada de comunicação, era uma importante maneira de se conseguir visibilidade frente à sociedade. Cultivar o gosto pela música, especialmente pela música bem executada era uma forma de se destacar na sociedade, haja vista o promotor da exibição do rabequista Noronha em uma festa particular, que ganhou o título de amante das belas artes. Título que deveria ser importante em uma sociedade que buscava afirmar-se como civilizada.

²⁴¹ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 16.01.1832

²⁴² Para citar esses hábitos comuns nas festas dos arrabaldes foi analisado o volume 1 da publicação fac-símile do Carapuceiro. Havia outras possibilidades de divertimentos em festas diversas, mas essas segundo o redator do jornal eram comuns nos períodos. Ver especialmente os exemplares de 07.04.1832, 07.05.1832, 24.11.1832, 16.01.1833, 05.12.1833, 14.12.1833, 01.02.1834 e 08.02.1834

²⁴³ Diário de Pernambuco 14.02.1846 in: RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia**: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa. Recife: FUNCULTURA, 2004 p. 58

²⁴⁴ CARVALHO, Leandro F. R. “... e o estrepidoso zambuba poe tudo em alvoroço” musica e sociedade em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 2001 p.19

²⁴⁵ 23.01.1844 in: Mello, José Antônio Gonsalves de, **O carapuceiro**: Op.Cit pp.62 a 64

É relevante ressaltar que tal situação vivenciada na festa do Poço foi descrita em um anúncio da primeira apresentação pública que o rabequista Noronha faria na cidade do Recife, e foi usada como a principal referência ao rabequista. É razoável pensarmos, que quem publicou esse anúncio acreditava que moradores de diversas localidades do Recife deveriam estar cientes dos dotes musicais do rabequista. Se não houvessem presenciado tal apresentação, ao menos deveriam já ter ouvido comentários a esse respeito das pessoas que comumente frequentavam seu círculo de sociabilidade, que poderiam ter presenciado ou ouvido falar sobre ela, afinal o Recife crescia, mas não era tão grande assim.

Quem organizou tal apresentação no dia da festa, provavelmente tenha tido que gastar uma quantia significativa para garantir o êxito de tal apresentação. Seu único benefício não seria apenas ser reconhecido como amante das belas artes era se deliciar pela execução do trabalho do rabequista Noronha. Organizar uma festa tinha uma importante função social. Além do que, como afirma Lousada, ao analisar as Funções, reuniões privadas comuns em Portugal durante o século XIX que tinham a finalidade de comemorar datas importantes, afirma:

A prática implicava despesas, traje adequado, trem e mobiliário. Se para as elites o problema era secundário— as despesas e as dívidas decorrentes da manutenção de um estilo de vida próprio do grupo faziam parte da sua lógica econômica usual— se para as classes populares o problema não se punha— tocava-se a gaita de foles e bailava-se na taberna, na rua ou na pequena casa— para as classes médias implicava o recurso a expedientes vários.²⁴⁶

No Recife, gastava-se dinheiro com diversos itens que envolviam esses festejos. O Editor do Jornal o “Simplicio Pernambucano” ressalta que os chefes de família gastavam com a dispensa, chapéus, vestidos, sedas, touquina, cerveja, chá, licor, bolos, etc.²⁴⁷ “Os ricos aproveitavam a oportunidade para ostentar, já os pernambucanos menos abastados eram capazes de vender até o último negro para comprar roupa nova, adornos e doces para o evento”.²⁴⁸ Vale frisar que em tempo de festas diversos preços modificavam-se.

²⁴⁶ LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998p. 138

²⁴⁷ APEJE O Simplicio Pernambucano nº2 20/02/1832

²⁴⁸ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: Op.Cit. p.78

Os gastos com a moradia era um desses. Antônio Roiz Samico Sette pagou a quantia de sete mil réis pelos sete meses que habitou a casa número treze da irmandade de Boa Viagem, “antes de ser alugada para festa” a Dona Teresa Maria de Jesus, que pagou vinte mil réis pela casa em que “passou a Festa”, entre os anos de 1840 e 1841. Tratou-se de uma mudança significativa no valor pago, considerando que o ciclo de festas geralmente durava quatro meses.

As casas nos arrabaldes, possivelmente, possuíam um valor diferenciado nesse período do ano. Se na prestação de contas está escrito que Antônio Roiz Samico Sette habitou a casa, Dona Teresa apenas “passou a festa”. Nem todos precisavam entregar a casa para outros em tempos festivos. Fernando de Paula Assis pagou nove mil réis para alugar a casa número dois da mesma irmandade “desde 1º de maio de 1840 até o fim de janeiro de 1841 a razão de mil réis por mês, visto não haver alugador para o tempo de festa”.²⁴⁹

É importante ressaltar que Fernando já deveria estar preparado para sair da casa caso alguém que se dispusesse o valor estipulado para se passar a festa na casa em que estava morando. Talvez já tivesse até um local para ir passar esse período de festa, mas pode passá-lo na casa em que estava sem precisar pagar um valor mais elevado por ela. Talvez possa ser coincidência, mas ele deixou a casa em fins de janeiro e segundo o Carapuceiro em meados de janeiro já havia acabado “o grosso da festa”.²⁵⁰

O aluguel de casas, para se passar essa época do ano era uma prática corriqueira. De acordo com Marcus Carvalho, “lá por volta de setembro, os jornais começavam a anunciar casas para se alugar durante o verão, próprias para os banhos de rio”.²⁵¹ Esse era um período no qual a cidade parecia “insuportavelmente quente, abafada e mal cheirosa”. As preocupações higienistas passaram a ver os banhos de rio e o ar campestre como atitudes benéficas para a manutenção da boa saúde, o que ajuda a justificar a ida para o campo, mas que dificilmente aconteceriam com tamanha amplitude não fossem as “sociabilidades que ali se promoviam. Em outras palavras, reuniões privadas,

²⁴⁹ Cúria Metropolitana do Recife Livro de receita e despesas da Irmandade de Boa Viagem

²⁵⁰ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 16.01.1833 p.129

²⁵¹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade** Op.Cit p.31

passeios e festas”.²⁵²

O tempo de festas era um tempo especial para se comemorar, mas havia outras ocasiões em que as pessoas reuniam-se para se divertir. Era preciso fazer com que as pessoas reconhecessem que nos outros dias não se devia festejar, frequentar tavernas; enfim, era preciso incutir uma realidade de aproveitamento útil do tempo em prol de trabalho, de tal forma a manter o bom funcionamento da sociedade, mas a separação do tempo entre atividades que compunham o cotidiano era ainda fluida, como discutiremos no próximo item.

2.3 Tempo, trabalho e divertimentos

O Cotidiano se organiza de uma forma diferente para os diferentes sujeitos, mas alguns fatores como as “classes sociais”.²⁵³ permite-nos tecer algumas semelhanças entre a estrutura da vida cotidiana de alguns. Homens livres pobres e escravos precisavam dedicar muitas horas de seus dias fazendo a cidade funcionar. Devido à centralidade do trabalho em suas vidas, era lógico, para a elite, que seus divertimentos fossem organizados de tal forma que contribuíssem para as obrigações do labor cotidiano. A busca pela autonomia no lazer era uma das lutas das camadas populares. João José Reis, ao tratar dessa luta, empreendida pelos escravos, afirma “além de controlar seu tempo de lazer, os escravos lutavam pelo direito de até interromper suas tarefas na produção para se divertir. Lutavam, em suma, para ampliar o tempo dedicado à festa”.²⁵⁴

Na primeira metade doséculo XIX, a separação entre o tempo dedicado ao trabalho e ao lazer não era tão rígida. Segundo Denise Moura, “trabalho e lazer

²⁵²GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio. **Honradas senhoras e bons cidadãos:** gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista. Recife, 2009. 179 f.: Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2009. P.60

²⁵³Entendidas na perspectiva de Thompsom como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’ nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. In: THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V.I Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p.9

²⁵⁴REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **Carnavais e Outras F(r) estas**. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002 p.113

misturavam-se, imprimindo uma especificidade ao viver, conviver e lidar com toda a sociedade”.²⁵⁵ A elite buscou cercear essa liberdade. Exemplo dessa tentativa de regulamentação ocorreu com a rotina de trabalho dos pescadores motivada, segundo os membros da Câmara Municipal, pelos problemas de carestia por que o Recife passava. Perante a falta de peixe na cidade, os membros da Câmara Municipal atribuíram esse problema à rotina diária dos trabalhadores responsáveis por trazê-los a cidade. Segundo ofício enviado a presidência da província, tratava-se de “pescadores preguiçosos que se contentam com a pesca de um só dia quanto baste para carne e farinha do seguinte, gastando o resto da Semana em jogar, tocar viola pelas praias etc.”.²⁵⁶

Depois de ter o alimento do dia seguinte na mesa por que não aproveitar para jogar, tocar, enfim, divertir-se? Afinal depois de garantir o sustento, para que se trabalhar mais? Segundo Luiz Geraldo Silva “os pescadores marítimos artesanais têm um espírito lúdico de potencial inigualável se comparados a outros trabalhadores situados em comunidades terrestres”.²⁵⁷ Além do que não eram escravos para serem obrigados a trabalhar exaustivamente para satisfazer a vontade de outrem.

Como diz João José Reis, “O controle sobre onde, quando, como e quanto trabalhar se complementava com a definição de onde, quando como e quanto não trabalhar”.²⁵⁸ Cercear a liberdade de utilização do tempo das camadas populares em uma sociedade escravista, como a do Recife do século XIX, é deveras complicado. Nessa sociedade, muitas vezes, como afirma Bruno Câmara “a liberdade se configurava como a negação do trabalho”.²⁵⁹ O problema ia além da falta de vontade de trabalhar. Considerando a existência dos escravos nem todos os trabalhos eram bem aceitos, como bem ressalta um texto publicado no jornal “O Harmonizador”:

Ninguém quer saber de lavrar a terra, entendendo por ventura que este emprego, o mais honroso para o homem, só deve caber em partilha a uma porção diminuta de homens rotineiros, que a sorte fez nascer nos campos, e aos míseros escravos, que só porque o são nunca podem prestar-se de boa vontade, nem cuidar da medrança do prédio de seus senhores. Os ofícios,

²⁵⁵ MOURA, Denise. **Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998 p. 40

²⁵⁶ APEJE Câmara Municipais 05 18.02.1824 f.9

²⁵⁷ SILVA, Luiz Geraldo. **A Faina, a Festa e o Rito**. Papyrus Editora, Campinas, SP, 2001. P.211

²⁵⁸ REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **Carnavais e Outras F(r) estas**. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002 p.113

²⁵⁹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caxeiros na época da Insurreição Praieira**. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005. p.16

chamados mecânicos ainda são mais mal olhados, donde resulta, que todos aspiram a viver à custa do Tesouro Nacional.²⁶⁰

A oferta de trabalho em uma sociedade escravista é, via de regra, precária. Na cidade do Recife boa parte dos homens livres pobres tinha condições de vida paupérrimas. O desemprego era um problema grave na cidade. A disponibilidade das vagas para os trabalhos por empreitada nas prensas de algodão ou em trapiches de açúcar dependia da conjuntura econômica favorável, ou melhor, do nível de exportação de cada produto. “O comércio urbano prometia trabalho para os pobres com alguma qualificação”,²⁶¹ mas as vagas concentravam-se em sua maioria nas mãos de estrangeiros. Para muitos brasileiros era necessário realizar trabalhos de escravos, por vezes ao lado destes.

A vadiagem era, segundo a camada dominante da sociedade, um dos riscos que o comportamento das camadas populares representava. O Coronel Luiz de Moura Acioli ressaltou que no Sítio da Ribeira vinha ocorrendo a reunião de homens vagabundos, vadios e sem ofício. Apesar de considerar a reunião destes um perigo, não os iguala como se fossem uma única coisa. O código criminal de 1830 define como crime o fato de alguém não possuir uma ocupação “honesta e útil de que possa subsistir depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente”.²⁶² Não era o simples fato de não se trabalhar que caracterizava essa prática, “mesmo nos tempos coloniais separava-se o vadio do preguiçoso”.²⁶³

Lugares muito frequentados por vadios comumente eram associados a desordens. Em 12 de agosto de 1831, o Coronel Luiz de Moura Accioli escreve ao Presidente da Província informando que estava precisando dedicar especial atenção à vigilância do sítio da Ribeira, posto que este local “tem servido do mais poderoso incentivo para a reunião de homens vagabundos, vadios e sem ofício. Ali se vê os

²⁶⁰ APEJE “O Harmonizador” 20.09.1832

²⁶¹ CARVALHO, Marcus. De portas a dentro... *Op. Cit.* p.42

²⁶² Código criminal de 1830. Art. 295. Capítulo IV vadios e mendigos disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm

²⁶³ ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, D.F.: Ed. da Unb p.83

maiores insultos, roubos, assassinos e jogos denominados do marisco que nada mais é que pôr uma pistola aos peitos do infame viandante”.²⁶⁴

Sabemos que todos os problemas que lá ocorriam também podiam acontecer em outros ambientes. Mas apesar de não podermos afirmar que a ausência da ocupação produtiva do tempo era o motivo dessas desordens, podemos perceber que essa autoridade policial associava esse tempo ocioso a uma excelente oportunidade para a prática de desordens diversas. Sabemos que a reunião de pessoas das camadas populares era combatida intensamente nessa época, um dos motivos era a manutenção da ordem pública. A ênfase no combate a vadiagem ia além do combate ao mau comportamento dos que a praticavam.

O crioulo José Gomes, solteiro e sem ofício, foi preso por “ser ele entregue a ociosidade”.²⁶⁵ O chefe de Polícia ainda alertou para o risco de que ele viesse a tornar-se “um mau Cidadão, é conveniente aproveitá-lo e torná-lo útil a sociedade”.²⁶⁶ Para um membro das classes populares era importante que ele trabalhasse quando fosse necessário, não quando ele achasse conveniente.

Tais modificações propostas pela Câmara do Recife faziam parte, segundo Luiz Geraldo Silva, de uma série de medidas tomadas desde o início do século XIX pelas autoridades locais, visando “disciplinar o cotidiano dos profissionais ligados ao mundo do mar ou a inculcar uma nova ética de trabalho entre eles”.²⁶⁷ Os trabalhadores não pensavam suas atitudes como opostas ao trabalho que realizavam. Os membros da Câmara Municipal propuseram que houvesse capatazes que se responsabilizassem pelo trabalho dos pescadores, devendo obrigá-los “a pescar todos os dias de trabalho, quando não estiverem doentes ficando responsáveis pelas suas faltas, quando as encobrir”,²⁶⁸ além de enviarem “todos os dias uma parte bem circunstanciada a sala do Governo dos que por preguiça e omissão não forem à pesca”.²⁶⁹

²⁶⁴ APEJE Polícia Militar 1 p.119

²⁶⁵ BPPE chefe de polícia 28.01.1835in: Estado de Pernambuco **Documento do arquivo** Op. Cit. p.394

²⁶⁶ Ibid p.394

²⁶⁷ SILVA, Luiz Geraldo. **A Faina, a Festa e o Rito**. Papirus Editora, Campinas, SP, 2001. P.199

²⁶⁸ APEJE. Câmara Municipais 05 18.02.1824 f.7v

²⁶⁹ APEJE. Câmara Municipais 05 18.02.1824 f.7 v

Não sabemos qual a medida exata de quanto a balança pende para o divertimento e quanto para o trabalho para os pescadores. Se as autoridades buscavam restringir os jogos, tocatas, entre outras possibilidades de divertimento, era preciso fabricar “simulacros de credibilidade”.²⁷⁰ O poder do Estado não é um poder mágico e para se concretizar uma lei precisa haver o reconhecimento da população.

Em uma sociedade estratificada e escravista, como o Brasil, faz todo sentido a existência de lógicas diferentes para os diferentes sujeitos. Se para os pescadores a lógica utilizada pela Câmara foi a de impor a figura de um capataz. Para justificar tal atitude perante o Governo da Província, argumentou-se que

Estas deliberações que levamos a consideração de Vossa. Excelência para auxiliar em nada atacam ao sistema Constitucional antes se ajustam muito a eles porque nos Países onde há Governo liberal se persegue e castiga mesmo a ociosidade como fonte de todos os crimes.²⁷¹

Os ditos países liberais, citados no ofício, eram mesmo um espelho no qual a elite que formava o Brasil se olhava nesses primeiros anos após a independência, ainda que esse reflexo fosse bastante deformado. As ideias liberais tiveram grande influência na época de construção do Estado Nacional. As regras de comportamento, as novidades que vinham do “mundo civilizado”, surgiam praticamente como um modelo a ser seguido.

Talvez os membros da Câmara Municipal não tivessem considerado alguns fatores importantes na rotina desses trabalhadores. A natureza influenciava consideravelmente a vida da sociedade recifense da primeira metade do século XIX. Dependendo da natureza impõe um ritmo de trabalho que não pode ser plenamente coordenado pelo relógio. Um forte temporal poderia inviabilizar a ida dos pescadores ao mar.

Se a chuva podia ser um empecilho para a realização de alguns trabalhos como os dos pescadores, também podia atrapalhar bastante os divertimentos. Por exemplo, o empresário do teatro teve que reprogramar um benefício devido a problemas com a natureza. Ele publicou no Diário de Pernambuco: “O benefício anunciado para Quarta

²⁷⁰CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 p.280

²⁷¹ APEJE. Câmara Municipais 05 18.02.1824 f.9

feira não pode ter lugar em razão da chuva, o qual ficou transferido para hoje Sexta feira 16 do corrente.”²⁷²

Também podia trazer outras consequências para a cidade. O viajante George Gardner afirma sobre Recife “na estação chuvosa as ruas enchem-se de água e lama”.²⁷³ A estrutura urbana não estava preparada para esse problema constante da natureza. Para contornar certos imprevistos causados pela natureza era preciso se organizar com antecedência, as autoridades do período parecem não ter conseguido encontrar uma solução para adequar a estrutura urbana aos problemas decorrentes da chuva.

Acreditamos que tais medidas não conseguiram modificar a rotina de trabalho dos pescadores. Em fins da década de 1820 o Juiz de Paz do Bairro do Recife requisitou que houvesse fora de portas,

um diretor que bem dirigia os pescadores, porque estes enquanto lhes atura o dinheiro de uma pescaria, não tornam ao mar, entreendo-se pelas tavernas embriagando-se e fazendo desordens, do que devem ser corrigidos, obrigando-os a irem às pescarias nos dias que o tempo permitir por que nisto utilizam os mesmos pescadores, abunda o pescado e tranquiliza-se o Publico.²⁷⁴

As tavernas era um dos espaços privilegiados para os divertimentos populares e, ao que parece, os pescadores gostariam de continuar podendo frequentá-las quando lhes aprouvesse. Tais espaços comumente eram associados a perda de tempo no trabalho. Para os pescadores buscou-se instituir regras que controlassem a sua rotina, mas também se tomou medidas para controlar a permanência de populares nas tavernas. O escravo Antônio, foi processado pelo crime de ofensas físicas por recusar-se a sair de uma taverna quando recebeu ordens de uma *Patrulha Rondante*.

Antônio, cativo dos herdeiros de João de Carvalho Paes de Andrade, foi um dos cerca de onze milhões de africanos que atravessaram o Atlântico nos porões dos navios negreiros²⁷⁵, mais um Angola que veio trabalhar em um engenho açucareiro

²⁷² FUNDAJ Diário de Pernambuco 16.05.1834

²⁷³ GARDNER, George, 1812-1849. **Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**; São Paulo: Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 p. 50

²⁷⁴ APEJE Juiz de Paz 02 09.06.1830 f.95

²⁷⁵ LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África: Uma história de suas transformações** Ed. Civilização Brasileira p. 51

pernambucano, o Engenho Uchôa. Ele estava em uma taberna de Afogados, aproveitando seus momentos de liberdade, junto com mais cinco negros do Engenho Peres, sendo três negros e duas negras, os quais como ele disse, por serem negros de engenhos, costumavam andar juntos.²⁷⁶ O trabalho e a condição jurídica similar eram importantes fatores de identidade para essas pessoas. Os seis resolveram nesse dia liberado do trabalho pelos seus senhores deixar seus respectivos Engenhos e irem até o Barro Vermelho, mais especificamente para a taverna de Francisco Antônio, uma região próxima ao local onde habitavam.

Antônio afirmou que “tinha ordens de seus senhores para se divertir”.²⁷⁷ Mas no espaço urbano a autorização de seu dono, poderia não ser suficiente para garantir a possibilidade de diversão, nas cidades uma série de instituições se sobrepunham no controle do tempo dos populares. Havia regras não apenas para o bom aproveitamento do tempo da mão-de-obra que fazia a cidade funcionar. Apesar da autorização para poder se divertir a patrulha rondante do Barro Vermelho não permitiu que o cativo permanecesse na taverna.

Essa autorização ocorreu em junho, um mês que não era de trabalho tão pesado na atividade açucareira. A economia exportadora à qual o Brasil Império estava associado dependia dos ciclos naturais dos produtos nela envolvidos. “A produção açucareira, no ritmo do comércio internacional, era atividade impressionante. Moía-se sem interrupção, de agosto, ao fim de maio, num cronograma de queimadas, colheitas e transporte que articulava o engenho e os lavradores de cana”.²⁷⁸ Eram dez meses de intenso trabalho. Não se podia parar as atividades, como afirma Tollenare, “tudo é trabalho, atividade, nenhum movimento é inútil, não se perde uma só gota de suor”.²⁷⁹

Talvez seja uma coincidência, mas no mês de junho havia uma grande concentração de festas religiosas previstas para ocorrerem na cidade do Recife, como pode ser observado no gráfico abaixo. Junho era um mês com grande concentração

²⁷⁶ IAHGPE, Sumário- Crime (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) Tribunal da Relação, Ano de 1850 caixa 1. Sumário Crime – Denúncia, Freguesia do Afogados, Recife. 1846-1850 Autor: A Justiça. Réu: Antonio, escravo dos herdeiros de João de Carvalho Paes de Andrade.) p. 6.

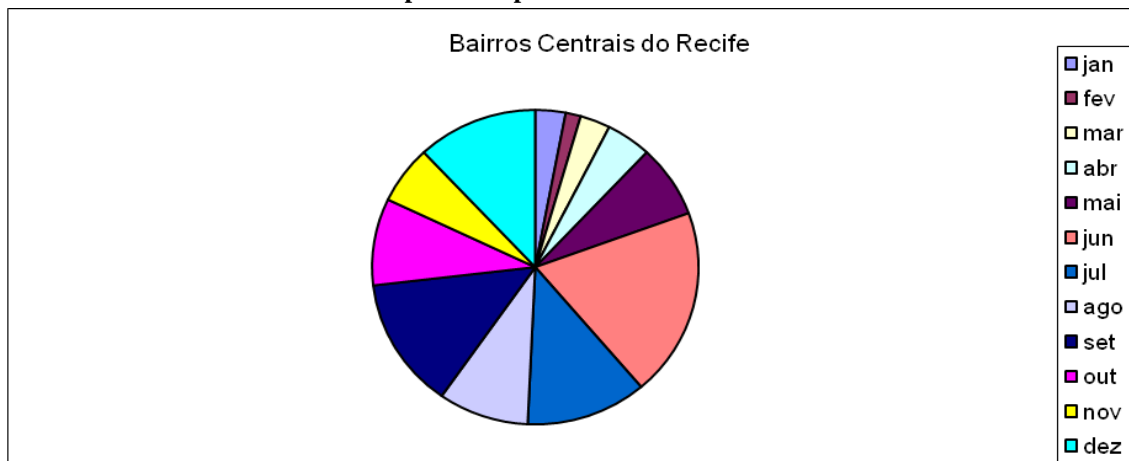
²⁷⁷ IAHGPE, Sumário- Crime p.28

²⁷⁸ FERLENI, Vera Lúcia Amaral. **Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos** in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Op. Cit.** p.453

²⁷⁹ TOLLENARE, L.F. de O Eito e a Senzala in: SILVA, Bruno, Erneni e RIEDEL, Diaulas, **Os canaviais e os mocambos Paraíba, Pernambuco e alagoas**. São Paulo. Ed. Cultrix, 1961 p.58

festiva no centro urbano do Recife. Era um mês em que possivelmente a cidade ficasse repleta de gente que não morava na cidade. Até mesmo de cativos que podiam conseguir sair do Engenho nesse período com uma maior facilidade e aproveitar os divertimentos proporcionados pelos festejos.

Gráfico 1: Festas previstas para ocorrer no Recife no ano de 1848



Antônio não fez referência aos festejos religiosos, disse que os “cinco negros de engenho” que o acompanhavam estavam na venda para beber aguardente e ele apenas para comprar fumo. Sabemos que o hábito de beber nas tabernas e vendas da cidade era interdito aos escravos. Antônio, ao responder às autoridades policiais que não estava naquele ambiente para beber quando se envolveu em uma confusão com a “patrulha rondante” do Barro Vermelho, mostra-nos que ele soube se apropriar de alguns valores das camadas dominantes da sociedade, para defender-se das acusações de ofensas físicas que lhe foram imputadas.

Mesmo nesse momento de “descanso” estava preparado para exercer uma atividade de ganho comum no período. Ao ser inquirido sobre a faca que andava na ocasião da confusão, justificou- a pelo fato de ser com ela que ele cortava capim. Para comprar os itens oferecidos pelas vendas, tabernas e botequins e aproveitarem o tempo nesses locais os populares usavam de suas habilidades para conseguir dinheiro. O jornal o mesquita Junior comentava que havia um poeta conhecido por Terra Nova que quando “algum homem do mato chegava à cidade, “apresentava-se a noite acompanhado de uma desafinada rabeca, e igual trompa, e depois desentoadíssimas

É bem provável que muitos do Engenho São Paulo pudessem estar acostumados a ir dormir embalados pela cadência do som dos negros que se reuniram em suas terras. Talvez o fato dos referidos engenhos localizarem-se na Povoação de Afogados que no século XIX era “um local de fronteira entre as plantações e a cidade e moradia de muita gente modesta”²⁸¹ possa ter influenciado nessa atitude de tolerância a essa prática.

Essa era uma prática comum entre os escravos. Os batuques poderiam reforçar os laços de identidade. Segundo Flávio Gomes, eram nesses tipos de “ajuntamentos” que “eram criados e recriados laços de solidariedade e experiências culturais”.²⁸² Um ano antes da prisão de Antônio, o dono da escrava Catariana que fugiu na segunda feira do Espírito Santo do ano de 1844, um dos dias Santos reconhecidos no Estado de Pernambuco²⁸³, resolver publicar um anúncio no Diário de Pernambuco a procurando. Nele afirmava que ela “tem sido encontrada na Estrada Nova, na Passagem da Madalena, no aterro de Afogados, vendendo verduras nos domingos no maracatu dos coqueiros, no dito aterro acima”.²⁸⁴

Possivelmente várias pessoas que circulavam no Aterro de Afogados deveriam saber da presença dessa escrava fugida no maracatu dos coqueiros e alguns resolveram comentar sua presença nesse espaço. Em uma carta publicada no diário de Pernambuco, o maracatu foi comparado a uma “escola de perdição dos negros, das negras e dos moleques”.²⁸⁵ Quem escreveu a carta ainda perguntou na mesma: “Será tal ajuntamento proibido por alguma lei? Quem terá inspeção sobre esse criminoso ajuntamento?”²⁸⁶

As autoridades por vezes, até concordavam com tais ajuntamentos, posto que, na visão de parte da elite, permitir essas práticas era uma forma de evitar um mal maior. Comumente as reuniões dos negros eram chamadas de batuques. Estes eram vistos como momentos “em que se evitavam cautelosamente as desordens, mas em que

²⁸¹CARVALHO, Marcus J.M. Os símbolos do “progresso” e a “populaça” do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998 p. 69

²⁸²GOMES, Flávio Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista in: **Tempo** vol. 1 Rio de Janeiro, 1996 p.13

²⁸³ Ver tabela 5 desse trabalho

²⁸⁴ Diário de Pernambuco 01.07.1845 MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2. reinado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996p. 60

²⁸⁵ Diário de Pernambuco 28/03/1845 RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa**. Recife: FUNCULTURA, 2004 p.57

²⁸⁶ Ibid.p.57

lavrava o entusiasmo, ou pela reunião de negros de ambos os sexos, e pelo excesso de bebidas espirituosas, ou pela esperança de futura e próxima liberdade”.²⁸⁷

As autoridades assim chamavam qualquer “toque de tambores”, segundo Marina de Melo e Souza, podiam envolver “adivinhações, possessão pelos espíritos e ritos africanos que buscam maximizar a ventura, identificados a feitiçarias e pactos com o demônio”.²⁸⁸ Mas não podemos ter certeza se relatavam um divertimento com intensas batidas dos tambores, uma cerimônia religiosa ou ainda outra coisa. No Vocabulário Pernambucano, batuque aparece como:

Sussurro, vozeria, alteração, berreiro, bulha, barulho, e daí a locução Batuque de cuia, que já vem de longe, como a encontramos, servindo de título a um artigo publicado no periódico *A Sentinella da Liberdade* no seu n.16 de 1848. Dança africana ao estrepito de instrumentos de percussão.²⁸⁹

Em 29 de junho de 1829, Patrício Rodrigues Ventura, Juiz de Paz da Paróquia de São Lourenço, escreveu ao Presidente da Província sobre João Pataca, um dos líderes do Quilombo de Catucá.²⁹⁰ No ofício, Ventura informa, entre outras coisas que os quilombolas estavam, “tomando todo o gás de tudo se apoderam (...) trocando-se dinheiros de ouro, e prata, muito comer, muita aguardente, muito batuque, tanto de dia como de noite”.²⁹¹

João Pataca, acompanhado pelo seu grupo, tinha a liberdade de circular nos arredores de Goiana, Tejucupapo e outros povoados que margeiam a fronteira entre

²⁸⁷ Carta de Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9 Vol. 05(1815-1817) fls. 113/116v. Porto de Pedras, 22.03.0816 Apud SILVA, Luiz Geraldo Sementes da Sedição in: *Afro-Asia* n°25. 2001. p. 40

²⁸⁸ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2001 p.231

²⁸⁹ COSTA, F.A. Pereira da **Vocabulário Pernambucano** Recife: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1976 p.89

²⁹⁰ Enquanto existiu, o quilombo efetivamente influenciou a lógica e o ritmo da resistência escrava em Pernambuco. Ocupava as margens da fronteira agrícola da mata norte, tendo início no subúrbio do complexo urbano Recife-Olinda, era dividido em diversos núcleos, sendo dois principais um próximo a Goiana e um na chamada Cova da Onça. Por volta desse ano o Quilombo tradicionalmente conhecido pela liderança de Malunguinho, tinha a liderança dividida em grupos. Dois grupos sob as lideranças de João Bamba e o de João Pataca. Enquanto “João Bamba fosse acusado de perpetrar toda a sorte de atos ilegais, inclusive crimes de morte, Pataca aparentemente tinha pouco ou nenhum respeito pelas autoridades constituídas ou pela religião cristã”: Ver CARVALHO, Marcus J. M. de A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juizes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. (org.) **Ordem & Polícia: controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX**. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007. p.44

²⁹¹ APEJE Juiz de Paz 1 29/06/1829 fl. 210-212v

Pernambuco e Paraíba, o que demonstra um grau de legitimidade por parte do quilombo nas cercanias das matas da região.²⁹²

Pataca mandou dois quilombolas sondarem a praia de Ponta de Pedra “e como lhe asegurassem os tais observadores, que nada tinham a temer, livremente ali batucaram, e conviveram desde o dia 24, até a madrugada do dia 28”.²⁹³ Depois de batucarem em Ponta de Pedra, os quilombolas ainda foram para Tabatinga onde passaram o dia e tardinha; foram para a Povoação da Matriz de São Lourenço de Tejucupao, aonde compraram pólvora e beberam aguardente. Ficaram até as sete da noite para ir a uma outra localidade de Tejucupapo, “batucaram toda a noite ate amanhecer”.²⁹⁴

Os dias escolhidos para batucar estão associados a duas importantes festas do calendário católico no Brasil: São João e São Pedro. Não era a primeira vez que os batuques de Pataca coincidiam com as festas do calendário cristão, na véspera de Santo Antônio, batucou na senzala do Engenho Macaco.²⁹⁵ As festividades juninas são bastante celebradas na província de Pernambuco. “No nosso Pernambuco a véspera e dia de São João são dias de regozijo, e grandes folgares do Povo. Todo o mundo arma sua fogueira; por toda a parte arranjam se bolos, tiram-se sortes, e soltam-se foguetes.”²⁹⁶

Em tempo de festas como estas do mês de junho, a população se reunia nos locais dos festejos e o aparato repressor do Estado era ainda mais solicitado. O Juiz de Paz do Poço da Panela enviou ofícios em 06 e 18 de julho, e em 03 de agosto solicitando ajuda para a manutenção da ordem, usando como um dos argumentos que “a urgência que apresenta o tempo atual que por ser de festa, e aqui se reunir grande número de pessoas, aparecem frequentemente os roubos, e as desordens são cotidianas, não escapando destas fatalidades, às vezes nem mesmo o inocente viajante.”²⁹⁷

²⁹² CARVALHO, Marcus J. M. de “Aí Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. **Tempo**- UFF- Departamento de História. Vol. 7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002

²⁹³ APEJE JUÍZES DE PAZ, vol. 1, 29/06/1829 f.212 e 212v

²⁹⁴ APEJE JUÍZES DE PAZ, vol. 1, 29/06/1829 f.212 e 212v

²⁹⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de A Vossa Senhoria (...) Op. Cit. p.45

²⁹⁶ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 05.07.1837

²⁹⁷ BPPE Documentos do arquivo 14.10.1835 pp.503-505

Talvez a confusão provocada pelas festas, ajudasse a justificar a tolerância a quatro dias de batucadas dos quilombolas nas praias de Ponta de Pedra, em um período que havia um enorme receio da resistência escrava. Além do que passar quatro dias batucando, ou mesmo em outras práticas de divertimentos representava um controle sobre o uso do tempo que não era permitido a muitos na sociedade. Evitar a longa duração dos divertimentos dos populares era outra preocupação das autoridades, até porque controlar vários dias de festas seguidos é uma tarefa bem mais complicada que manter a ordem em um dia de festividade. Em festividades de maior proporção e duração era inclusive mais difícil saber as diversas práticas de divertimentos que pequenos grupos poderiam optar para ocupar sua festa.

O controle às maneiras que os divertimentos aconteciam era urgente, não apenas para evitar desordens, mas porque essa era uma forma de se contribuir para a adequação da sociedade a nova imagem de “civilizada” que pretendia se enquadrar a cidade. Tal questão será discutida no próximo capítulo.

Capítulo 3: Espaço urbano, cotidiano e divertimentos

A aglomeração urbana tornava mais estreita a relação entre as pessoas, o que poderia facilitar encontros com as mais diversas intenções, segundo Raimundo Arrais a cidade era “o lugar onde se concentram as possibilidades de concretização da civilização, contraposta à barbárie que grassara nos campos, e se reproduzia em alguns redutos malditos da cidade”²⁹⁸. Nos dias corriqueiros, as ruas eram palcos privilegiados para o desenvolvimento de sociabilidades urbanas. Houve desde o início do século XIX, uma nova significação do Espaço Público, segundo Gilberto Freyre “a rua foi deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados, por onde o pé bem calçado do burguês tinha de andar com jeito senão se emporcalhava todo, para ganhar em dignidade e em importância social.”²⁹⁹ Alguns dos prazeres que poderiam ser desfrutados nas cidades, eram combatidos pela elite que organizava a sociedade. Para normatizar o espaço público, uma das alternativas foi o controle das práticas de divertimento que a cidade proporcionava.

3.1 Divertimentos Apropriados: tentativas de implementação.

Adequar as maneiras de como as pessoas se divertiam era necessário, ainda que esse processo fosse lento, e, por vezes, não aparentasse surtir efeito. Segundo Alexandre Mansur Barata, na primeira metade do século XIX. “interiorizavam-se novos vínculos de pertencimento coletivo”³⁰⁰, e portanto era essencial que fosse estabelecido nas cidades um padrão de comportamento condizente com a imagem que se almejava, inspirada em modelos europeus. No Recife, o mundo novo mesclava-se com o antigo nessa construção. Os novos costumes que se instauravam também eram alvos de críticas e estranhamentos, muitas vezes por permitirem uma maior liberdade no comportamento,

o tempo de hoje está muito diferente do tempo antigo. Naquele assim que dava Ave Maria tudo se punha a rezar, e ao depois, uns liam, outros comiam, outros dormiam, e etc.; hoje pelo contrário a essa hora é que os rapazes se

²⁹⁸ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX** São Paulo : Humanitas, 2004 p.13

²⁹⁹FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano** 16ªed. São Paulo: Global, 2006 p. 31

³⁰⁰BARATA, Alexandre Mansur. Do Secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 p.67

aprontam para o teatro (que é o Candeia); as raparigas se espartilham para o passeio, e as mãos por baixo se preparam para a ronda³⁰¹

Entre os espaços que a cidade do Recife oferecia para os divertimentos quando não se tratava de um dia festivo, estavam as construções onde pequenos grupos podiam se reunir. Entre esses, tinha destaque o teatro. Enquanto construção física, na sociedade do Recife da primeira metade do século XIX, era considerado um prédio urbano destinado ao uso e recreio³⁰², mas além de um simples espaço físico, o palco do teatro era uma representação da sociedade.

Era um local privilegiado para a prática da cultura de diversas sociedades e em diferentes épocas. Segundo Denise Moura na “América Portuguesa a manifestação teatral foi um dos recursos de catequese empregado pelos jesuítas.”³⁰³, havendo após 1822 uma revitalização da atividade teatral que foi vinculada “ao processo de transformações econômicas e instauração de uma nova ordem política”³⁰⁴,

De acordo com Silvia Cristina Martins de Souza, o ato de ir para o teatro era uma maneira de se divertir e de “efetivar práticas autônomas e próprias de aproveitamento do tempo livre”³⁰⁵, além do que o teatro era “um dos espaços de manifestação cultural e de diversão pública mais significativos da cidade no decorrer do século XIX e um dos seus símbolos de 'civilidade’”³⁰⁶. As modificações no modo de vida, especialmente, das classes dominantes, eram especialmente sentidas nesse mundo de exibição e sociabilidade que era o teatro.

³⁰¹ APEJE O CANDEIA 23.11.1832

³⁰² Decreto nº 152, de 16 de Abril de 1842 REGULAMENTO PARA A ARRECADAÇÃO DA DÉCIMA URBANA Art. 2º São prédios urbanos todos os situados dentro dos limites da Cidade, ou de lugares notáveis, compreendido na demarcação, que possam servir de habitação, uso e recreio, como casas, chácaras ou quintas, coqueiras, cavalariças, senzalas, barracas, telheiros, trapiches, armazéns, lojas, teatros, estalagens, fabricas e quaisquer outros edifícios, seja qual for a denominação e forma que tenham, e a matéria empregada na sua construção, e cobertura, com tanto que sejam imóveis, ou não possam ser transferidos de um para outro lugar sem se destruírem. Art. 3º Não são sujeitos á imposição da Décima urbana: 1º, os palácios, quintas e quaisquer prédios reservados para habitação e recreio de Sua Majestade o Imperador, e Sua Augusta Família: 2º, os edifícios de propriedade nacional, qualquer que seja a sua denominação: 3º, os prédios pertencentes ás Santas Casas de Misericórdia, aos Hospitais de Caridade e ao Recolhimento dos Órfãos e Expostos: 4º, os Templos ou as Igrejas, Catedral e Matrizes e as Capelas e Conventos das Ordens Religiosas: 5º, o Paço Episcopal e o da Municipalidade: e 6º, os matadouros públicos

³⁰³ MOURA, Denise Sociedade Movediça Op. Cit. p.163

³⁰⁴ Ibid p.164

³⁰⁵ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: **Dimensões**-Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº17, 2005. P.42

³⁰⁶ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite Op.Cit P. 36

Ao anunciar a venda de assinaturas semestrais que iram se realizar no teatro, o empresário anunciou: “Esperamos que mui principalmente os Senhores Acadêmicos concorram a assinar para um tão licito, e cômodo divertimento, que sendo somente um em cada semana, muito contribuirá para a recreação do Espírito, no meio da fadiga dos seus laboriosos Estudos”³⁰⁷ Os problemas da moral e dos bons costumes no teatro estavam entre os mais criticados do período. Entre os membros da elite, os estudantes deveriam ser uma das parcelas mais dispostas a conviver nesse ambiente.

Não é à toa a preferência do empresário do Teatro. Se na cidade não houvesse um espaço para se assistir a representações que se desejassem, criava-se. Em 1838, o Presidente da Província responde a um ofício do Subprefeito do Recife que informava o fato de “alguns estudantes do curso jurídico de Olinda, tendo alugado uma casa para nela fazerem representações teatrais as quais concorrem por convite grande número de pessoas”, Os acadêmicos estariam recusando-se a “consentir que o Subprefeito da Freguesia de São Pedro Mártir tenha inspeção nas ditas representações, que se levassem a cena, como ele pretende.”³⁰⁸.

As casas eram espaços privados e os Subprefeitos eram responsáveis pelo policiamento dos espaços públicos. Segundo José de Souza Martins a “diferença entre a rua e a casa é muito sutil na nossa cultura”³⁰⁹. Mas em alguns momentos era reafirmada, como bem afirmou o Presidente da Província:

tenho de significar a Vossa Senhoria, que sendo particulares as representações dadas por aqueles Estudantes para seu recreio, e não devendo a casa respectiva ser considerada como compreendida nas disposições do artigo 221 do código crime, nenhum direito tem o Sub-Prefeito da Freguesia mencionada para assistir as representações e muito menos para conhecer a moralidade das peças que haveriam de ser levadas a cena por não ser pessoa competentemente autorizada para isso, embora se acha revestido da qualidade de Agente Policial cumprindo tão somente que V. S. tenha conhecimento da reunião, que os acadêmicos pretenderem fazer para suas representações, e que empregue então os meios que julgar acertados para obstar que se cometam distúrbios e desordens³¹⁰

³⁰⁷ FUNDAJ. Diário de Pernambuco 04.04.1834

³⁰⁸ APEJE Secretaria de Segurança Pública 1076 25.08.1838

³⁰⁹ MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples p. 85

³¹⁰ APEJE Secretaria de Segurança Pública 1076 25.08.1838

As autoridades públicas precisavam respeitar o espaço das casas. A seção VI do código criminal de 1830 destina-se a “Entrada na casa alheia”³¹¹. Não era permitida a entrada de uma autoridade pública na casa de cidadãos, sem a prévia autorização. Talvez o grande número de pessoas reunidas tenha lhe dado a ideia de que se tratava de uma casa pública, como o eram “as casas publicas de estalagem, e de jogo, e as lojas de bebidas, tabernas, e outras semelhantes”³¹², nas quais o código criminal autorizava a entrada das autoridades enquanto estivessem funcionando. A confusão sobre a definição dos espaços públicos era recorrente nesse período, delimitar o que era de fato privado nessa sociedade era difícil, especialmente se pensarmos que a vida privada não era um modo dominante de viver nessa sociedade.

A negativa para a inspeção do Subprefeito, também fora influenciada pelo fato do diretor do curso jurídico de Olinda ter informado que os acadêmicos “tem até agora procedido com suas representações com decência, moderação e sossego.”³¹³. O Subprefeito não necessitaria, dessa forma, desrespeitar o espaço privado da casa, embora inicialmente tenha acreditado ter o direito de assistir a um espetáculo que se realizaria naquela casa alugada.

O Recife não contava com um teatro que estivesse de acordo com os novos ideais de civilidade que se buscavam implementar. Além dos problemas quanto a estrutura física desse ambiente, havia os problemas que envolviam o público que o frequentava. Mas o que se via no teatro possivelmente poderia ser um reflexo do que se tinha na sociedade. Como afirma um poema de 1852 sobre o Teatro São Francisco, conhecido como Capoeira:

E também por galhofeira,
Vi fazer grande inferneira,
Em bando de três e quatro,

³¹¹ A entrada em uma casa sem o consentimento de quem nela mora poderia levar a prisão de dois a seis meses e uma multa correspondente á metade do tempo Não sendo punível a entrada por causa de incêndio ou ruína, inundação, por ter havido um pedido de socorro, ou de se estar na casa cometendo algum crime de violência contra pessoa. A entrada na casa de dia poderia levar a uma pena de um a três meses e multa correspondente á metade do tempo. Sendo permitida a entrada na casa do cidadão de dia nos casos em que se permuta de noite, em casos de flagrante delito, ou seguindo-se um réu em flagrante, ou quando em conformidade com a lei precisa-se proceder a prisão de algum delinqüente ou mesmo a apreensão de objetos conseguidos por meios criminosos, para a “investiga  o de instrumentos, ou vestígios de delito, ou de contrabandos, e à penhora, ou sequestro de bens, que se ocultam, ou negam.

³¹² Cole  o de Leis do Império do Brasil - 1830 , Página 142 Vol. 1 Art 214

³¹³ APEJE Secretaria de Segurança Pública 1076 25.08.1838

No pobre e velho Capoeira.

Apenas soava um péo,
Rompia um duro escarcéu,
Sem respeitar as famílias,
Nem da polícia as vigílias,
Andava tudo em boléo.

Nem o som da sinfonia,
Nem a cena da arrepia,
Nem o baiano dançado,
Nem o lundum bem chorado.
Acalmava a gritaria.³¹⁴

As reclamações são diversas sobre o comportamento das pessoas nos teatros do Recife na primeira metade do século XIX. O Comandante da guarda do Teatro prendeu ao paisano Malaquias Vicêncio “por estar fumando em despeito as ordens estabelecidas no mesmo teatro.”³¹⁵ Em 1835 o Chefe de Polícia estava saindo de um espetáculo teatral e estando descendo as escadas, ao chegar no último degrau ouviu “a bulha de uma pedra que vinha pelas mesmas escadas”³¹⁶

Sem saber se a pedra havia sido arremessada ou “arrojada casualmente”, afinal se tratava de um teatro repleto de problemas em sua estrutura física. Resolveu virar-se para averiguar e no princípio da escada estava o preto forro, solteiro, oficial de Alfaiate Justino da Costa “que foi logo preso”³¹⁷, para averiguações. Ele podia simplesmente estar descendo as escadas e ao perceber a pedra caindo tivesse parado, talvez até para evitar cair junto com ela. É razoável pensarmos que ele não deveria ser o único a estar descendo as escadas, Justino podia ser um dos que ao frequentar aquele ambiente participava da bagunça que ocorria ali e o Chefe de polícia poderia já o estar observando e isso somado a sua cor pode ter corroborado para sua rápida prisão.

Os responsáveis pelo teatro não estavam alheios a necessidade de “civilização”. Buscava-se enfatizar ações em prol da civilização e dos bons costumes nos espetáculos executados nos palcos dos teatros, buscando atrair um novo público, possivelmente as pessoas que compunham a nata da sociedade pernambucana. Um aviso assinado por “O

³¹⁴COSTA, F.A. Pereira da. Anais Pernambucanos Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 1852

³¹⁵ APEJE Prefeitura de Comarca 01 18.07.1836 f.122

³¹⁶BPPE.Documentos do Arquivo do Governo. Correspondência de 1835 Imprensa Oficial.Recife.1937 11.08.1835 p.459

³¹⁷Ibid p.459

Candeia” reclamava que quando o novo empresário do Teatro de Olinda assumiu, “afirmou e persuadiu ao publico banir de suas vistas a presença de Meretrizes no Teatro, e continuou, a ferir-nos as vistas com os mesmos objetos impuros de que tanto censurou, e que hoje fazem o constante e guapo ornamento do Teatro.”³¹⁸

No entanto a presença de pessoas que tanto incomodavam as “boas famílias” não deixou de ser uma realidade nos teatros, até porque como afirma Silvia Cristina Martins de Souza “as platéias pareciam resistir a ‘civilizar-se’.”³¹⁹ Seus esforços de civilização não obtiveram o sucesso almejado. Uma crítica publicada no Diário de Pernambuco aos problemas do teatro da cidade, afirmou que o empresário do teatro tem prometido diversas medidas para transformar a imagem do teatro em algo condizente com os ideais de civilidade vigentes. “Principiou dizendo que tinha uma Iluminação do gosto de Paris nunca vista nos Teatros do Brasil, sendo esta a mais ridícula que tem aparecido”³²⁰ Organizar um divertimento em um local iluminado, agregava a possibilidade de poder se assistir com detalhes toda a beleza do que se organizou, aparentava ainda uma maior impressão de segurança. A iluminação funcionava como um atrativo para pessoas que buscavam ver um espetáculo.

O empresário do Teatro, Francisco de Freitas Gambôa, também buscou investir em outros aspectos da estrutura da cidade, ofereceu “por intermédio do Delegado encarregado da inspeção do mesmo Teatro, o produto de um benefício mensal de sua empresa para ser aplicado à construção da Casa de Correção”³²¹ a ser projetada pelo presidente da província. Segundo Gambôa, isso representaria um capital de cinco contos por ano. Essa era uma forma de colaborar com a “civilidade” da cidade, já que as práticas carcerárias do Recife na primeira metade do século XIX, segundo Flávio Albuquerque Neto, não eram “condizentes com um país que queria se mostrar moderno e liberal, inserido no rol das nações civilizadas.”³²²

³¹⁸ FUNDAJ Diário de Pernambuco 21.03.1834

³¹⁹ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: **Dimensões**-Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº17, 2005. P.38

³²⁰ FUNDAJ Diário de Pernambuco 21.03.1834

³²¹ APEJE Polícia Civil 03 02.06.1842

³²² ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. Recife, 2008. 148 folhas : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008. p.85

Os esforços para modificar a imagem do teatro não obtiveram o sucesso almejado. Como afirma Isabel Arrais, nem “os esforços do empresário Gamboa, que administrou o teatro de 1827 a 1850, tentando melhorá-lo, produziram resultados.”³²³ Em meados do século XIX, a solução pensada pelo Conde da Boa Vista para sanar tal problema foi a construção de um espaço que servisse para a distinção cultural, foi a construção de um novo teatro que servisse como uma casa para espetáculos civilizados. Chamou para efetivar tal construção o Engenheiro Francês Vauthier, que pôs em prática diversas obras que não simplesmente modificaram a estrutura física da cidade, mas também as formas de circulação, de trabalho e de divertimento. No ano de 1841 teve início a construção do Teatro Santa Isabel, “apenas inaugurado em 1850. Ele foi um espaço de entretenimento e sociabilidade das elites pernambucanas, bastante influenciado, pela cultura europeia.”³²⁴

Um outro espaço muito usado para a sociabilidade eram as pontes. Em uma cidade cercada por águas é imprescindível a presença de inúmeras pontes na paisagem urbana. Para transitar entre os bairros centrais do aglomerado urbano era quase uma obrigação passar por alguma delas. As pontes, mais que servir como simples passagens, eram tradicionais pontos de encontros. Segundo Raimundo Arrais, entre “os moradores do Recife, os mais frequentados locais de encontro e passeio eram os banquinhos na ponte da Boa Vista, que longe estavam de servir de lugar de elegância.”³²⁵

³²³ ARRAIS, Isabel Concessa Pinheiro de Alencar. **Teatro Santa Isabel** : biografia de uma casa de espetáculos . Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências; Humanas. Departamento de Historia. Recife, 1995. P. 19

³²⁴ LIMA, Tatiana Silva de. **Os nós que alforriam**: relações sociais na construção da liberdade, Recife, décadas de 1840 e 1850. Recife, 2004. 156 folhas : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004. ?p.51

³²⁵ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX São Paulo : Humanitas, 2004 p.240



Figura 5 Schlappriz, Luis Ponte da Boa Vista [1863-68] Biblioteca Nacional (Brasil)

As pontes eram um ponto de encontro para as mais diversas classes sociais, ainda que em horários diferentes. Um Jornal chamado “A Ponte da Boa Vista” publicou sobre o cotidiano na ponte homônima, “Apenas são cinco horas começam a encher-se os bancos, e começa a grande seca, risos, e gritarias até que as horas chegam de uns procurarem o chá, e Voltarete, outros as danças, e músicas, e finalmente alguns o que lhes vem às vendas”. Enquanto permaneciam na ponte, as pessoas também aproveitavam para se atualizarem sobre o que acontecia na sociedade, num período de tamanhas discussões políticas que tomavam conta de Pernambuco, era preciso se ter cuidado com o que se conversava e com quem ouvia tais conversas. No jornal “Miscelânea Periodiqueira” alertava-se:

Avisa-se aos Senhores, que costumam ir tomar fresco, e papear nos assentos da ponte da Boa Vista, tenham muito cuidado em um estafermo, que para ali se encaminha sempre, e põe de parte a ouvir tudo, que se conversa a fim de fazer queixa a nosso Senhor D. Pedro, quando chegar.”³²⁶

³²⁶ APEJE A Miscelânea Periodiqueira 27.07.1833

Depois que os que chegavam para os finais de tarde na ponte “deixam então os assentos, que substituídos são imediatamente por Franceses, e Ingleses, que poderão maldizer, porém a Ponte os não entende”. Com a noite o público da ponte mudava novamente. Ainda segundo o editor do Jornal a Ponte da Boa Vista, “quando escuras as noites são os bancos deparado sítio para certa gentinha de timão, que se mais não faz é porque o lampião pouco mostra.”³²⁷ Pouco se sabe sobre o que essa “gentina de timão” fazia. Os espaços e as práticas ocupados pelas camadas mais baixas da população são mais dificilmente captados pelas fontes.

A preocupação com os perigos que as camadas populares representavam potencializava-se nesse momento do dia. Diversos crimes podiam ser escondidos pela escuridão. Mas se a escuridão podia representar um perigo a moral pública devemos lembrar que, como disse Jacques Le Goff, a “noite foi e ainda é o tempo de certas festas”³²⁸ e este período era também o que muitos populares livres do trabalho podiam divertir-se. Se se reclamava que na cidade do Recife faltavam espaços apropriados para o divertimento dito civilizado, foi preciso estabelecer uma vigilância a algumas práticas consideradas mais perigosas.

3.2 Divertimentos perigosos: entre a convivência e as proibições

Não se podia afirmar que no Recife faltavam oportunidades e espaços onde as pessoas podiam se divertir de uma forma diferente ao que a elite entendia por civilizado. Como afirma C.L.R. James em relação a São Domingos, “sobravam ocasiões para as pessoas se reunirem em devassidão”³²⁹ A vigilância a esses momentos foi uma das estratégias usadas pelas autoridades para manter a ordem e a tranquilidade pública na primeira metade do século XIX.

Mudanças de hábitos, costumes, mudanças institucionais, além de uma série de agitações, rebeliões, insurreições, motins marcaram esse período. Recife era uma cidade em brasas acesas, as elites disputavam no âmbito do poder central e também no local. A participação dos “homens comuns” nesse quadro foi essencial. Seja participando das

³²⁷ APEJE A Ponte da Boa Vista 11.06.1835

³²⁸ LE GOFF, Jacques; FERREIRA, Irene; LEITÃO, Bernardo; BORGES, Suzana Ferreira (Trad.). **História e memória**. 5.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p.509

³²⁹ JAMES, C.L.R **Os jacobinos negros** Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos São Paulo:Editorial Bomtempo. 2000 p.44 EM relação a São Domingos

lutas da elite, seja empreendendo suas próprias lutas. Todas as parcelas da população contribuíram para que a cidade fosse tomada por um clima de insegurança. A conjuntura do momento corroborou para que “o temor das elites e autoridades, em relação a possíveis desordens públicas e arruaças, tornava-se mais intenso frente ao clima de instabilidade social e político vivido nos primeiros anos do Império.”.³³⁰

No Brasil Império, vários foram os obstáculos criados para o divertimento, especialmente, dos escravos e homens livres pobres. O aumento da vigilância e das restrições às classes populares eram desdobramentos lógicos, decorrentes do processo de formação, organização e consolidação do Estado Nacional, surgiram, então, uma série de instâncias repressivas, justapostas, paralelas e com atribuições que muitas vezes se cruzavam.

A costumeira convivência em espaços de sociabilidade precisava ser controlada, afinal os divertimentos não poderiam ocorrer a qualquer dia, em qualquer hora e de qualquer maneira. Houve ocasiões em que a diversão podia ser vista como maléfica para a sociedade. Proibir tais práticas não era uma resolução simples. A questão do maior controle ou da maior tolerância as sociabilidades dos cativos e homens livres pobres foi uma discussão recorrente; afinal, no discurso das elites, os homens comuns eram os maiores responsáveis pelos problemas que o lazer representava para a sociedade.

Moderar a mobilidade dos segmentos sociais, reprimir e tentar levar para o controle municipal as práticas lúdicas e festivas populares (capoeiras, danças de negros, a festa do Rosário, as congadas, o jogo de Búzios, a dança dos caiapós, a festa do Divino Espírito Santo), coibir o costume de reuniões de ruas, nas tabernas, ou seja, refrear uma costumeira convivência orgânica, principalmente entre os segmentos populares, escravos, forros e livres, foi parte da ação autoritária e repressiva da obra de formação do Estado Nacional traduzida na atuação do poder articulado entre província e municipalidade.³³¹

As leis visavam coibir de forma conjunta o comportamento dos escravos e homens livres pobres. Natalie Davis ressalta que a distinção entre as camadas populares na França do século XVIII não poderia ser feita “apenas ao longo de um mesmo eixo no qual um comerciante difere de um artesão, mas também ao longo de um outro eixo no

³³⁰ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo : entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996. p.159

³³¹ MOURA, Denise. Controle social no uso do espaço público (São Paulo, 1808-1850) in: **Dimensões-Revista De História da UFES** nº12, 2001 pp.131-132

qual o critério é o controle sobre recursos expressivos e emocionais”³³² A cidade muitas vezes aproximava essas pessoas, em meio aos momentos de descontração, encontros eram forjados, amizades construídas, amores traçados, decepções vivenciadas, oportunidades conquistadas e essas situações podiam ser mais fortes que uma diferença jurídica no dia-a-dia dessas pessoas.

Havia uma vida em comum entre esses homens nas cidades brasileiras do século XIX, segundo Clarissa Nunes Maia era mesmo impossível controlar um sem controlar o outro. Escravos e homens livres pobres, ainda que diferentes até mesmo pela definição jurídica de coisa e pessoa, viviam parte de suas vidas juntos, posto que a condição jurídica não era a única a definir as relações de convivência cotidiana. Na definição do comportamento cotidiano das pessoas, como lembra Ezio Bittencourt, “a cultura desempenha papel fundamental condicionando-o às normas, valores, padrões, crenças, símbolos e conhecimentos, forjados pela sociedade.”³³³

Durante os momentos de lazer, escravos e homens livres pobres teciam importantes sociabilidades e definiam muitas das regras próprias a seus grupos; forjavam nesses espaços sua cultura e muitas vezes estes padrões iam de encontro ao definido pelas elites. Alguns hábitos eram especialmente combatidos, por serem símbolos dessa desordem. Batusques, bebedeiras, tavernas, casa de jogos foram algumas das práticas e locais definidos pelas autoridades e pela elite do Recife do século XIX, como sendo potencialmente perigosos.

Os costumes populares muitas vezes criticados faziam parte da realidade dos divertimentos de diversas parcelas da sociedade. Por um quarto de hora o grupo que acompanhava o francês Tollenare parou “em um pequeno povoado, à beira-mar, chamado Boa Viagem” encontrou um grupo de “crioulos brasileiros” que haviam reservado o dia para dormir, estavam em frente às suas casas, “para gozar da frescura da noite. As raparigas cantavam e as mulheres dançavam ao som de suas canções”³³⁴ Afirmou tratar-se que a “expressão lasciva” dessas danças assemelhava-se a dos negros.

³³² DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

³³³ BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional - Panorama da história de Rio Grande**/Ezio Bittencourt. – Rio Grande: Ed. Furg, 1999. p.83

³³⁴ TOLLENARE, L.F. de O Eito e a Senzala in: SILVA, Bruno, Ernani e RIEDEL, Diáulas, **Os canaviais e os mocambos Paraíba, Pernambuco e alagoas**. São Paulo. Ed. Cultrix, 1961

Apesar de ser perceptível o distanciamento que buscou estabelecer na escrita quanto as canções que eram executadas nesses ambientes, não se pode deixar de observar que o francês se atraiu pelo que viu, e fez questão de registrar tal situação em seus relatos assim que chegou ao seu destino, ainda que tivesse “um pouco atordoado pela viagem”.

Mas o grupo do qual Tollenare participava não se limitou a olhar tal dança estranha a seus costumes. Segundo o francês, “Esta boa gente nos recebeu com muita cordialidade, e nos forçou a aceitar um gole de genebra.”³³⁵ Mais que servir como um motor nas ocasiões de divertimento, a bebida tinha uma importante função social, possibilitava mesmo a convivência entre pessoas de diferentes camadas de sociedade.

A curiosidade e atração pelo divertimento não era exclusividade do viajante. Algumas vezes os senhores olhavam de perto os divertimentos dos seus escravos, como o Engenheiro Vauthier relatou em seu diário que em um de seus passeios noturnos no Recife pode ir até as proximidades da Ponte d’Uchoa a “a Casa de Mme C. que assistia às danças de seus negros.”³³⁶ Seja por gostar do que via ou por que fazia parte do controle aos seus cativos, a Madame dedicou um tempo dos primeiros dias do seu ano a assistir a dança de seus cativos.

Assim como a Mme C. alguns senhores reconheciam os hábitos festivos dos cativos, o fato de se reconhecer um costume, não implica em não criar obstáculos para ele³³⁷. Havia também os senhores que buscavam evitar, a todo custo, presença de seus cativos nesses espaços de divertimentos. João Inácio Ribeiro Barros, subdelegado do Poço da Panela, afirmou:

os meus escravos não saem da minha propriedade, nem eu consinto que se separem de casa pois que vão as vendas, embebedam-se e brigam, uns com os outros, resultando ferimentos e perda de serviço, para evitar tudo isto faço-os até dormir debaixo de chave.³³⁸

O hábito de beber visto como potencialmente perigoso pelo Juiz de Paz era uma presença constante nas práticas de divertimento. A Bebida era um frequente constitutivo

³³⁵ TOLLENARE, L.F. de O Eito e a Senzala in: SILVA, Bruno, Erneni e RIEDEL, Diaulas, **Os canaviais e os mocambos Paraiba, Pernambuco e alagoas**. São Paulo. Ed. Cultrix, 1961 p.56

³³⁶ VAUTHIER, Diário íntimo 3 de janeiro de 1841 in: FREYRE, Gilberto. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul, pref. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960

³³⁷ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998p.89

³³⁸ APEJE Polícia Civil 14 25.11.1847

da vida cotidiana, para anestesiar uma vida de dissabores³³⁹. O álcool de acordo com Julita Scarano funcionava como

um motor capaz de dar mais vigor as danças e aos cânticos, estreitar, mesmo que temporariamente, as amizades e fazer com que as pessoas tivessem alguma oportunidade de dar razão a seus sentimentos, participar do mundo circundante, mostrar enfim, sua humanidade.³⁴⁰

A bebida podia inviabilizar a realização de alguns trabalhos. O Reverendo Frei Manoel do Santo Sepulcro, franciscano Capelão da Fortaleza do Brum foi suspenso de seu cargo pelo presidente da província, “pelo seu estado contínuo de embriaguês, na qual insulta todas as pessoas com palavras indecentes e fica grande número de dias consecutivos privado de poder celebrar.”³⁴¹

Se a bebida inviabilizava o capelão de realizar suas atividades, podia ser uma aliada de alguns para enfrentar as intempéries do dia-a-dia. A preta liberta Luzia tentou fazer-se passar por ébria para poder proferir palavras obscenas e ofensivas da moral pública em altas vozes no distrito do Carmo³⁴². A embriaguez podia servir como uma máscara para justificar certos comportamentos não tolerados a uma pessoa sóbria. As posturas previam uma multa de quatro a oito réis, ou não podendo pagar a pena de quatro a oito dias de cadeia a “toda a pessoa, que em qualquer lugar público, injuriar a outrem com palavras infamantes”³⁴³. Talvez fingir-se de ébria tenha sido uma maneira de tentar evitar tal punição.

O consumo de bebidas era uma prática comum às diversas camadas sociais, havendo uma diferença no tipo de bebida de acordo com a posição social, segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, “vinho para os mais abastados, jeribita ou cachaça para os pobres e remediados”³⁴⁴. Desde o século XVI, a sociedade colonial brasileira tinha a aguardente entre seus produtos de consumo habituais, seja entre a população em geral,

³³⁹ SILVA, Maciel Henrique. Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras in: **Mneme** Revista de Humanidades v. 7 n.15 2005 p.10

³⁴⁰ SCARANO, Julita Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001 p. 479

³⁴¹ BPPE Documentos do Arquivo do Governo. Correspondência de 1835 Imprensa Oficial. Recife. 1937 11.08.1835 p.55

³⁴² APEJE Prefeitura de Comarca 01 12.11.1836 f.282

³⁴³ Artigo 2º do Título 11º das posturas da câmara de 1831, Sobre Vozerias, injúrias, indecências e palavras obscenas nas ruas, contra a modéstia publica e polícia sobre os pretos. In: Diário de Pernambuco 13/12/1831

³⁴⁴ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa, A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, 1745 in: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001 p. 427

seja entre as classes subalternas. Segundo Ricardo Souza

A cachaça nasceu e consolidou-se como um produto de baixo status não apenas em termos de consumo, mas também em termos de produção. Sua própria distribuição e venda se deram, muitas vezes, às margens da lei ou em pequenos estabelecimentos, agregando, em sínteses, os desclassificados e marginalizados do sistema.³⁴⁵

Apesar dessa associação, como afirma Ricardo Luiz de Souza durante o século XIX o consumo de aguardente de cana, difundiu-se largamente e tinha aceitação em todas as camadas sociais. Segundo Mary C. Karasch “os mais abastados consumiam- a [aguardente de cana] como aperitivo em momentos de relaxamento e convívio social após o jantar”³⁴⁶ Para os escravos era uma bebida de primeira necessidade, um socorro para conseguir resistir a tão grande esforço empreendido no trabalho, afinal a bebida alcoólica, além do prazer báquico e de servir como remédio frente aos castigos recebidos e injustiças sofridas, tinha agregado um valor nutritivo, era a caloria mais barata que os pobres podiam comprar, era um importante suplemento das suas dietas inadequadas. Para Julita Scarano, a “convicção de que se deve fornecer aguardente para os que pretendem realizar um trabalho visto como difícil, foi comum a vários períodos.”³⁴⁷

A aguardente também estava presente nos rituais religiosos dos escravos, nos quais eram feitas oferendas com bebidas. Quando se fala de Exu, o mensageiro dos Orixás, a cachaça é ingrediente que não pode faltar na homenagem, há pontos de jongos e candomblés dedicados à pinga³⁴⁸ O consumo de aguardente era visto de forma dúbia, ao mesmo tempo em que representava um problema em potencial, também era elemento intermediador de relações sociais.

Bacquaqua, um dos poucos escravos a escrever sobre sua vida, associou uma menor rentabilidade a um dos seus senhores por parte dos seus “companheiros de

³⁴⁵SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da colônia ao século XX. **Revista de Estudos Históricos**, FGV, v. 33, p. 56-75, 2004 p. 2

³⁴⁶KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000 p.85

³⁴⁷SCARANO, Julita Bebida alcoólica *Op.Cit* p. 470

³⁴⁸GONÇALVES, Andréa Lisly e VENÂNCIO, Renato Pinto. Aguardente e Sedição em Ouro-Preto (1831-1833) in: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.) . **Álcool e drogas na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

cativeiro” de serem “muito dados a bebida”³⁴⁹, como não conseguiu vantagens por poupar-se desse hábito, resolveu igualar-se aos seus companheiros de escravidão e embriagar-se, “que a aguardente esteve associada a contextos de rebeldia é inegável, que ela tenha sido a causa desencadeadora da rebeldia é no mínimo questionável”.³⁵⁰ Segundo Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares a embriaguez era o delito de maior repetição e que igualava os dois sexos no conjunto da população africana no Rio de Janeiro do século XIX³⁵¹

Como afirma Carlo Magno Guimarães a “presença de aguardente e de outros tipos de bebidas alcoólicas nas sociedades escravistas foi uma constante”³⁵² tanto no âmbito do consumo interno quanto no externo. Apesar de toda essa diferença entre as bebidas, podemos afirmar como foi dito em um diálogo Comico-Patusco que teve como cenário a Praça da Boa Vista “A cachaça, que é branca, e o vinho que é roxo igualmente embeberam”³⁵³

O comércio de bebida era lucrativo, a cobrança de um imposto de 20% sobre a venda de aguardentes serviu de motivação para uma sedição em Minas Gerais na década de 1830³⁵⁴. Em Pernambuco, no ano de 1836, cobrava-se “quarenta reis em Canada de aguardente, vinhos, licores, e mais bebidas espirituosas consumidas na Província”³⁵⁵ O menor José Leandro do Rego e o escravo Joaquim foram presos “por terem arrombado uma pipa da Alfândega, e estarem a furtar o vinho dela”³⁵⁶ Os dois podiam estar tirando o vinho para negociar por um preço mais baixo ao consumidor ou simplesmente bebendo sem ter que pagar.

Segundo Wellington Silva nas “ocorrências policiais da época, é muito comum

³⁴⁹LARA, Sílvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua **Revista Brasileira de História**, v. 8, n.16, 269-284.1988 p.275

³⁵⁰ GUIMARÃES, Carlo Magno, op. Cit p. 102

³⁵¹GOMES, Flávio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio Líbano “Dizem as Quitadeiras...” Ocupações urbanas e identidades em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX in: **ACERVO** Rio de Janeiro, vol 15 n°2 2002 p. 11

³⁵² GUIMARÃES, Carlo Magno. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.) . **Álcool e drogas na história do Brasil**. Op. Citp. 122

³⁵³ APEJE O Mesquita Junior 25.03.1836

³⁵⁴GONÇALVES, Andréa Lisly e VENÂNCIO, Renato Pinto. Aguardente e Sedição em Ouro-Preto (1831-1833) in: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.) . **Álcool e drogas na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

³⁵⁵APEJE LEIS-PE 1836 Lei n° 24 p.40

³⁵⁶ APEJE Prefeitura de Comarca 01 25.10.1836 f.256

encontrarmos registros de pessoas que caíram nas garras da polícia por que estavam se entretendo em batuques e bebedeiras (...), outras tantas eram presas por estarem embriagadas.³⁵⁷ A embriaguez não era um problema apenas por si só, ela era associada a outros problemas. No ano de 1836 entre as prisões feitas por embriaguês pelos Prefeitos de Comarca da Cidade do Recife a embriaguês foi associada à desordem, perturbação do sossego público, agressões físicas, porte de armas, desrespeito a autoridade policial, perturbação do trabalho dos colégios eleitorais, insultos³⁵⁸.

Não é de se estranhar a prisão de algumas pessoas por tentar inserir cachaça na cadeia. A mameluca Ana Rita foi presa por estar tentando introduzir na cadeia “três bexigas cheias de aguardente”³⁵⁹ A parda Maria da Luz por diversas ocasiões introduzia bebida na cadeia, em uma dessas vezes o Carcereiro da Cadeia do Recife, a encontrou “com uma bexiga cheia de aguardente para a introduzir na prisão.” Talvez nessa ocasião o carcereiro resolveu não colaborar com essa prática tão corriqueira no período. Segundo Flávio de Albuquerque Neto um dos problemas das cadeias brasileiras na primeira metade do século XIX era a negligência da carceragem. Por vezes, os carcereiros, que até a década de 1840 não recebiam ordenado fixo, viam na venda de benefícios para os presos uma possibilidade de ganhar algum dinheiro extra, o fornecimento de bebidas era apenas um desses.³⁶⁰

Durante os períodos de confusão entre as elites, as ruas eram tomadas por um clima de insegurança. Em 1831, Pernambuco passou por um período tenso. Em setembro, ocorreu uma quartelada na qual a soldadesca juntou-se com uma parcela da população e tomou as ruas do Recife. Como diz Marcus Carvalho, “Setembro de 1831 foi uma deserção em massa (...) 36 horas de gritaria, saque e bebedeira, e depois foram para casa”³⁶¹ Mesmo após efetivamente acabado o movimento, o clima de insegurança permaneceu.

³⁵⁷ SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna nesta cidade é um quilombo...” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de **História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. P.175

³⁵⁸ Ocorrências referentes ao livro APEJE Prefeitura de Comarca 01

³⁵⁹ APEJE Prefeitura de Comarca 01 12.10.1836 f.234

³⁶⁰ ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. Recife, 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008. Pp.54-55.

³⁶¹ CARVALHO, Marcus J. M. De O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levianos no Recife em 1831. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998 p.127

Depois de controlada essas revoltas observa-se uma maior preocupação com os momentos de lazer das classes subalternas. Marcus Carvalho afirma que “logo depois da Setembrizada, a Câmara Municipal resolveu proibir o livre comércio de garapa (...). Em dezembro uma postura proibia a presença de negros e ‘vadios’ dentro dos locais onde se vendiam bebidas alcoólicas.”³⁶², além disso, as mesmas posturas, previam que os donos de barracas, botequins e tavernas que vendessem “bebidas espirituosas a pessoas embriagadas, ou loucas incorrerão na pena de 8\$rs.”³⁶³. Um outro ponto de destaque dessa política de controle, foi a vigilância a certos espaços de divertimentos da cidade tidos como potencialmente perigosos, como veremos no próximo item.

3.3 Espaços perigosos: Casa de jogos, vendas, tabernas e botequins.

Os jogos eram uma prática de divertimento comum na sociedade. Alguns destes como os jogos de azar, eram práticas arraigadas e combatidas na cidade. Segundo Marta Abreu, “os jogos em geral tornar-se-iam um importante aspecto da gestão da polícia municipal ao longo do século XIX”³⁶⁴. Os jogos de azar traziam consigo a promessa de lucro rápido e por mais que se perdesse dinheiro, podia-se atribuir essa fatalidade ao azar e esperar que a próxima rodada trouxesse a sorte e compensasse o que havia perdido. O Presidente da Província, em 1832, escreveu ao Juiz de Paz de Santo Antônio que foi “informado de que continuam a existir casas de jogos proibidos, onde filhos famílias e homens casados tem feito consideráveis prejuízos”³⁶⁵. A preocupação com o dinheiro para sustentar família era especialmente grave em uma cidade que passava por problemas financeiros e convivia com a grande incidência da moeda falsa e de desemprego.

Talvez, para esses homens, o risco dos prejuízos fosse esquecido, frente à promessa de um ganho financeiro rápido e fácil que os jogos prometiam. Se boa parte dos apostadores tinham prejuízos financeiros como afirmou o presidente da província, alguns, ocasionalmente, ganhavam algum dinheiro. Ganhar e perder eram parte do jogo.

³⁶²CARVALHO, Marcus J. M. De Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras**: políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998, p. 122

³⁶³FUNDAJ. Diário de Pernambuco 23.12.1831 título 13º das Posturas da Camara.

³⁶⁴ABREU, Marta. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999. p.219

³⁶⁵APEJE Ofícios de Governo 27.10.183237 f.80v e 81

Para certas pessoas a sorte não era a fonte do lucro com o jogo. Para os responsáveis pelos jogos, o lucro era quase certo. Podia até mesmo ser um lucrativo negócio de família. Segundo o Presidente da Província “denunciou-se me uma no Pátio do Hospital do Rosário, de que é dono um Fernando de tal, irmão do Luiz Cadete, de que um outro ofício falei a VS^a indicando que também dava casa de jogo na rua do Rosário.”³⁶⁶ Algumas famílias como a de Luiz Cadete parece que faziam dessas combatidas casas de jogos um negócio com o qual se sustentavam e aos seus.

No dia 14 de janeiro de 1840, o pardo Pedro Chrisostimo da Cunha foi preso pelo sub-prefeito de Olinda, “por ser dado ao ofício de jogador”³⁶⁷. Devia de fato passar muito tempo jogando, talvez conseguisse ganhar algum dinheiro e sobreviver com os jogos, podia ter alguns macetes que favorecessem sua sorte e talvez por isso tenha provocado as autoridades a o prender. Um empregado público que tinha um ordenado de 400 réis, com fama de ladrão, “joga grosso, roda peças, e perde patações, e patações e mais patações”³⁶⁸

Segundo Solimar Oliveira Lima o “jogo seria utilizado pelos escravos como forma de acumular recursos, visando à compra de produtos de consumo e, quiça, da própria alforria”³⁶⁹ Em 1831, o Juiz de Paz da Boa Vista destacou que entre as ações que poderiam contribuir para evitar desordens estava fazer cumprir a efetiva prática dos jogos com que “se costuma roubar os miseráveis, e inespertos homens, que vulgarmente se dizem Matutos, e seduzir os escravos para perderem os dinheiros, que recebem de seus Srs. para compras de viveres, e outras precisões”³⁷⁰

Talvez os escravos pudessem jogar o dinheiro dado pelos senhores para as compras e conseguir algum capital para eles. É possível pensar que para um escravo uma racional seria a aplicação de seu dinheiro na compra da alforria. Mas talvez com isso estejamos querendo impor ser a possibilidade de conseguir a condição jurídica de pessoa que definiria as escolhas da vida de um cativo, até porque não havia garantia que se conseguiria guardar aos poucos a quantia necessária de forma clandestina para garantir sua condição de ser livre.

³⁶⁶ APEJE Ofícios de Governo 27.10.183237 f.80v e 81

³⁶⁷ APEJE Prefeitura de Comarca 14 p. 15

³⁶⁸ FUNDAJ Diário de Pernambuco 04.04.1834

³⁶⁹ LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa**: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul (1818-1833) 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. P. 98

³⁷⁰ FUNDAJ. Diário de Pernambuco 05.08.1831

As maneiras de um escravo usufruir do seu dinheiro podiam ser as mais diversas. Como afirma Marcus Carvalho, a “liberdade é um processo de conquistas”³⁷¹, cabia a cada escravo decidir como aproveitar o seu tempo livre e seu dinheiro. Aproveitar os prazeres proporcionados pelo ambiente festivo talvez fosse ainda mais interessante³⁷² para alguns escravos que juntar suas economias para comprar uma incerta liberdade jurídica. É relevante lembrar que no período estudado a alforria ainda dependia da vontade do senhor e podia mesmo ser revogada³⁷³.

Segundo Janote Pires Marques, “diante dessa alforria cambaleante que muitos negros não só fugiram, mas, também, viram nas atividades festivas uma forma de resistência e desdobramento da liberdade”³⁷⁴. As liberdades temporárias podiam ainda ser mais palpáveis e interessantes frente as grandes privações e sofrimentos pelos quais um escravo precisava passar. Em um momento de descontração pode-se ter a impressão de autonomia, muitas vezes provocadas pelos excessos que tais momentos permitiam.

Muitos desses jogos também podiam acontecer em outros pontos comuns de lazer dos populares: as vendas, tabernas e botequins. Esses eram segundo Wellington Silva “espaços de convivência e também dentro das limitações da época, de lazer para a imensa maioria da população recifense.”³⁷⁵ Nesses ambientes discutia-se de tudo e por mais que a temática fosse “séria” havia um clima mais descontraído, provocado muitas vezes pelo consumo de álcool. A taberna era um ponto de encontro e diversão onde todos podiam entrar, local de desclassificados e despossuídos de toda sorte, era um ambiente potencialmente perigoso, parte imprescindível do mundo de lazer popular, e as proibições não conseguiam desfazer essa realidade.

³⁷¹CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife (1822-1850)**- pp.213-214

³⁷² Uma das formas que corriqueiramente os escravos usavam seu dinheiro era para o financiamento das festas que celebravam os Santos de devoção, e dos reis festivos, tradição comum durante o Brasil escravista. Tal costume tem influência da tradição centro-africana de enviar tributos aos reis e chefes tribais. Ao doar “esmolas” para a festa, tinham a convicção de que este investimento voltaria não apenas na forma da festa, mas também como harmonia e bem-estar das pessoas garantidos pelo bom governo do rei”. Além do que a boa celebração dos santos de devoção era uma forma de se investir no pós-morte, e essa era uma sociedade que vivia pensando na hora da morte. Ver: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte:** Editora UFMG, 2002 p.211

³⁷³ Só com 1871 os escravos passam a possuir esse direito garantido pela legislação brasileira. Com a lei nº2.040 de 28 de setembro de 1871

³⁷⁴MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza.** Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900); Fortaleza:Expressão Gráfica, 2009 p.71

³⁷⁵SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna *Op. Cit* p.183

Mas a nós historiadores é “possível apenas cogitar o universo de preocupações que mediava as conversas dos segmentos sociais pela investigação na documentação.”³⁷⁶ Como afirma Wellington Silva nas “tabernas, a cultura do branco pobre se entrelaçava com a cultura do negro (escravo ou livre)”³⁷⁷ As tavernas estavam cotidianamente cheias de “homens comuns”, afinal esse era um dos lugares em que transcorriam as atividades lúdicas da população pobre.

As vendas eram locais fechados onde muitas coisas aconteciam dentro de seu recinto, por isso temos que considerar que tais ambientes permitiam certos acertos e liberdades, por suas características físicas. Como afirma Michel Ralle: “Entre quatro paredes, os atos tornam-se menos visíveis e, portanto, menos suscetíveis a atrair um público mais variado do qual uma parte seria sensível ao divertimento”³⁷⁸ As vendas nesse período, mesmo sendo um recinto privado, não eram recintos isolados, como podemos ver na figura de Rugendas abaixo.



Figura 6: Venda no Recife- RUGENDAS

Eduardo França Paiva afirma que “Rugendas compôs uma cena idealizada, mas a partir daquilo que ele costumava ver no Recife, no Rio de Janeiro, nas Minas

³⁷⁶ MOURA, Denise A. Soares de. **Sociedade Moviêça**: Economia, Cultura e Relações Sociais em São Paulo (1808-1850)- Editora UNESP p.82

³⁷⁷ SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna *Op. Cit.* P.183

³⁷⁸ RALLE, Michel A festa militante. O Espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha 1850-1920) in: BATALHA, Cláudio M. Batalha, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (orgs.), **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004 p.82

Gerais.”³⁷⁹ Mas pela sua imagem podemos perceber diversas situações de sociabilidades. Alguns negros conversam, descansam do trabalho, uma mulher aparece largada na porta. Dentro do espaço da venda alguns homens conversam, entretêm-se com um menino.

Enquanto o frade, dentro da venda, leva a boca um copo com refresco, água, ou até mesmo um pouco de vinho, na rua, mais precisamente na esquina, uma mulher negra parece vender um colar à sinhazinha que se encontra na sacada da parte superior do sobrado. Pausa para os prazeres mundanos lá dentro circularidade de culturas cá fora³⁸⁰

Nesses momentos também se podia aproveitar para desenvolverem longas conversas, quando se atualizava do que ocorria na sociedade, muitas vezes presenciando a leitura de algum impresso, afinal as tabernas como lembra Adriana Silva eram os “locais nos quais circulavam os impressos”³⁸¹ Essas vendas, tavernas, botequins serviam também para discussão política. Além do que, como afirma Maria Alexandre Lousada, as épocas de transformação política são geralmente acompanhadas de politização intensa, então “o poder está em jogo em todo o lado, os diversos espaços da vida social politizam-se”³⁸² Tais estabelecimentos eram locais onde se podia conquistar a simpatia entre os seus frequentadores, onde no meio da euforia das brincadeiras se forjava amizades. Os políticos sabiam usar tal situação para garantir o apoio das camadas populares. Segundo Marcelo Mac Cord: “Para angariar simpatizantes entre os trabalhadores urbanos do Recife, por exemplo, o próprio ex-Presidente da Província poderia ser visto brindando em botequins”³⁸³

A construção de redes de clientela era um dos objetivos de se frequentar tais ambientes. Sabe-se que uma das características do Brasil império era a rede de clientelismo. “O poder fluía simultaneamente ‘de cima para baixo e através do presidente provincial, e de ‘baixo para cima’, dos mandachuvas locais ao presidente e

³⁷⁹ PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 p.63

³⁸⁰ Ibid. p.62

³⁸¹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p.293

³⁸² LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998 p.149

³⁸³ MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros : uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** Campinas: Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009 p.66

até o Gabinete.”³⁸⁴ Esses homens possivelmente divertiam-se nesses ambientes. Ao irem a uma festa na Estância, alguns membros que ocupavam o governo provisório de Pernambuco no período da conquista da independência brasileira, “acharam a Pedroso em uma das palhoças, rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no colo; e vendo os provisórios, lhes disse entre outras parvoíces: sempre estimei muito esta cor, é a minha gente.”³⁸⁵

O Editor do jornal “O Mesquita Junior” ironizou o fato das pessoas muitas vezes usarem como pretexto a discussão política para irem às vendas e ao chegarem por lá o que faziam mesmo era aproveitar os prazeres que tais casas públicas, que vendiam bebidas espirituosas, possibilitavam.

Vou para a venda
Fazer um Progresso
Em vão me chamam
Para o Regresso

Ai! Progressismo
Só eu sei dele;
Dizei Patuscos
Peid... pra eles

Vazar garrafas
Com bom sucesso
Pregar um saque
Eis meu progresso³⁸⁶

Ir aos botequins parecia ser uma opção feita por muitos da sociedade. João Gomes e João Carmo estavam desde o escurecer na casa de Maria Joaquina do Espírito Santo, conhecida por Fulustreca, e por volta das oito horas da noite João Gomes fez o convite para irem cear em um botequim no Bairro do Recife. Maria Joaquina afirma que quando lhes disseram o destino ela pedira para que eles de caminho conduzissem Severina e Rosinha que moravam na Rua da Senzala Velha.³⁸⁷

Optaram por irem ao botequim no beco dos portos, pertencente a um Vicente de tal, e lá ficaram até as onze horas aproximadamente. Onde, segundos os mesmos,

³⁸⁴ GRAHAM, Richard.. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1997 p.198

³⁸⁵ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Tomo II, p. 269-270, Recife, 1972 apud FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996 p. 183

³⁸⁶ APEJE O Mesquita Junior 29.03.1836

³⁸⁷ Memorial da Justiça de Pernambuco. BR PE PJ MJ TR PROCESSO APELAÇÃO CR 1845 f.9v

cearam.³⁸⁸ Fazer refeições em um botequim era a opção comum no período. O Editor do *Miscelânea periodiqueira* questiona esse hábito em seu jornal:

O que são 40 réis? Quem é, que faz caso de 2 vinténs? Não se gasta, e desbarata grosso dinheiro em tanta despesa supérflua, e até em coisas criminosas? Aqueles dente vós, que põem no gafau punhados, e punhados de patações de raminho, aqueles que compram foguetes véspera de Santo Antônio, e São João, aqueles que dão 5 a 6 mil réis por um casal de pombos só pelo gosto de os ouvir bater, os que dão por um cavalo 400\$ réis, os que compram ricos óculos, tendo a vista mais aguda, que um lince, os que vão almoçar aos botequins, podendo almoçar mais barato em suas casas, os que compram violão sem saber tocar, etc. etc., com que consciência farão beicinho para despender uns tristes dois vinténs, muitas vezes tirados ainda quentinhos da sua mesma fábrica?³⁸⁹

A lista de despesas supérfluas e “criminosas” na visão do Editor da *Miscelânea periodiqueira* incluía, entre os vários gastos com divertimentos, alguns como os fogos que podiam ser comuns a diversas classes, mas dificilmente alguém das camadas populares iria comprar um casal de pombos para os ouvir bater as asas. Outros investiam em itens do vestuário, ou em adquirir um instrumento. Havia diversos estabelecimentos que buscavam atrair esses gastos “supérfluos”. O botequim da rua do Rosário D. 6 que se denomina Cova da Onça oferecia diversos itens publicando no *Diário de Pernambuco* os seguintes preços³⁹⁰

Tabela 6: Preços anunciados do Botequim da Cova da Onça em 1830

Garrafa de Licor (amêndoas, rosa, anis cravo, hortelã, pimenta e canela) fora o casco	280
Garrafa de Licor (amêndoas, rosa, anis cravo, hortelã, pimenta e canela) com o casco	320
Jantar a um	280
Almoços de Café e leite	80
Café sem leite	20
Vinho do Porto (garrafa)	160

Comida e bebida eram os atrativos que se anunciavam, mas a escolha por fazer uma refeição em um botequim envolvia bem mais que o simples consumo de comida e bebida. No botequim de Vicente de tal puderam conversar, encontrar alguns que faziam parte dos seus grupos de sociabilidade. Sabemos que ao menos além da companhia das duas mulheres que “de caminho conduziram” Severina e Rosinha, ainda tiveram a

³⁸⁸ Memorial da Justiça de Pernambuco. BR PE PJ MJ TR PROCESSO APELAÇÃO CR 1845 f.5v

³⁸⁹ APEJE A *Miscelânea Periodiqueira* 27.07.1833

³⁹⁰ APEJE *Diário de Pernambuco* – 18.09.1830

companhia do sapateiro pardo Francisco dos Santos e de Aninha Gorda, Cordolina e Rosinha. Nessas três horas em que permaneceram, fizeram bem mais que comer.

Nesses locais, os populares podiam conversar nas horas de descanso ou no fim do dia, ou intercalando com momentos de trabalho. Lá podiam aproveitar para jogar, ou mesmo ter conversas sobre o que se passava pela sociedade; ou simplesmente “afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano.”³⁹¹

As posturas municipais preocupavam-se em controlar a presença dos populares nesses ambientes. Proibia-se que “todas as casas publicas de bebidas, tavernas, ou barracas, que venderem molhados”³⁹² que “no tempo em que estiverem abertas de dia, ou de noite, não admitirão ajuntamentos de pretos, e vadios dentro delas, logo que estiverem providos da mercadoria, fazendo os imediatamente sair”³⁹³ Esses ambientes, segundo Sidney Chalhoub, também tinham um papel fundamental na distribuição de alimentos para a população de baixa renda³⁹⁴

Como importante ponto de abastecimento era comum as pessoas fazerem como Manoel Teixeira dos Reis Cavalcante, branco, solteiro, corretor de cargas que foi até a venda de Manoel Pequeno para buscar “umas coisas que lhe eram necessárias”³⁹⁵. Essa era uma das motivações para se ir a tais pontos de compra e venda, mas, se esse era o pretexto, muitos tornavam tais compras momentos mais longos e aproveitavam a ocasião para outras práticas. Tanto que as posturas também proibiam

nas casas de bebidas, tavernas, e barracas, ajuntamento de pessoas com tocatas, e danças, assim tão bem descantes pelas ruas, em horas silenciosas; salvo nas noites de festas Publicas da Nação, em encomendações de almas por qualquer pretexto, que sejam³⁹⁶

Em um dia de festa, os donos de vendas e tabernas deveriam estar preparados para receberem em seu estabelecimento um maior número de frequentadores, afinal o fluxo de pessoas aumentava. Segundo Denise Moura, “ajuntamentos públicos populares aconteciam todos os dias, já que compunham a tessitura da sobrevivência, mas eram

³⁹¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque 2ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2001 p.257

³⁹² FUNDAJ Diário de Pernambuco 20.12.1831

³⁹³ FUNDAJ Diário de Pernambuco 20.12.1831

³⁹⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: *Op.Cit.* p. 259

³⁹⁵ IAHGPE Queixa Recife 1844 Segundo Cartório do Crime Comarca do Recife Autor Manoel do Nascimento Pinheiro Réu: José Malaquias da Fonseca f.9

³⁹⁶ FUNDAJ Diário de Pernambuco 23.12.1831 O parágrafo 6 título 13 das Posturas de 1831

muito mais consistentes e demorados nos dias santos”³⁹⁷ Possivelmente a venda de Manoel Pequeninino devia estar repleta de gente no dia de Santo Antônio, afinal essa venda ladeava a Igreja do Terço, importante templo religioso da cidade do Recife.

Quando no fim da missa em homenagem ao Santo do dia ocorrera uma confusão entre Manoel do Nascimento Pinheiro que havia saído da celebração religiosa e entrou na venda e encontrou José Malaquias da Fonseca com quem teve uma discussão que chamou a atenção de várias pessoas que estavam nos arredores dessa, como a do sapateiro Manoel da Conceição, pardo, casado, também estava nas redondezas da venda, “avisando gente para a guarda”³⁹⁸ quando encontrou um soldado da sua companhia na calçada da dita venda e ao parar para conversar com ele e ouviu Manoel de dentro da venda chamar José de ladrão, porque não pagava o que lhe devia, ocorrendo então uma briga entre os dois.

Os ajuntamentos também podiam facilitar os problemas para os próprios taberneiros. O crioulo Manoel Marques furtou um queijo de uma taberna e quando voltou a mesma para roubar o segundo foi preso pelo clarim do corpo policial³⁹⁹ Quem sabe não pretendia usar esses queijos para beber em outra taberna, afinal era comum os taberneiros receberem objetos furtados, estes muitas vezes ignoravam as origens dos objetos com os quais faziam negócio, até mesmo para manter o sustento.⁴⁰⁰ É preciso considerar que se o dono do botequim exercia o controle sobre os que frequentavam seu estabelecimento, também faziam parte do mundo dos populares, como afirma Sidney Chalhoub, compartilhavam com eles sua visão das coisas e assimilavam seu código de condutas⁴⁰¹

O crioulo Lourenço Justo foi encontrado apedrejando uma taberna e não apresentou um motivo para isso, sendo por isso preso. As tensões e conflitos cotidianos faziam parte das tabernas e botequins, espaços privilegiados para a convivência dos populares que enchiam as ruas o Recife de vida. Segundo Sidney Chalhoub a repressão policial era uma contrapartida inevitável do mundo do lazer popular⁴⁰² Não é à toa, que

³⁹⁷ MOURA, Denise . **Sociedade movediça** Op.Cit p.206

³⁹⁸ IAHGPE Queixa Recife 1844 Segundo Cartório do Crime Comarca do Recife Autor Manoel do Nascimento Pinheiro Réu: José Malaquias da Fonseca fls. 12v/13

³⁹⁹ APEJE Prefeitura de Comarca 01 14.11.1836 f.284

⁴⁰⁰ SILVA, Wellington Barbosa da. Cada taberna *Op.Cit* P.185

⁴⁰¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho**, *Op. Cit.* p. 265

⁴⁰² *Ibid* p. 254

as autoridades preocupavam-se, no dia-a-dia, em controlar o cotidiano das tavernas, principalmente no que se refere ao controle dos seus frequentadores mais assíduos: as classes subalternas.

Em 10 de junho de 1829, no Diário de Pernambuco, foi publicada a carta de um leitor, cujo pseudônimo era ADMIRADO e afirmava não morar no Recife. Escreveu sobre uma conversa que ouvira entre dois homens em um botequim que lhe causou admiração. Uma das questões levantadas foi acerca de um edital publicado por um Juiz de Paz que ordenara “que logo que tocasse o sino da Matriz às nove horas da noite, todas as tavernas do seu bairro se fechariam sob pena de serem os taverneiros condenados”. O admirado ainda escreve, na mesma carta, que o Juiz de Paz não faz rondas noturnas para constatar o cumprimento de tal proibição.

O Juiz de Paz da freguesia da Sé, em 1829, reclamou do ajuntamento de “escravos e pessoas forras da plebe” em horas da noite, nas tavernas que “por bebedeira se tornavam turbulentos”⁴⁰³, reiterando a existência de editais que proíbem essas atitudes e afirmou que ao chegar a sua janela, à noite, observou uma taberna aberta e “viu vindo daquele lugar vários escravos em desordens e bebedeiras, saiu para ver o taberneiro desobediente e era Manoel Alves Lopes”⁴⁰⁴ que ainda estava com sua taberna aberta com escravos dentro. Houve, nas posturas de 1831, a preocupação com o horário de funcionamento desses locais, determinava-se: “Todas as casas publicas de bebidas, tavernas, ou barracas que venderem molhados, serão fechadas ao toque de recolher”⁴⁰⁵

Podemos perceber nas proibições uma grande preocupação em manter fechadas as tavernas especialmente à noite. Vale lembrar que era na calada da noite que alguns escravos e outros indivíduos da “ínfima classe” buscavam, longe da vigilância dos senhores e do aparato repressivo, formas alternativas de divertimento. Com diz Bruno Câmara era “nessas horas que os taberneiros e vendilhões da cidade mais se contentavam. Afinal, o som de cobre tilintando em suas gavetas era dos mais aprazíveis”⁴⁰⁶.

⁴⁰³ APEJE Juizes de Paz 12.05.1829

⁴⁰⁴ APEJE Juizes de Paz 12.05.1829

⁴⁰⁵ APEJE Diário de Pernambuco 20.12.1831

⁴⁰⁶ CÂMARA, Bruno *Op. Cit*, p.86

Fazia-se mesmo associações diretas entre esse espaço e a resistência escrava, no Diário de Pernambuco, em 1831, foi publicado que cada taberna na cidade era um quilombo e cada taberneiro um Malunguinho.⁴⁰⁷ A associação da taberna com a confusão é reveladora e sintomática de que muitas decisões e contatos dos escravos e homens livres pobres do Recife deveriam acontecer além das intensas brigas que transparecem nas fontes policiais, judiciais ou mesmo nos jornais, especialmente se considerarmos o fato de “momentos que poderíamos chamar de ‘descontração e cumplicidade’ estavam estritamente relacionados com tensões e conflitos”⁴⁰⁸.

Várias são as prisões como a do escravo Joaquim “por ter sido encontrado em desordem em uma taberna”⁴⁰⁹, ou a da preta Maria da Penha e do branco Jose Ignácio Coelho “por terem sido encontrados em desordem às sete horas e meia da noite em uma taberna”⁴¹⁰ Luiz Pires foi preso às oito horas “em princípio de desordem e lhe ser achado um prego grande”. O escravo Antônio foi preso e processado pelo crime de Ofensas físicas, por envolver-se em uma confusão com a “patrulha rondante” do Barro. A prisão teve início pelo fato de ele não querer sair de uma taberna.

Até por que no botequim, segundo Denise Moura, “as hierarquias sociais dissolviam-se a ponto de a farda não inibir manifestações de destemor e valentia. Nos botequins, todos se igualavam, cabendo a cada um defender sua moral perante os outros.”⁴¹¹ Nesses ambientes em que constantemente ocorriam confusões ligadas ao consumo de álcool, os homens corriqueiramente gabavam-se de suas proezas e valentia. Ser vítima de humilhação em um local assim não era algo facilmente aceito. Alguns recusavam-se a se humilharem diante de agentes brutais e arbitrários do Estado, prosseguindo com suas reuniões ou mesmo os enfrentando.

Alguns policiais frequentavam corriqueiramente tais ambientes sem a finalidade

⁴⁰⁷ Malunguinho foi um dos principais líderes do Quilombo de Catucá, Um dos mais importantes quilombos de Recife no século XIX. Este quilombo resistiu aos ataques das elites senhoriais por cerca de duas décadas. Tornou-se um grande pesadelo para as autoridades pernambucasas. Ver: CARVALHO, Marcus J.M. de. O Quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco in: REIS, João José e GOMES Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio-História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

⁴⁰⁸ LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa**: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul(1818-1833) 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 97

⁴⁰⁹ LAPEH DIÁRIO DE PERNAMBUCO 19.01.1837

⁴¹⁰ LAPEH DIÁRIO DE PERNAMBUCO 23.01.1837

⁴¹¹ MOURA, Denise. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas:Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998 pp. 259-260

de colaborar com a ordem e tranquilidade e nesse ambiente de descontração deixavam de representar o controle social para ser o objeto de preocupação, nesses ambientes os “soldados, comumente demonstravam publicamente sua força. Francisco e Mariano, soldados pareciam nesse espaço habitualmente demonstrar publicamente a sua força. O soldado da 4ª companhia Mariano Candido de Siqueira foi preso pelo seu Comandante por diversas faltas entre elas a de se ter “de todo entregado a crápula a ponto de andar pelas tavernas brigando com os pretos”⁴¹². O soldado do Batalhão 54, Francisco de Oliveira, foi preso por estar em uma taverna espancando os que nela entravam.⁴¹³

O espaço da taberna também era visto como um palco privilegiado para rixas⁴¹⁴ transformarem-se efetivamente em um conflito violento entre as partes. Em junho de 1848 o 5º Batalhão da Guarda Nacional passava pela Rua Imperial para comparecer ao Embarque de Vicente Pires Mota que fora anunciado um dia antes no Diário de Pernambuco,⁴¹⁵ quando de acordo com o tenente da primeira companhia desse batalhão Manoel Joaquim Ferreira Esteves, conhecido como inspetor Bodé, Felipe José de Souza colocou-se “na porta de uma taberna” passou a dirigir vários insultos ao Chefe do Batalhão em particular e ao batalhão como um todo. Os insultos eram de “corja de cabanos e ladrões”.⁴¹⁶

Tais gritos funcionaram como um desafio a uma companhia da Guarda Nacional, especialmente por ter ocorrido em um dia em que estavam em formação dirigindo-se para a despedida de um Presidente da Província ligado as disputas políticas do período. Estavam todos adequadamente fardados, preparados para fazer uma exibição pública de sua importância. Os xingamentos em um dia como esse dificilmente

⁴¹² APEJE Polícia Militar 01 19.03.1832 f.215

⁴¹³ APEJE Polícia Militar 01 p.392

⁴¹⁴ Entendidas como uma “situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente ao conflito direto entre os contendores” CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: Op.Cit.** P.310

⁴¹⁵ LAPEH. Diário de Pernambuco 18.09.1848 “Amanhã (19) apartar-se-há de nós o Exm .Sr. Dr. Vicente Pires da Motta, seguindo para a corte a bordo do vapor Imperatriz!” No dia da despedida do ex-presidente da Província formaram para dar as devidas continências a Guarda Nacional e a Tropa de Linha formaram para dar as devidas continências na Rua da Cruz e no largo do Arsenal da Marinha. Houve salvas nas fortalezas e navios de Guerra que estavam no Porto quando suspendeu “ancora o vapor que o conduzia” as 14:30. Ao Cais do Arsenal compareceram “grande número de pessoas de todas as planas. Muitas ainda foram a bordo para “dizer-lhe o último adeus”.

⁴¹⁶ IAHGPE Denúncia-crime 1848 Segundo Cartório Crime Comarca do Recife Autor a justiça Réu Felipe José de Souza f.4

seriam desconsiderados, especialmente esses de forte cunho político em um período que os ânimos estavam acirrados na província. Vale ressaltar que esse foi o ano da Praieira.

Além do que, Manoel da Rocha Soares afirmou que o inspetor Bodé, como era conhecido o tenente, “é inimigo figaldal(sic) do réu desde a época em que sendo inspetor de quartirão prendera um seu caixeiro”. A inimizade entre os que frequentavam tais ambientes era um dos motivos que comumente ocasionavam manifestações de violência. O Réu Filipe afirmou que quando era inspetor dos Afogados prendeu um português caixeiro de Manoel Joaquim Ferreira Esteves em 1846. E em novembro de 1847 tiveram outra briga por motivos eleitorais. Poderes políticos e pessoais misturaram-se nesse caso, e o resultado foi a prisão de Filipe.

O primeiro tenente justificou que deveria ser ele o responsável por prendê-lo não apenas por ser pessoa do povo, mas também por estar “na qualidade de inspetor do 3º quartirão da freguesia de São José.”⁴¹⁷. Felipe José de Souza não aceitou a voz de prisão dada pelo Inspetor Bodé, e de acordo com este se armou de uma espada e “resistiu fortemente à prisão”. Algumas testemunhas relatam a agressividade da Guarda Nacional para realizar a prisão. Herminigildo Neto de Azevedo Coutinho afirmou que ouviu “vozerias de mata este cabra, e imediatamente debandou o Batalhão a invadir a casa do réu” alguns inclusive com as baionetas empunhadas. Manoel da Rocha Soares disse que a Guarda Nacional invadiu a casa do réu, “insultando com palavras de ladrão, cabras e mata este assassino.”⁴¹⁸, estando alguns oficiais com as espadas desembainhadas e apontadas para o peito do réu. Disse ainda que, ao tentar defender o réu, foi insultado pela Guarda Nacional.

Por motivos diversos tabernas e botequins eram frequentemente tomados por confusões, e esse era um dos motivos usados para justificar a repressão aos espaços de lazer dos populares. Claro que havia outros motivos específicos. Para os populares do Recife na primeira metade do século XIX eram eles que deveriam escolher como gastar seu tempo e dinheiro. A vigilância a esses locais foi parte importante da política de contenção de desordens, malgrado as proibições, tabernas, botequins, vendas, casa de jogos continuaram a ser parte imprescindível do lazer.

⁴¹⁷ IAHGPE Denúncia-crime 1848 Segundo Cartório Crime Comarca do Recife Autor a justiça Réu Felipe José de Souza f.4

⁴¹⁸ IAHGPE Denúncia-crime 1848 Segundo Cartório Crime Comarca do Recife Autor a justiça Réu Felipe José de Souza f.13

Considerações Finais

“Os prazeres são indispensáveis a vida, e não uma coisa que vem depois de muitas outras.”⁴¹⁹

Richard HOGGART - As utilizações da cultura

O lazer consiste num fator essencial do cotidiano. Fonte de tensões múltiplas, frequentemente é ressaltada sua função de válvula de escape, como resalta o historiador Célio Miranda ao intercalar “momentos de profunda explosão, o lazer vai regulando os instintos em situações mais moderadas”⁴²⁰. As diferentes formas de diversão estão relacionadas com seu tempo, nos permitindo observar os valores estruturais que compõe a sociedade. Servindo tanto para evidenciar conflitos entre as diferentes camadas da sociedade, como para perceber valores e divergências dentro de um mesmo grupo.

Na primeira metade do século XIX, os divertimentos foram combatidos e estimulados e o equilíbrio nessa dosagem foi diretamente influenciado pela conjuntura do período. Houve a tentativa de inserção de mudanças na prática do lazer, precisando-se adequar as novidades aos costumes tradicionais, tendo em vista que estes ainda mantinham forte influência na sociedade buscava implementar.

Estas mudanças ocorriam, em parte, devido a necessidade de “civilizar” a sociedade, como visto frequentemente pela ótica dos discursos da elite. Andrea Mazzano e Victor Andrade de Melo, afirmam que às diversões da cidade atestavam o seu grau de civilização⁴²¹. Novas formas para as pessoas divertirem-se eram uma necessidade que podia ser percebida de inúmeras maneiras no Recife do segundo quartel do século XIX. Seja na inserção de novas formas de comemoração, como os espetáculos teatrais em comemoração o carnaval em substituição ao tradicional Entrudo. Ou na reestruturação de espaços para se adequar a nova imagem, como foi o caso da construção do Teatro de Santa Isabel, ou ainda nas modificações dos hábitos

⁴¹⁹ HOGGART, Richard.. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos . Lisboa: Presença, 1973. p. 162

⁴²⁰ MIRANDA, Célio Roberto Turínio. **Na Trilha de Macunaíma**. Ensaio para uma política pública de lazer. Dissertação, UNICAMP. 2004 p.98

⁴²¹ MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida**: histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX. 1 ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010 p.13

corriqueiros, tais como a regulamentação da permanência em certos estabelecimentos como as tavernas, bem como no controle das formas com que a população poderia por aproveitar o seu tempo de lazer.

As mudanças feitas, em parte, em prol da civilidade fizeram parte de uma reconstrução necessária a uma antiga colônia que se transformava em país independente. Os divertimentos foram uma ferramenta importante na construção da identidade nacional e na legitimidade do novo Estado que se formava. As mudanças estabelecidas nesses momentos diferenciados do cotidiano foram modificando a rotina de diversas camadas da sociedade, quer sejam as pessoas comuns ou as instituições que precisavam adaptarem-se aos novos parâmetros estabelecidos. Quer seja na definição das datas festivas ou no estabelecimento de normas para as rotinas, ao regulamentar esses momentos as autoridades buscavam estabelecer um ritmo a vida das pessoas daquela sociedade condizente com a realidade necessária para o bom andamento social, econômico e político do país, e dessa forma iam contribuindo para a consolidação do Estado que se formava.

Por outro lado, a organização e o controle aos divertimentos na época estudada foi fortemente influenciada pela necessidade de se evitar as desordens, pois, segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, o “contexto de instabilidade de abalos da ordem pública e da disciplina social levou as classes dominantes a decidir pelo endurecimento do grau de tolerância em relação às práticas culturais populares.”⁴²² Vários espaços e práticas tiveram a sua liberdade cerceada por essa característica do período que impunha essa necessidade de maior controle as sociabilidades, especialmente dos homens comuns.

A organização e o controle dos divertimentos foram ferramentas essenciais no processo de construção, organização e consolidação do Estado Nacional que se formava no Brasil, e também parte importante da vida das diferentes camadas da sociedade. No entanto, isto não impediu que o mesmo fosse alvo de inúmeras críticas, principalmente devido a sua associação com a devassidão, as desordens e a *barbarie*. Estabeleceram-se

⁴²²ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas:** máscaras do tempo : entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife . Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996. p.165

novas formas de divertimento, mas as formas tradicionais mantiveram-se fortes, isto durante nosso período de estudo.

Mais do que vigiar as práticas de divertimentos populares para se controlar certos comportamentos desviantes, objetivava-se modificá-los, além de algumas outras características da sociedade. Estas modificações ocorridas não se fizeram do dia para noite, ocorreram de forma lenta e gradual. Algumas das práticas combatidas nesse período podem ser observadas até os dias de hoje, ainda que com os seus significados modificados.

Documentação consultada

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

HEMEROTECA:

A Ponte da Boa Vista

O Candeia

A Miscelânea Periodiqueira

O Simplicio Pernambucano

O Harmonisador

O mesquita Junior

BIBLIOTECA:

Caixa 13 2287/85 nº550 Razões na causa de Libelo Cível de Francisco Jozé Barboza contra Antonio Gomes Villar Publicado por Benjamin Franklin de Sá Cavalcante Tipografia Nazarena, 1847

Folhinha de Algibeira, 1847.1848.1849

SETOR DE MANISCritos

Câmaras Municipais 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 16, 19, 22, 25, 26, 31, 32

Juízes de Paz 1, 02, 03, 05

Ofícios do Governo 26, 33, 37

Diversos III-11. Livro de Registro de Ofícios pela Câmara Municipal desta Cidade de Olinda

Polícia Civil 01, 03, 14, 20

Polícia Militar 01

Prefeitura de Comarca 01/14/15

Secretaria de Segurança Pública 1076

Legislação Provincial -Pernambuco 1836

- **Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (BPPE)**
Estado de Pernambuco Documentos do Arquivo do Governo, correspondência de 1835. Imprensa Oficial Recife. 1937
- **Cúria Metropolitana**
Correspondência eclesiásticas
Livro de receita e despesas da Irmandade de Boa Viagem
- **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
(IAHGPE)**
Livro das Vereações e acórdãos da Câmara do Recife 1817-1829

Série:Manuscritos Caixa 216 Cópia datada de 18.05.1905 referente ao Termo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição qe data de 1847.

Sumário- Crime Tribunal da Relação, Ano de 1850 caixa 1. Sumário Crime – Denúncia, Freguesia do Afogados, Recife. 1846-1850 Autor: A Justiça. Réu: Antonio, escravo dos herdeiros de João de Carvalho Paes de Andrade.)
Queixa Recife 1844 Segundo Cartório do Crime Comarca do Recife Autor Manoel do Nascimento Pinheiro Réu: José Malaquias da Fonseca

Denúncia-crime 1848 Segundo Cartório Crime Comarca do Recife Autor a justiça Réu Felipe José de Souza
- **Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPEH)**
Diário de Pernambuco 1838/1829/1831/1848/1849
- **Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)**
Diário de Pernambuco 1849/1850/1834/1825-1828/
- **Memorial de Justiça de Pernambuco**
Recife 1861 Apelação Crime, Apelante Ignácio Gomes Marinho (Caixa Recife 1848-1878 CR)
BR PE PJ MJ TR PROCESSO APELAÇÃO CR 1845

- www.camara.gov.br

Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871
 Decreto nº 345, de 30 de Março de 1844.
 Decreto de 21 de dezembro de 1822
 Lei de 9 de Setembro de 1826
 Decreto nº 345, de 30 de Março de 1844
 Decreto nº 501, de 19 de Agosto de 1848
 Decreto nº 405, de 6 de Março de 1845
 Decreto nº 586, de 19 de Fevereiro de 1849
 Decreto de 7 de Novembro de 1831
 Decreto nº 1.134, de 30 de Março de 1853
 Decreto nº 1.386, de 28 de Abril de 1854
 Decreto nº 1.387, de 28 de Abril de 1854
 Decreto nº 1.568, de 24 de Fevereiro de 1855
 Decreto de 30 de Maio de 1836
 Decreto de 22 de Junho de 1836

- www.planalto.gov.br

Código criminal de 1830. Art. 295.

- www.brasiliana.usp.br

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira** por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta. Festas Religiosas no Rio De Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994

_____. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. Recife, 2008.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

ALENCASTRO. Vida privada e ordem privado no império in: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa in: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

ÁVILA, Afonso. Festa Barroca: ideologia e estrutura in: PIZARRO, Ana (organização). **América Latina: Palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993

ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia Maria; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Pernambuco entre confrontos e motins: o testemunho dos promotores públicos in: ACIOLI, Vera Lúcia costa e ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **A face revelada dos promotores de justiça: o Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores**. Recife: MPPE, 2006

AMORIM, Maria Alice e BENJAMIM, Roberto **Carnaval: cortejos e improvisos**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

ARAÚJO, Emanuel,. **O teatro dos vícios : transgressão e transigência na sociedade urbana colonial** . 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, D.F. : Ed. da Unb

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX**. São Paulo Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. A redenção dos pardos; a festa de São Gonçalo no Recife, em 1745 in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001

_____. **As praias e os dias : história social das praias do Recife e de Olinda Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007**

_____. **Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife . Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.**

ARRAIS, Isabel Concessa Pinheiro de Alencar. **Teatro Santa Isabel : biografia de uma casa de espetáculos . Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências; Humanas. Departamento de Historia. Recife, 1995.**

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX** São Paulo : Humanitas, 2004

_____. **Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvaconista de 1911 . Natal: Editora da UFRN, 1998.**

ARRISCADO, José. Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX : a assembleia vianense in: **Revista da Faculdade de Letras**. História. - Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. - Série III, vol. 6, 2005

BARATA, Alexandre Mansur. Do Secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)in: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX** São Paulo: Editora da UNESP. 2005

BASTIDE, Roger e VERGER, Pierre. Contribuição ao estudo da adivinhação no Salvador (Bahia), **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, vol. VII (Nova Série), p. 357-380.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade:** sociabilidades & cultura no Brasil Meridional - Panorama da história de Rio Grande/Ezio Bittencourt. – Rio Grande: Ed. Furg, 1999.

BOSCHI, Caio César . Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. **Varia História**, v. 22, p. 291-313, 2006.

BRAGA, Cláudio da Costa. **O último baile do Império:** o baile da Ilha Fiscal. Cláudio da Costa Braga. Rio de Janeiro, 2007.

BRETAS, Marco Luiz. **A Ordem na Cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A Polícia Carioca no Império. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial:** o caso dos caxeiros na época da Insurreição Praeira. Recife. Dissertação de Mestrado-UFPE. 2005.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos Tribunais:** direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Tese de Doutorado: UFRJ / IFCS. Rio de Janeiro. 2003

CARVALHO, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada:** o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999 p.256

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem / Teatro das Sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Leandro F. R. "... e o estrepidoso zambuba poe tudo em alvoroço" musica e sociedade em Pernambuco na primeira metade do século XIX .Dissertação de Mestrado em História Recife, 2001

CARVALHO, Marcus J. M. de. A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado

in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. (org) **Ordem & Polícia:** controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

_____. De portas a dentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, v. 1, n. 30, p. 41-78.

_____. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Universitária da UFPE, 2002.

_____. O encontro da soldadesca desenfreada com os cidadãos de cor mais levianos no Recife em 1831. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 18, p. 109-137. 1998

_____. O galego atrevido e malcriado, a mulher honesta e o seu marido, ou Política provincial, violência doméstica e a Justiça no Brasil escravista. In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). **Culturas Políticas:** Ensaios de História Cultural. 1 ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005

_____. O outro lado da Independência: Quilombos, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23 in: Separata de **Luso Brazilian Review** 43:1. 2006

_____. Os caminhos do rio, negros canoieiros no Recife na primeira metade do século XIX in: **Afro-Ásia**, 19/20 1997

_____. Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras:** políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998

_____. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848 in: **Tempo** vol 3- nº6 Rio de Janeiro, 1998

_____. Que crime é ser cismático? As transgressões de um pastor negro no Recife patriarcal, 1846 In: Sylvana Brandão. (Org.). **História das Religiões no Brasil.** 1 ed. Recife: Editora Universitária-UFPE/CEHILA, v. 2, p. 111-159.2002

CARVALHO SOBRINHO, João Berchmans de. **Músicas e Músicos em São Luís:** subsídios para uma história da música no Maranhão. Teresina:EDUFPI;Impertatriz, MA:Ética, 2010.

CASTAN, Nicole et Yves. **Vivre ensemble:** ordre et désordre em Languedoc au XVIII^e siècle. Collection Archives. Gallimand Julliard Paris 2000

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque 2^a ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2001.

_____. **Visões da Liberdade:** Uma história das Últimas Décadas de Escravidão na Corte. São Paulo, Companhia de Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUNU, Pierre. A Economia: Ultrapassagem e prospectiva in: LE GOFF, Jacques. **História Novas abordagens.** Rio de Janeiro, F. Alves 1976

COSTA, F.A. Pereira da. **Anais Pernambucanos** Recife: Arquivo Publico Estadual, 1951-1966 volume 8

_____. **Arredores do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. 1981

_____. **Vocabulário Pernambucano** Recife: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1976

COSTA, Robson. **Vozes na senzala:** cotidiano e resistência nas últimas décadas de escravidão, Olinda, 1871-1888. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2008

COUDERC, Paul.. **Le calendrier.** 7.ed. -. Paris: Presses Universitaires de France, 1993

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas -** Ensaios de História Social da Cultura . Campinas. Ed. Unicamp. 2002

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo sociedade e cultura no início da Franca moderna** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

DIAS, Maria Odila Leite da Silva **A Interiorização da Metrópole**. In: Carlos Guilherme Mota. (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DINIZ, Pe. Jaime. **Breve Notícia sobre música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800** in: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco vol LII 1979

FALEIROS, Maria Isabel Leme Repensando o Lazer in: **Pespectivas**, São Paulo, 1980

FERNANDES, João Azevedo. Sobriedade e embriaguez: a luta dos soldados de Cristo contra as festas dos tupinambás. In: **Tempo** vol.11 n.22 Niterói 2007

FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, (Org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Ed.UNESP, 1997.

FRIEIRO, Eduardo, 1892-. **Feijão, angu e couve** ensaio sobre a comida dos mineiros . Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo : Ed. da USP, 1982

FERLENI. Vera Lúcia Amaral. **Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos** in: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996

FREYRE, Gilberto. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul, pref. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 49ª ed. São Paulo. Global. 2004

_____. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano 16ªed. São Paulo: Global, 2006

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos **Diccionario Chorographico, histórico e Estatístico de Pernambuco** 2ª edição Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1921.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes; MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro:** crônicas de costumes . Sao Paulo: Companhia das Letras, 1996

GARDNER, George, 1812-1849. **Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841;** São Paulo: Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação:** relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte. Ed, UFMG, 2008

GOMES, Flávio. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista in: **Tempo** vol 1 Rio de Janeiro, 1996

GOMES, Flávio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio Líbano “Dizem as Quitadeiras...” Ocupações urbanas e identidades em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX in: **ACERVO** Rio de Janeiro, vol 15 nº2 2002

GONÇALVES, Andréa Lisly e VENÂNCIO, Renato Pinto. Aguardente e Sedição em Ouro-Preto (1831-1833) in: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil.** 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio. **Honradas senhoras e bons cidadãos:** gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista . Recife, 2009. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar:** medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, Trabalho e Cotidiano”. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001, v. 2

GUARINELO, Norberto Luiz História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo v.24, nº48, p.13 a 38-2004

GUIMARÃES, Carlo Magno. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.) **Álcool e drogas na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. -. São Paulo: Paz e Terra, 2000

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo. Companhia das letras . 1998

HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas.. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX** . 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HOGGART, Richard.. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos** . Lisboa: Presença, 1973.

JAMES, C.L.R **Os jacobinos negros Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos** São Paulo:Editorial Bomtempo. 2000

JESUS, Gilmar Mascarenhas de Do Espaço colonial ao espaço da modernidade: os esportes na vida urbana do Rio de Janeiro in: **Scripta Nova** Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidade de Barcelona nº45(7) 1999.

JANCSÓ, István, KANTOR, Iris. Falando de Festas JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo:Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

KEULLER, Adriana As festas nacionais e seus objetos simbólicos na Corte Imperial: perspectiva de uma “tradição inventada” in: **Revista de História** nº8 Vitória EDUFES, 1999

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: As comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX in: **Afro-Ásia** nº23, 1999

_____. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência do Rio de Janeiro, 1840-1864 in: **TOPOI**, v.8, n.14 2007

LARA, Sílvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua **Revista Brasileira de História**, v. 8, n.16, 269-284.1988

LE GOFF, Jacques,. **Historia e memoria**. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996

_____. As mentalidades: uma história ambígua in: LE GOFF, Jacques,; NORA, Pierre. **Historia**: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LEITE, Glacyra Lazzari **Pernambuco 1824**: A Confederação do Equador . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989

LELLIS, Francisco. A Festa dos livres em favor dos escravos in: **Pesquisa na Biblioteca Nacional** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebelião Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro. Ed, Achiamé. 1981

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX) . Recife, 2010. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2010.

LIMA, Solimar Oliveira. **Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul(1818-1833)** 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

LIMA, Tatiana Silva de. **Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade, Recife, décadas de 1840 e 1850.** Recife, 2004. 156 folhas : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004.

_____. Os nós que alforriam: negociações de liberdade, Recife, 1840-1850 in: BANDEIRA, Andréa (org.). **Sete histórias, inúmeros a(u)tores.** Recife. Ed. Oito de Março, 2005.

LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. **Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822** São Paulo: Humanitas.2004

LOPES, Nei **Bantos, malês e identidade negra** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. **Novo Dicionário Banto do Brasil.** Rio de Janeiro: Pallos, 2003.

LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias 1760-1834 **Penélope**, 1998

LOVEJOY, Paul E. **A Escravidão na África: Uma história de suas transformações** Ed. Civilização Brasileira

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros : uma associação de artífices no Recife, 1836-1880** Campinas: Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009

_____. **O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888** . São Paulo: Brasiliense, 1987

MAESTRI, Mário. A escravidão e a Gênese do Estado Nacional Brasileira in: ANDRADE, Manuel Correia de, FERNANDES, Eliane Moury e CAVALCANTI,

Sandra Melo (organizadores) **Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX** Brasília, CNPQ e Recife Ed Massangana 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX-1850/1888.** São Paulo; Annablume, 2008,

MAIA, Doralice Sátyro e SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael. A FESTA NA CIDADE NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DA CIDADE DA PARAHYBA – BRASIL in: **Ateliê Geográfico** Goiania v..2 n.4 2008

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade.in: **Animador Sociocultural:Revista Iberoamericana** v.1, n.2 2007

_____.Lúdico e Lazer. In: MARCELLINO, Nelson.Carvalho. (Org.). **Lúdico, educação e educação física.** 3 ed. Ijuí-rs: UNIJUI

MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza.** Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900); Fortaleza:Expressão Gráfica, 2009

MARSON, Isabel Andrade. **A Rebelião Praieira** São Paulo Ed. Brasiliense 1981.

_____. O “Cidadão-criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o segundo reinado in: **Estudos Afro-Asiáticos** nº 16. 1989

MARZANO, Andrea, MELO, Victor Andrade de. (Org.). **Vida divertida:** histórias do lazer no Rio de Janeiro do século XIX. 1 ed. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru, SP EDUSC, 2002 p. 21

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco** Recife: Conselho Estadual de Cultura. 1979

MELLO, José Antônio Gonsalves de, **O carapuço:** o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife:FUNDAJ. Editora Massangana,1996

MELO, Victor Andrade de. Lazer e Camadas Populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson in: **Movimento**: Publicação da Escola de Educação Física da UFRGS vol. 7 n°14, 2001

MIRANDA, Célio Roberto Turínio. **Na Trilha de Macunaíma**. Ensaio para uma política pública de lazer. Dissertação de mestrado, UNICAMP. 2004

MITCHEL, Reid. Significando: carnaval *afro-creole* em New Orleans do século XIX e início do XX in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas** - Ensaios de História Social da Cultura . Campinas. Ed. Unicamp. 2002

MOREL, Marco **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005

_____. **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria Rio de Janeiro. FGV. 2000

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas(1817-1850) in: MOTA, Carlos Guilherme.(org) **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)** Formação: histórias 2ªed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000.

MOTT, Luiz In *Vino Veritas: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição* in: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.); CARNEIRO, Henrique (Org.) . **Álcool e drogas na história do Brasil**. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/ PUC Minas, 2005

MOURA, Denise. Controle social no uso do espaço público (São Paulo, 1808-1850) in: **Dimensões** - Revista De História da UFES n° 12, 2001

_____. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas:Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998

_____. **Sociedade Movediça**: Economia, Cultura e Relações Sociais em São Paulo (1808-1850)- Editora UNESP

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**-História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAIVA, Eduardo França. **História &Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, (Org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001

PAULA, Zuleica de **Festa de Anhembi: Encontro e Amortalhados** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial**. Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Editora Unicamp-Cecult, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004

PINHO, Wanderley, **Salões e damas do Segundo Reinado**. 4.ed. - São Paulo: Martins, 1970

PRIORE, Mary Del. A serração da velha: charivari, morte e festa no mundo luso-brasileiro in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.) **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo:Fapesp: Imprensa Oficial, 2001

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

OZOUF, Mona. A festa. Sob a Revolução Francesa in: LE GOFF, Jacques;; NORA, Pierre. **Historia: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

RABELLO, Evandro. **Memórias da Folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa**. Recife:FUNCULTURA, 2004

RALLE, Michel A festa militante. O Espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha 1850-1920) in: BATALHA, Cláudio M. Batalha, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (orgs.), **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004

REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M de Carvalho. África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria, c. 1822/1853 in: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 255-298, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX . Sao Paulo: Companhia das Letras, 1991

_____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano:** escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo. Companhia das letras, 2008

_____. **Rebelião Escrava no Brasil:** a história do levante dos malês-1835. São Paulo. Ed, Brasiliense, 1986.

_____. Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista in: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta** — A experiência brasileira. A grande transação, volume 2, São Paulo. Ed, SESC, 2000

_____. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas.** Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002

_____. Batuques Negros: Repressão e Permissão na Bahia oitocentista in: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa.* São Paulo: Hucitec; EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001

REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M de Carvalho. **O Alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro(c.1822-c.1853). São Paulo: Companhia das letras, 2010

RIBEIRO, João Luiz. No meio das galinhas as baratas não tem razão: a lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Brasil império: 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

ROLIM, Liz Cintra. **Educação e lazer** : a aprendizagem permanente . São Paulo: Ática, 1989.

SALA, Celine. Lumières et espace public à Perpignan au XVIII^e siècle in: **Le Franc-Maçonnerie em Mediterranée (XVIII-XX siècle)** vol 72. 2006

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **As festas promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica (1711-1744).**(Dissertação de mestrado) Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Candomblés e espaço urbano na Bahia do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos** ano 27 2005.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael e MAIA, Doralice Sátyra. A festa na cidade no século XIX e início do século XX: Lembranças e memórias da cidade da Paraíba-Brasil in: **Ateliê Geográfico** Goiana-GO vol.2 num.4 2008

SCARANO, Julita Bebida alcoólica e sociedade colonial. In: Istvan Jancso; Iris Kantor. (Org.). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001

SCHWARCZ, Lilia Moritz. SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Viajantes em Meio ao Império das Festas. In: JACSÓ, Istvan. KANTOR, Iris (organizadores). **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**, volume II. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001

SILVA, Adriana Maria Paulo da; **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária 2006.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Luiz Geraldo “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817) in: **Afro-Asia** nº25. 2001

_____. **A Faina, a Festa e o Rito**. Papirus Editora, Campinas, SP, 2001

SILVA, Maciel Henrique. Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras in: **Mneme** Revista de Humanidades v. 7 n.15 2005

SILVA,Marco Aurelio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza(1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009

SILVA, Maria Manuela de Souza e. A historiografia descobre a “festa” in: **Hélade**, 1 (1), 2000

SILVA, Wellington Barbosa da. A formação dos aparatos policiais no Recife oitocentista (1830-1850) . in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda

Brito da. (org) *Ordem & Polícia: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX*. Recife, Ed. Universitária da UFRPE.

_____. Cada taberna nesta cidade é um quilombo...” repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de **História do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

_____. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. Tese de doutorado Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 2003

_____. O gato e o rato: polícia versus escravos no Recife do século XIX (1840-1850) in: **Clio** nº 18 Recife, UFPE. 1999

_____. Um porto (in)seguro: Criminalidade e cotidiano no Recife Imperial (1830-1850) in: GUILLEN, Isabel Crsitina Martins e GRILLO, Maria Ângela de Faria. **Cultura, cidadania e violência:VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro(1809-1890)* in: CUNHA. Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002

SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX In: **Dimensões-** Revista de História da UFES nº16

SOIHET, Rachel . O DRAMA DA CONQUISTA NA FESTA: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural in: **Revista Estudos Históricos**, CPDOC/FGV Vol. 5, No 9 (1992)

SOTO, Maria Cristina Martinez. **Pobreza e conflito: Taubaté: 1860-1935**. São Paulo: Annablume, 2001

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Recife, UFPE, Tese de Doutorado em História. 2002.

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos:** Campina Grande, 1920-1945. Campina Grande:EDUEFG, 2006

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife imperial.** Recife, Tese de Doutorado, UFPE, 2002

SOUZA, Marina de Mello e. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa:** Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001

_____. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

SOUZA, Ricardo Luiz de Cachaça, vinho, cerveja: da colônia ao século XX. **Revista de Estudos Históricos**, FGV, v. 33, p. 56-75, 2004 p.4

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX in: Dimensões-Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº17, 2005.

TATSCH, Flavia Galli e KARNAL, Leandro. A memória evanescente. in: PINSKY, Carla Bassanezi. De LUCA, Tania Regina (orgs). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto. 2009

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** V.I Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.**Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 2001

_____. **Costumes em Comum** - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed.34. 2000

_____. **Os sons dos negros no Brasil:** cantos, danças, folguedos : origens. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

TOLLENARE, L.F. de O Eito e a Senzala in: SILVA, Bruno, Erneni e RIEDEL, Diaulas. **Os canaviais e os mocambos** *Paraíba, Pernambuco e alagoas*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1961.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Bénin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**, São Paulo, Corrupio / Brasília, Ministerio da Cultura, 1987

_____. **Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil e na Antiga Costa dos Escravos, na África**, São Paulo, ed USP, 1999

_____. O fumo da Bahia e o tráfico dos escravos do Golfo de Benim, **Publicações do Centro de Estudos Afro-Orientais**, UFBa, Salvador, 1966, nº 6, série Estudos,

_____. **Os Libertos**. Sete Caminhos na Liberdade de escravos da Bahia no século XIX, Salvador, Corrupio / Fundação Cultural do Estado da Bahia.1992

VILAR, Gilberto. **Frei Caneca: gesta da liberdade 1799-1825**. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.